



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**Data de Abertura: 29/06/2026 às 09:00h**  
**no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Objeto**

Contratação de serviço técnico especializado para elaboração de projetos executivos de engenharia para reforma do prédio administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, localizado na avenida Rui Barbosa, 320, Graças, Recife/PE.

**Valor estimado**

**R\$ 259.513,69**

<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL

<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/ Dem.?</b>	<b>Dec. nº 11.890/2024?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO SE APLICA

**Modo de Disputa**

aberto

**Observações Gerais**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**(PROCESSO SEI 0022873-96.2025.6.17.8000)**

A União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, consoante as condições e especificações deste Edital e anexos.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - Constitui o objeto da presente licitação a contratação de serviço técnico especializado para elaboração de projetos executivos de engenharia para reforma do prédio administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situado à Avenida Rui Barbosa, 320, Graças, Recife, CEP 52.011-010, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital.

**1.1.1** - Os projetos a serem desenvolvidos incluem:

**1.1.1.1** – Levantamento topográfico;

**1.1.1.2** - Projeto de canteiro de obra;

**1.1.1.3** - Projeto de instalações elétricas e de subestação;

**1.1.1.4** - Projeto de cabeamento estruturado e vigilância eletrônica;

**1.1.1.5** - Projeto de climatização e exaustão;

**1.1.1.6** - Projeto hidrossanitário (água, esgoto e drenagem de águas pluviais);

**1.1.1.7** - Projeto de segurança contra incêndio (SCI) e contra descargas atmosféricas (SPDA);

**1.1.1.8** - Projeto de impermeabilização;

**1.1.1.9** - Projeto estrutural;

**1.1.1.10** - Planilha orçamentária;

**1.1.1.11** - Plano de Manutenção e Operação.

**1.2** - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2 – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1** - A despesa decorrente do objeto deste Pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o Exercício, na Natureza de Despesa 3390.39.05 – OST - Pessoa Jurídica/Serviços Técnicos Profissionais, na Ação 259813 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – No Estado de Pernambuco/PO – Conservação e Recuperação do Patrimônio.

## **3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e cadastradas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.1.1** - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

**3.1.2** - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2** - Não poderão participar deste Pregão:

**3.2.1** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.2.2** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.2.3** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de licitar ou contratar com o TRE/PE em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

**3.2.3.1** - O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**3.2.4** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE/PE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.2.5** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.2.6** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.2.7** - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.2.8** - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.2.9** - Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.2.10** - Pessoas físicas;

**3.2.11** - Cooperativas.

**3.3** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.3.1** - Consideram-se empresas integrantes do mesmo grupo econômico aqueles que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**3.4** – Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha a ser implantado, e, ainda, no SICAF, bem como no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

**3.5** - A verificação pelo TRE/PE nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para todos os fins no âmbito da presente licitação.

## **4 - DA VISTORIA**

**4.1** – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

**4.1.1** – A licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizada pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 14h, pelos telefones (81) 3194-9353 e 3194-9357, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**4.1.2** – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

**4.1.3** – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

**4.1.3.1** – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item **4.1.3**, não será executada a vistoria.

**4.2** – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, conforme Anexo III.

**4.3** – Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de opção pela não realização de vistoria (Anexo IV), assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

**4.4** – O Termo de Vistoria ou a Declaração de opção pela não realização de vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação.

## **5 - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** – A licitante deverá cadastrar proposta, inclusive retirar ou substituir, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até o dia 29/06/2026 às 08:59h, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**5.2** – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço global, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento/prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (ANEXO I).

**5.2.1** – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda corrente, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**5.3** – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando as especificações do objeto constantes deste Edital.

**5.4** – O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições especificados no Termo de Referência (Anexo I).

**5.5** – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**5.6** – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

**5.7** - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**5.7.1** - cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

**5.7.2** – suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**5.7.3** - caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deseja se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

**5.8** – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**5.9** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**5.9.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**5.10** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **6 - DA SESSÃO PÚBLICA**

**6.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**6.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**6.2.1** – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**6.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**6.3.1** - A sessão pública e os respectivos atos de condução do certame serão realizados de forma ininterrupta durante o expediente do TRE/PE, das 08h00 às 14h00. Excepcionalmente, a sessão poderá ser prorrogada até as 18h00, hipótese em que tal fato será informado no chat, devendo os licitantes manterem acompanhamento constante por meio do sistema eletrônico.

**6.4** – O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do Pregão, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **7 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**7.2** - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3** - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.4** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

**7.4.1** - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, automaticamente pelo sistema, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

**7.5** - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.6** - Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**7.7** - Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.8** - No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**7.9** - Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME n.º 73/2022.

**7.9.1** - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.9.2** - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

**7.9.3** - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**7.9.3.1** - Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o(a) Pregoeiro(a) decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**7.9.3.2** - Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**7.9.3.3** - Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

## **8 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**8.1** - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**8.2** - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**8.3** - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

**8.3.1** - Atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

**8.4** – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.4.1** – Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

**8.4.1.1** - a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

**8.4.1.2** - não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.4.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

## **9 – DO JULGAMENTO**

**9.1** – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

**9.1.1** – O julgamento será realizado tendo por base a proposta final ajustada, enviada pela empresa licitante nos termos do Edital, independentemente dos dados da proposta inicial cadastrados no sistema.

## **10 - DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**10.1.1** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



**10.1.2** - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## **11 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**11.1** – O(A) Pregoeiro(a) solicitará à licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo de Planilha Orçamentária (ANEXO VI) e devidamente adequada ao último lance ou preço negociado, por meio de campo próprio do sistema.

**11.1.1** – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [nulic@trepe.jus.br](mailto:nulic@trepe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com), devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**11.1.2** – O prazo para envio da proposta é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.1.3** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.1.4** – A licitante deverá atender às exigências dispostas no Capítulo “Condições da Proposta” do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital.

**11.1.5** – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca do objeto ofertado.

**11.1.5.1** – A possibilidade de solicitação acima não impede que o(a) Pregoeiro(a) obtenha tais informações diretamente na internet e as documente nos autos do processo.

**11.1.6** – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.1.7** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.1.7.1** - contiver vícios insanáveis;

**11.1.7.2** - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**11.1.7.3** - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**11.1.7.4** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**11.1.7.5** - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.1.8** – Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.1.8.1** – A licitante vencedora será convocada a apresentar, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pelo TRE/PE (Modelo de Planilha Orçamentária – ANEXO VI e Modelo de Planilha de Composição do Fator K TRDE - ANEXO VIII).

**11.1.8.1.1** - Na elaboração da planilha orçamentária, os custos horários dos profissionais não deverão conter leis sociais, devendo ser computadas no cálculo do Fator K, conforme apresentado nas respectivas planilhas de referência.

**11.1.8.1.2** - A licitante vencedora deverá apresentar também declaração de que tem conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços, e de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, registro no CREA/PE (ARTs), ou CAU-PE (RRT's), ou outras taxas similares de outros Conselhos Regulamentados, deslocamentos e estadas de técnicos no local onde serão realizados os serviços, equipamentos e quaisquer outros custos inerentes à execução dos serviços.

**11.1.8.1.3** – As planilhas deverão ser geradas em planilha eletrônica Excel e todos os números e fórmulas deverão estar truncados em 2 (duas) casas decimais, com uma versão em meio digital;

**11.1.8.1.3.1** – A licitante preferencialmente deverá utilizar o Modelo da Planilha Orçamentária (ANEXO VI);

**11.1.8.1.3.2** – Em qualquer caso, no entanto, não poderá deixar de atender às exigências constantes no Capítulo “Condições da Proposta” do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

**11.1.8.1.3.3** – Os campos referentes à descrição, sequência dos itens e unidade, também deverão estar em perfeita consonância com o modelo;

**11.1.8.1.3.4** – A composição dos fatores K\_TRDE deverá ser apresentada conforme o Modelo de Planilha de Composição do Fator K TRDE (Anexo VIII) deste Edital.

**11.1.8.1.4** – A Planilha Orçamentária de que trata o item acima deverá ser assinada e rubricada em todas as folhas pelo responsável técnico da licitante, inclusive com identificação do título profissional e do número de inscrição profissional, devidamente registrado no CREA, CAU ou outros Conselhos Regulamentados;

**11.1.8.1.5** - Nos valores indicados deverão estar incluídos todos os custos referentes aos serviços a serem executados, inclusive equipamentos, ferramentas, material e mão-de-obra;

**11.1.8.1.6** - Quaisquer outros serviços não relacionados na Planilha Orçamentária de Referência - ANEXO V, mas que sejam intrínsecos ou indispensáveis para a perfeita execução dos trabalhos, deverão ser considerados pelas licitantes e inseridos na composição de seus custos, não cabendo, sob qualquer alegação, solicitação de acréscimo de prazo ou financeiro para sua execução;

**11.1.8.1.7** - Os documentos de que trata este item serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

**11.1.8.2** – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**11.1.8.2.1** – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**11.1.8.2.2** – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**11.2** – O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**11.2.1** – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico demandante do TRE/PE para orientar sua decisão.

**11.2.2** – O(A) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão em relação ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**11.2.2.1** – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.2.3** - Havendo falhas na proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**11.3** - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.3.1** - A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

**11.3.1.1** - que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**11.3.1.2** - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.4** - Além das disposições acima, a análise de executibilidade e sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

**11.5** - Serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**11.6** – Se houver indícios de inexecução relativa da proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

## **12 – DA HABILITAÇÃO**

**12.1** – Para habilitação neste Pregão Eletrônico, serão exigidos da licitante classificada em primeiro lugar, os documentos discriminados neste Capítulo, além da regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I ao VI conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018.

**12.2** - Para fins de **habilitação jurídica**, serão exigidos os seguintes documentos:

**12.2.1** - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**12.2.2** - Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

**12.3** - Os documentos apresentados relativos à habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

**12.4** – Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, se for o caso, conforme natureza da pessoa jurídica.

**12.5** - Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos os seguintes documentos:

**12.5.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**12.5.2** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**12.5.3** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.5.4** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**12.5.5** - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.5.6** - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**12.5.7** - Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**12.5.8** - Comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**12.6** – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

#### **12.6.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:**

**12.6.1.1** - Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou outros Conselhos Regulamentados, da empresa e dos profissionais de nível superior ou técnico devidamente reconhecidos que se responsabilizarão pela execução dos serviços.

**12.6.1.2** - Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui capacidade **técnico-operacional** para executar serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, conforme abaixo definido:

**12.6.1.2.1** - Elaboração de projetos complementares de engenharia de um edifício com área construída de 1.000 m², contemplando os projetos elétrico, de climatização, hidrossanitário e elaboração de orçamento para execução da obra.

**12.6.1.2.1.1** - Para a avaliação da capacidade técnico-operacional, não será admitido o somatório de atestados.

**12.6.1.3** - Certidão de Acervo Técnico com Registro de Atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o(s) responsável(eis) técnico(s) possui(em) **capacidade técnico-profissional** para executar serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, conforme abaixo definido:

**12.6.1.3.1** - Elaboração dos seguintes projetos complementares de engenharia, para prédio com área construída de 1.000 m²:

**12.6.1.3.1.1** - Projeto elétrico e de iluminação;

**12.6.1.3.1.2** - Projeto de climatização;

**12.6.1.3.1.3** - Projeto hidrossanitário;

**12.6.1.3.1.4** - Orçamento para execução de implantação de projetos complementares de engenharia;

**12.6.1.3.2** - Elaboração de projeto de sistema de segurança contra incêndio, que contenha sistema de hidrante, detectores de fumaça e sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

**12.6.1.3.3** - Elaboração de projeto de drenagem de águas pluviais de imóvel com área de terreno de 2.800 m².

**12.6.1.3.4** - Para avaliação da capacidade técnico-profissional, não será admitido o somatório de atestados para efeito de comprovação da área construída mínima estabelecida para cada projeto.

**12.6.1.4** - comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, ou outros devidamente reconhecidos pelo órgão de regulação profissional respectivo para as diferentes especialidades, detentor(es) das certidões de acervo técnico com registro de atestado referidos nos subitem acima, devidamente registrados no CREA/CAU ou outros Conselhos regulamentados, os quais serão os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços.

**12.6.1.4.1** - caso o detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT seja sócio da empresa, a comprovação de que trata o subitem acima será satisfeita com a apresentação do ato constitutivo ou contrato social da empresa;

**12.6.1.4.2** - se o detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT for contratado para prestação de serviços, a comprovação será satisfeita com a apresentação do contrato de prestação de serviço;

**12.6.1.4.3** - se o detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT for empregado, a comprovação dar-se-á com a apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho ou Ficha constante do Livro de Registro de Empregado;

**12.6.1.4.4** - se o detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT constar da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da Licitante, a comprovação de que trata o subitem **12.6.1.4** será satisfeita com a apresentação da referida certidão.

**12.6.1.5** - O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante, detentor(es) do(s) acervo(s) técnico(s), deverá(ão) elaborar os projetos e participar do serviço objeto deste certame, acompanhando os serviços referentes aos respectivos acervos;

**12.6.1.6** - Caso haja substituição do responsável técnico dos serviços, durante a execução do contrato, a licitante vencedora deverá providenciar a ART ou o RRT ou outro documento semelhante do novo responsável técnico, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da autorização de substituição pelo TRE/PE, a qual deverá estar vinculada à ART ou ao RRT ou outro documento semelhante original e entregue à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

**12.6.1.7** - O TRE-PE se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

**12.6.1.7.1** - A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**12.6.1.8** - Quando da execução do Contrato, será admitida a substituição do(s) profissional(is) citado(s) acima por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, detentor(es) Acervo(s) Técnico(s) compatível(eis) com o objeto contratado.

## **12.6.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**12.6.2.1** - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua apresentação;

**12.6.2.1.1** - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

**11.6.2.2** - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG) =  $[\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}]$ ; de Liquidez Corrente (LC) =  $[\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}]$ ; e de Solvência Geral (SG) =  $[\text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}]$  - superiores a 1,00;

b) capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

c) patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (item 11.1, c, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I e § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

**11.6.2.2.1** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**11.6.2.2.2** - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**11.6.2.2.3** - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**11.6.2.2.4** - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**11.6.2.2.5** - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **12.6.3 - OUTROS DOCUMENTOS:**

**12.6.3.1** - A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

**12.6.3.1.1** - Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

**12.6.3.1.2** - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**12.7** – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, ou que sejam necessários para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item **12.9**, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do campo de “diligência”.

**12.7.1** – O prazo para envio dos documentos de que trata o item acima é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**12.7.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

**12.7.3** – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**12.7.4** – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**12.8** – A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

**12.8.1** – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**12.8.1.1** – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sala do(a) Pregoeiro(a) do TRE/PE, situada na Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife – PE, Telefone: (81) 3194-9200, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a).

**12.9** - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **12.7**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação para:

**12.9.1** - a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**12.9.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**12.9.3** - a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

**12.10** - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item **12.7** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



**12.11** – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**12.11.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**12.11.2** – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**12.12** – Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**12.13** – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.13.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**12.13.2** – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

**12.14** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**12.14.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**12.15** – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**12.15.1** – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**12.15.1.1** - identidade dos sócios;

**12.15.1.2** - atuação no mesmo ramo de atividades;

**12.15.1.3** - data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**12.15.1.4** - compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

**12.15.1.5** - identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**12.15.1.6** - identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**12.15.2** – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) registrará, no “*chat*”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**12.15.3** – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**12.15.3.1** - inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

**12.15.3.2** - relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

**12.16** - A documentação referente à qualificação técnica será analisada pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura - CEA, e a relativa à qualificação econômico-financeira será analisada por contadores deste Tribunal.

## **13 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**13.1** – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**13.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

**13.3** – A licitante vencedora deverá encaminhar ao TRE/PE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado do encerramento da sessão, documento contendo as informações dispostas no Anexo XIV, para o e-mail [cec@tre-pe.jus.br](mailto:cec@tre-pe.jus.br), para fins de formalização do Contrato (ANEXO XIII).

## **14 – DOS RECURSOS**

**14.1** - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**14.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de

lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ou na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

**14.3** - As demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.4** - Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6** - Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do §1º, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**14.7** - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **15 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e, exauridos os recursos administrativos quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

## **16 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**16.1** - Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2** - Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**16.3** - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/PE.

**16.4** - Será verificado por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

**16.4.1** - A licitante vencedora deverá comprovar que a empresa e seus dirigentes não possuem condenação por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções da OIT, no art. 29 e no art. 105.

**16.4.1.1** - A comprovação acima será feita mediante Certidão Judicial de Distribuição da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual da licitante e de seus

dirigentes; pela apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada; por declaração da contratada, ou autodeclaração colhida diretamente através do sistema “Compras.gov.br”.

**16.5** - Quando a licitante convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

**16.5.1** - Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

**16.5.1.1** - Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**16.5.1.2** - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **17 - DO PAGAMENTO**

**17.1** - Conforme **Capítulo “DO PAGAMENTO”** constante da minuta do Contrato (ANEXO XIII).

## **18 - DAS SANÇÕES**

**18.1** - As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, na Instrução Normativa TRE/PE nº 77/2025 e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**18.2** - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta.

**18.2.1** - A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do TRE/PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**18.3** – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **19 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**19.1** – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste certame mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**19.2** – Compete ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**19.2.1** – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**19.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**19.4** – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a) até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**19.4.1** – O(A) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**19.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE/PE para os interessados.

## **20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**20.2** - É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**20.3** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**20.4** - O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

**20.5** - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**20.6** - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

**20.7** - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item **20.9**.

**20.8** - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

**20.9** - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**20.10** - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

**20.11** - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

**20.12** - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**20.13** - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

**20.14** - Consoante o prescrito no art. 2º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução nº 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente à Contratante.

**20.15** - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução nº 229/2016).

**20.16** - A existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal/CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos e eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), nos termos do art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

**20.17** - Antes de ser formalizada a contratação ou de eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), a Administração verificará a existência de impedimento mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNCAIA e ao Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União/TCU, emitindo as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, em conformidade com o § 4.º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

**20.18** - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelos telefones (81) 3194-9283, 3194-9284 e 3194-9285, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, ou pelos e-mails [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**20.19** – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Proposta
ANEXO III	Termo de Vistoria
ANEXO IV	Modelo de Declaração de opção pela não realização de vistoria
ANEXO V	Planilha Orçamentária de Referência
ANEXO VI	Modelo de Planilha Orçamentária
ANEXO VII	Planilha de Composição do Fator K TRDE de Referência
ANEXO VIII	Modelo de Planilha de Composição do Fator K TRDE
ANEXO IX	Projeto legal de arquitetura
ANEXO X	Projeto executivo de arquitetura
ANEXO XI	Relatório de fotos
ANEXO XII	Sondagens
ANEXO XIII	Minuta do Contrato
ANEXO XIV	Cadastro para assinatura de ata/contrato

Recife, 08 de junho de 2026.

**Danubia Rocha Antunes de Souza**  
Coordenadoria de Editais e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- Contratação de serviço técnico especializado de elaboração de projetos executivos de engenharia para reforma do prédio administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, localizado na avenida Rui Barbosa, 320, Graças.

Serão contratados os seguintes projetos e artefatos:

- 1- Levantamento topográfico;
- 2 - Projeto de canteiro de obra;
- 3 - Projeto de instalações elétricas e de subestação;
- 4 - Projeto de cabeamento estruturado e vigilância eletrônica;
- 5 - Projeto de climatização e exaustão;
- 6 - Projeto hidrossanitário ( água, esgoto e drenagem de águas pluviais);
- 7 - Projeto de segurança contra incêndio (SCI) e contra descargas atmosféricas (SPDA);
- 8 - Projeto de impermeabilização;
- 9 - Projeto estrutural;
- 10 - Planilha orçamentária;
- 11 - Plano de Manutenção e Operação;

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Nº Item	Unidade	Serviço	Natureza da Despesa	SIASG/CATSER	Quant. Mínima por Fornecimento *	Preço Máximo Admitido	Valor Total
01	Un	Elaboração de projetos executivos de engenharia	3 - Custeio	2006-0 - Elaboração/Análise e de projeto de engenharia	01	R\$ 259.513,69	R\$ 259.513,69

**1.1. Vigência da Contratação e Possibilidade de Prorrogação**



Prazo de execução de 130 (cento e trinta) dias corridos, a partir da data estabelecida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas no instrumento do contrato, conforme art.111 da Lei 14.133/2021.

Este prazo se faz necessário para garantir a sobreposição temporal com o período de execução da obra, tendo em vista que haverá:

- 1 - Visitas técnicas que serão realizadas pela equipe técnica da empresa autora dos projetos, durante a execução da obra, a qual será objeto de contratação futura;
- 2 - A previsão de atualização da planilha orçamentária original.

## 1.2. Custo Estimado Total da Contratação

O custo estimado é de R\$ 259.513,69 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e nove centavos). Este valor foi obtido por meio de elaboração da Planilha Orçamentária de Referência - ANEXO V do Edital.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada no item 1.4 do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 no sequencial nº 225, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

### 3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

O critério de julgamento desta licitação será o de MENOR PREÇO GLOBAL, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, em conformidade com os valores ofertados no mercado.

### 3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Não será adotado tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte.

O objeto da contratação totaliza valor acima de R\$ 80.000,00, como pode ser visto neste TR no Item 5.8, e não se trata de aquisição de bens de natureza divisível.

### 3.3. Das Condições de Habilitação

## HABILITAÇÃO TÉCNICA

### CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

a) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico com registro de atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui capacidade técnica operacional para executar serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância ou valor significativo, ora definidas:

b) Elaboração de projetos complementares de engenharia de um edifício com área construída de 1.000 m<sup>2</sup>, contemplando os projetos elétrico, de climatização, hidrossanitário e elaboração de orçamento para execução da obra;

Para a avaliação da capacidade técnica operacional, não será admitido o somatório de atestados..

Justificativa: A exigência da capacidade técnica operacional tem o intuito de avaliar se a empresa, como unidade jurídica e econômica, executou contratos com complexidade semelhante. Este termo de referência trata da elaboração de 08(oito) projetos, dos quais a maioria deles serão elaborados de forma concomitante. No intuito de buscar uma certa semelhança com o objeto a ser contratado, é imprescindível que os projetos indicados na alínea "b" contenham as áreas construídas supracitadas e sejam relacionados ao mesmo objeto;

### CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

c) Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, ou outros devidamente reconhecidos pelo órgão de regulação profissional respectivo para as diferentes especialidades, detentor(es) dos atestados de capacidade técnica, com registros de atestado, para elaboração dos projetos e artefatos indicados abaixo, devidamente registrados no CREA/CAU ou outros Conselhos regulamentados, os quais serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços:

c.1). Elaboração dos seguintes projetos complementares de engenharia, para prédio com área construída de 1.000 m<sup>2</sup>:

- Projeto elétrico e de iluminação;
- Projeto de climatização;
- Projeto hidrossanitário;
- Orçamento para execução de implantação de projetos complementares de engenharia;

c.2) Elaboração de projeto de sistema de segurança contra incêndio , que contenha sistema de hidrante, detectores de fumaça e sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

c.3) Elaboração de projeto de drenagem de águas pluviais de imóvel com área de terreno de 2.800 m<sup>2</sup>;

Justificativa do pedido: os requisitos impostos ao licitante, a título de acervo para comprovação de capacidade técnica refletem escolhas prudentes, satisfatórias e tecnicamente compatíveis com os fins buscados pela Administração Pública. A exigência técnica tem o intuito de selecionar profissionais que tenham elaborado projetos com uma certa semelhança no que tange à dimensão e à complexidade técnica do objeto que se pretende contratar. O prédio administrativo possui área construída de 2.175 m<sup>2</sup> e o terreno possui área de 5.780,44 m<sup>2</sup>. Para seu pleno funcionamento, deverá conter vários sistemas (instalações) prediais. Adicionalmente, o projeto de segurança contra incêndio do imóvel deverá conter sistema de hidrante, detectores de fumaça e SPDA, sistemas presentes em projetos de segurança contra incêndio de maior complexidade;

d) Para avaliação da capacidade técnica profissional, não será admitido o somatório de atestados para efeito de comprovação da área construída mínima estabelecida para cada projeto, levando em consideração a diferença de complexidade entre projetos de pequenas estruturas e de estruturas de maior porte similares às que compõem o objeto deste termo de referência. No entanto, será admitido que os diversos projetos sejam apresentados em certidões de acervo distintas;

e) O TRE-PE se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

f) Os profissionais indicados pelo licitante, detentores dos acervos técnicos, deverão elaborar os projetos e participar dos serviços objeto da pretendida contratação;

Quando da execução do contrato, será admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior;

Caso haja substituição do responsável técnico dos serviços, a licitante vencedora deverá providenciar a ART ou RRT ou outro documento semelhante do novo responsável técnico, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da autorização de substituição pelo TRE/PE, a qual deverá estar vinculada à ART/RRT ou outro documento semelhante original.

## HABILITAÇÃO JURÍDICA

### 1. Documento Constitutivo:

- Empresa Individual: Registro Comercial.
- Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.
- Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, pois o objeto deste termo de referência não apresenta complexidade técnica, e nem alto vulto financeiro.
- Não será admitida a participação de pessoa física. A execução do contrato exige a utilização de equipamentos e equipe de profissionais que são incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.
- Não será admitida a participação de cooperativas. A Lei nº 5.764/1971 (art. 4º) define as cooperativas como sociedades civis sem fins lucrativos, regime que não se coaduna com contratos de projetos de engenharia que envolvem elevada responsabilidade. Assim, considerando a natureza do objeto, o dever da Administração de selecionar a proposta mais vantajosa e mitigar riscos (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), seguimos pela necessidade de vedar a participação de cooperativas no certame, não se tratando de afronta à isonomia, mas de medida essencial à adequada execução contratual e à proteção da Administração.
- Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Lei nº 14.133/2021, Art. 91, XVII).

## HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### 1. Regularidade fiscal e trabalhista.

- Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ).
- Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado.
- Apresentação de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal/CADIN;
- Prova de Regularidade para com:

- a) FGTS;
- b) Fazenda Federal;
- c) Fazenda Municipal (da sede da licitante);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Seguridade Social;
- f) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- g) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no endereço eletrônico <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

## HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

### 1. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação:

a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, bem como Certidão Negativa de Processos Cíveis para Pessoa Jurídica, - para Licitação - relativa ao processo judicial eletrônico - PJE (item 11.1, e, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG)

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b1) Índices de Liquidez Geral (LG) =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ ; de Liquidez Corrente (LC) =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ ; e de Solvência Geral (SG) =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$  - superiores a 1,00 (item 11.1, a, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021);

b2) capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação (item 11.1, b, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021);

b3) - patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (item 11.1, c, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I e § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

Justificativa: os índices contidos no supracitado item e seus respectivos subitens referem-se aos de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) que devem ser superiores a 1 (um) pois o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). No mesmo artigo, em seu parágrafo único é vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, por este motivo mantemos o texto de nosso TR quanto a utilização dos índices indicados.

Na continuação, o art. 24 da referida Instrução Normativa determina que, quando as empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices (LG, SG ou LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo como exigência para sua habilitação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993 (que correspondem ao §4º

do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021), sempre considerando os riscos para a Administração na contratação.

Logo, pelos riscos envolvidos desta contratação, torna-se necessária a solicitação da qualificação econômico-financeira indicada (balanço patrimonial), com o estabelecimento de critérios objetivos de julgamento da habilitação, adotando-se por padrão os índices e valores que são referenciados pela SEGES/MPDG em seus normativos e, que estão presentes em outras contratações similares.

Essa comprovação é fundamental para garantir que os licitantes estejam aptos a cumprir com seus compromissos contratuais, minimizando riscos de inadimplência e garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados para além disso, é de se considerar que o valor estimado dessa licitação, qual seja de R\$ 259.513,69 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e nove centavos) requer maior rigor por parte dessa EPC. Assim, os requisitos de qualificação econômico-financeira descritos são justificáveis pelo objetivo de proteger a Administração Pública de contratar com empresas financeiramente inaptas, que poderiam comprometer a execução do contrato e causar prejuízos ao erário. Esses critérios visam garantir a contratação de empresas capazes de executar o contrato com estabilidade e segurança, evitando riscos excessivos e assegurando a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

#### 4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'j' e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

A Contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos de engenharia, por meio de licitação, conforme descrito no ETP em seus itens 1.9 e 1.10. (3199415)

##### 4.1. Adequação Orçamentária

A demanda foi oficializada por meio do DOD (3121765).

O orçamento previsto no PCA-2026, sequencial nº 225 é de R\$ 259.513,69 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e seis centavos), obtido por meio da elaboração da Planilha Orçamentária de Referências - doc. nº 3201020.

##### 4.1.1. Sequencial do PCA

- PCA-2026, sequencial nº 225

##### 4.1.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

- Tipo de Orçamento: 1
- Ação orçamentária: 11
- Grupo de Natureza de Despesa: 3
- Elemento de despesa: 39

##### 4.1.3. Modalidade da Nota de Empenho

	Ordinário	X	Global		Estimativo
--	-----------	---	--------	--	------------

5. Requisitos e Estimativa do Valor da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd' e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

#### Requisitos da Contratação

Os projetos deverão seguir as diretrizes e determinações das normas técnicas brasileiras listadas abaixo:

- Código de obras do Município
- NR - 18 - Norma regulamentadora nº 18
- NBR 13133 - Execução de Levantamento Topográfico
- NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
- NBR8160 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução
- NBR5410 - Instalações elétricas de baixa tensão
- NBR5626 - Instalação predial de água fria
- NBR 10844 - Instalações prediais de águas pluviais
- NBR7199 - Projeto, execução e aplicações de vidros na construção civil
- NBR6122 – Projeto e execução de fundações – Procedimento
- NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento
- NBR 8681 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento
- NBR 8800 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios
- NBR13300 – Redes telefônicas internas em prédios
- NBR13726 – Redes telefônicas internas em prédios – Tubulação de entrada telefônica – Projeto
- NBR13727 – Redes telefônicas internas em prédios – Plantas/partes componentes de tubulação telefônica – Projeto
- NBR 14565 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais
- NBR14100 - Proteção contra incêndio - Símbolos gráficos para projeto
- NBR5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas
- NBR 16401 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários
- NBR 5984 – Norma geral de desenho técnico
- NBR 5413 – Iluminância de interiores – Procedimento
- Normas vigentes do Corpo de Bombeiros Estadual
- NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios
- NBR 06492 - Representação de projetos de arquitetura
- NBR 9575 - Impermeabilização - Seleção e projeto
- NBR 5674 - Requisitos para a gestão do sistema de manutenção;
- NBR 14037 - Diretrizes para a elaboração de manuais de uso, operação e manutenção;

A Contratada deverá desenvolver os projetos obedecendo rigorosamente às exigências do modelo de execução do objeto estabelecido neste Termo de Referência, às normas da ABNT, bem como a todas as prescrições da legislação municipal, Corpo de Bombeiros, NEOENERGIA - Companhia Energética de Pernambuco, COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento, ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações e demais exigências legais pertinentes à elaboração de projetos.

Deverão ser observadas as recomendações das versões mais recentes das normas técnicas relacionadas acima. Outras normas técnicas, leis, códigos, decretos e normas em vigor não relacionados acima, cujas prescrições devam ser observadas na elaboração dos projetos em questão, deverão ser levados em consideração pelos profissionais autores dos projetos.

#### 5.1. Necessidade de Manutenção Preventiva e Corretiva (referente à Prestação de Serviço)

Não se aplica. Trata-se de elaboração de projetos executivos de engenharia.

#### 5.2. Parcelamento do Objeto

Conforme justificativas descritas no ETP, item 3.5, o parcelamento é tecnicamente inviável. Tradicionalmente, os serviços de engenharia contemplados nesta contratação não são parcelados. Se houver parcelamento, o montante a ser executado, que não é alto, será dividido para mais de uma empresa, o que ocasiona uma menor atratividade para a contratação. Adicionalmente, os custos, tanto financeiros quanto de recursos humanos, serão elevados caso mais de uma contratação seja realizada para a elaboração dos projetos, somando-se ao fato de que o parcelamento pode gerar situações conflitantes de atribuição de responsabilidades por determinados tipos de problemas eventualmente ocorridos após a entrega desses serviços, caso mais de uma empresa seja responsável pela elaboração do objeto. Sendo assim, seria temerário parcelar este objeto.

#### 5.3. Garantia dos Serviços e Assistência Técnica

Não se aplica. Trata-se de contratação de projetos de engenharia.

Caso necessário, a assistência técnica será prestada durante o período de execução da obra e eventuais adequações poderão ser solicitadas pela equipe de fiscalização do contratante, sem que isso implique necessidade de uma "garantia" formal como ocorre com produtos ou serviços de entrega física.

#### 5.4. Materiais e Equipamentos

Não há necessidade de fornecimento de materiais e equipamentos.

#### 5.5. Vistoria Técnica

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 14:00 horas.

Justificativa: o objeto deste termo de referência trata de elaboração de vários projetos de um prédio administrativo. Assim, a licitante necessita conhecer as instalações para avaliar a dificuldade de elaboração dos projetos complementares de engenharia e do orçamento de reforma do prédio.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, devendo ser feita de forma individual, com cada um dos licitantes, mediante agendamento junto a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, por meio dos contatos (81) 3194-9353 e 3194-9357.

Caso o licitante tenha optado pela realização da vistoria, deverá, para tanto, visar a declaração comprobatória da vistoria efetuada, de acordo com o modelo que se faz presente no Anexo denominado - Modelo de Declaração de Vistoria - ANEXO III do Edital. Do mesmo modo, na hipótese da não realização da vistoria, deverá a licitante visar o modelo de declaração que também se faz presente, denominado - Modelo de Declaração de Conhecimento Prévio - ANEXO IV do Edital. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

Enfatizamos que a justificativa da necessidade de vistoria, ainda que facultativa, tem o objetivo de evitar pleitos e/ou questionamentos do futuro contratado sob a alegação de desconhecimento das condições do local e da realização dos serviços, ratificando, dessa forma, a responsabilidade do licitante vencedor de eventuais prejuízos decorrentes da não realização da vistoria ou falha na vistoria realizada.

#### 5.6. Qualificação Técnica Mínima dos Profissionais e das Condições de Habilitação

Para qualificação técnica, os licitantes devem apresentar os seguintes documentos:

Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou outros conselhos regulamentados, da empresa e dos profissionais de nível superior ou técnico devidamente reconhecidos que se responsabilizarão pela execução dos serviços.

Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pelo órgão de regulação profissional respectivo para as diferentes especialidades, detentor(es) das certidões de acervo técnico com registro de atestado referidos no subitem 3.3, devidamente registrados no CREA/CAU ou outros conselhos regulamentados, os quais serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

Caso o detentor do Acervo Técnico seja sócio da empresa, a comprovação de que trata o subitem acima será satisfeita com a apresentação do ato constitutivo ou contrato social da empresa;

Se o detentor do Acervo Técnico for contratado para prestação de serviços, a comprovação será satisfeita com a apresentação do contrato de prestação de serviço;

Se o detentor do Acervo Técnico for empregado, a comprovação dar-se-á com a apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho ou Ficha constante do Livro de Registro de Empregado;

Os profissionais indicados pelo licitante, detentores dos acervos técnicos, deverão participar dos serviços objeto deste certame;

Caso haja substituição do responsável técnico dos serviços, o licitante vencedor deverá providenciar a ART ou RRT ou outro documento semelhante do novo responsável técnico, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da autorização de substituição pelo TRE/PE, a qual deverá estar vinculada à ART/RRT ou outro documento semelhante original.

#### 5.7. Condições da Proposta

A proposta deverá preencher os seguintes requisitos:

- ser apresentada em formulário específico do Modelo de Proposta - doc nº 3201013, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da abertura da sessão pública. Não serão admitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- conter o nome da proponente, endereço, identificação (individual ou social), fone/fax e endereço eletrônico (e-mail);



- apresentar suas folhas rubricadas e a última assinada por seu representante;
- conter o prazo máximo para execução dos serviços;
- conter declaração de que tem conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços, e de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, registro no CREA/PE (ARTs), ou CAU-PE (RRT's), ou outras taxas similares de outros Conselhos Regulamentados, deslocamentos e estadas de técnicos no local onde serão realizados os serviços, equipamentos e quaisquer outros custos inerentes à execução dos serviços;
- apresentar planilha orçamentária, nos moldes do Modelo de Planilha Orçamentária e do Modelo de Composição dos Fatores K\_TRDE - docs. nºs 3201033 e 3201039. Na elaboração da planilha orçamentária, os custos horários dos profissionais não deverão conter leis sociais. Estas devem ser computadas no cálculo do Fator K, conforme apresentado nas respectivas planilhas de referência.
- a Planilha Orçamentária de que trata o item anterior deverá ser assinada e rubricada em todas as folhas pelo responsável técnico da empresa, inclusive com identificação do título profissional e do número de inscrição profissional, devidamente registrado no CREA, CAU ou outros conselhos regulamentados;
- Nos valores indicados deverão estar incluídos todos os custos referentes aos serviços a serem executados, inclusive equipamentos, ferramentas, material e mão-de-obra;
- Quaisquer outros serviços não relacionados na Planilha Orçamentária de Referência - doc. nº 3201020, mas que sejam intrínsecos ou indispensáveis para a perfeita execução dos trabalhos, deverão ser considerados pelas licitantes e inseridos na composição de seus custos, não cabendo, sob qualquer alegação, solicitação de acréscimo de prazo ou financeiro para sua execução;
- As planilhas orçamentárias preferencialmente deverão ser geradas em planilha eletrônica Excel, e todos os números e fórmulas deverão estar truncados em 2 (duas) casas decimais, com uma versão em meio digital;
- A licitante preferencialmente deverá utilizar o Modelo da Planilha Orçamentária, doc. nº 3201033. Em qualquer caso, no entanto, não poderá deixar de atender às exigências existentes nas Condições da Proposta - ITEM 5.7. Os campos referentes à descrição, sequência dos itens e unidade, também deverão estar em perfeita consonância com o modelo.
- A composição dos fatores K\_TRDE deverá ser apresentada conforme o modelo constante do doc. nº 3201039.
- Os documentos pertencentes a proposta a ser apresentada pelas licitantes serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal.
- Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão tidos como inclusos nos preços, e não serão considerados pleitos de acréscimos, a estes ou a qualquer título.
- Os documentos pertencentes a proposta a ser apresentada pelos licitantes serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal.

#### 5.8. Estimativa de Preços (Custo Médio da Contratação)

O orçamento estimado é de R\$ 259.513,69 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e nove centavos), conforme consta da Planilha Orçamentária de Referência - doc. nº (3201020).

Para elaboração do orçamento base da licitação, foram adotadas as diretrizes do § 2.º, do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 e, subsidiariamente, as diretrizes do Decreto 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

Trata-se de estimativa de custo para realização de serviço intelectual de engenharia, o qual apresenta razoável grau de incerteza. Conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, utilizamos mais de uma opção para estimativa de custo, com o intuito de comparar e avaliar a consistência dos resultados.

Foram utilizados dois métodos para estimativa do custo. O primeiro, criado pela Associação Brasileira dos engenheiros civis do Tocantins, detalhado na estimativa de custo (3199521) do Estudo Técnico Preliminar. Com base no resultado desse método, estimou-se quantidade de horas necessárias dos profissionais específicos para cada tipo de projeto, e os custos unitários foram coletados do SINAPI. O detalhamento consta da planilha orçamentária de referência doc. nº (3201020).

O segundo método foi baseado na coleta de propostas junto a fornecedores do mercado produtivo da região. Foram consultadas 15 (quinze) empresas, das quais 4 (quatro) apresentaram proposta, conforme quadro abaixo:

Empresa	E-mail	CNPJ	Data da solicitação da proposta	Data do recebimento	Valor global
SEC PROJETOS LTDA.	<a href="mailto:adiel.secprojetos@gmail.com">adiel.secprojetos@gmail.com</a>	47.674.059/0001-29	02/09/2025	09/09/2025	R\$ 278.411,24
DIB ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA.	<a href="mailto:contato.dibengenharia@gmail.com">contato.dibengenharia@gmail.com</a>	48.420.266/0001-10	02/09/2025	05/09/2025	R\$ 334.148,00
FOCO ENGENHARIA	<a href="mailto:foco@foco-ecs.com.br">foco@foco-ecs.com.br</a>	10.923.799.0001-41	02/09/2025	20/09/2025	R\$ 364.149,18
ATESEG	<a href="mailto:comercial@ateseg.com.br">comercial@ateseg.com.br</a>	17.327.527/0001-28	02/09/2025	20/09/2025	R\$ 92.165,00

As empresas apresentaram estimativas discrepantes. Apenas uma empresa apresentou proposta com valor muito abaixo do calculado pelo primeiro método - R\$ 92.165,00 enquanto as demais apresentaram valores mais elevados, que variaram de R\$ 278.411,24 a R\$ 364.149,18, , conforme consta das propostas anexas (3201091). Considerando que as empresas que apresentaram proposta estão cientes de que não haverá contratação direta e que será realizada uma licitação, há uma tendência à elevação dos preços. Adicionalmente, a proposta cujo valor está bem abaixo tanto dos demais fornecedores quanto do primeiro método, foi desconsiderada.

Portanto, foi adotado o valor global obtido no primeiro método, cujos custos foram detalhados de acordo com os custos horários dos profissionais específicos coletados do SINAPI, conforme consta da planilha orçamentária de referência - doc. nº (3201020).

#### 5.8.1 Data do Orçamento Estimado

Setembro de 2025.

#### 5.9. Subcontratação

É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total do objeto, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

O percentual indicado acima refere-se ao somatório dos custos dos seguintes serviços:

- Levantamento topográfico
- Projeto de canteiro de obra
- Projeto de segurança contra incêndio
- Projeto estrutural
- Planilha orçamentária de referência

Justificativa: Pretende-se ampliar a competitividade, pois dificilmente os licitantes têm em seu escopo todas as atividades relativas à elaboração dos projetos especificados neste Termo de Referência. Desse modo, eleva-se a eficiência dos licitantes.

O licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Em caso de subcontratação, a subcontratada deverá preencher todas as condições técnicas exigidas para habilitação na presente licitação, proporcionais aos serviços subcontratados.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### 5.10. Preposto da Empresa

O licitante vencedor deverá indicar, por escrito, o preposto, o qual preferencialmente exercerá a função de coordenador dos projetos, cuja qualificação técnica deve ser comprovada durante a licitação. O coordenador será o responsável pela compatibilização dos projetos.

Caso haja necessidade de substituição do preposto, o licitante vencedor deverá informar previamente, para aprovação da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

O preposto designado representará a empresa perante o TRE/PE, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:

- a) Ser acessível ao Contratante, por intermédio de número de telefones fixo e celular informando-os antes da emissão da Ordem de Serviço;
- b) Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

#### 5.11. Critérios de Sustentabilidade

##### 5.11.1. Critérios Sociais

Será exigido da contratada, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de publicação o extrato do contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a declaração de que:

- Prioriza o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matéria-prima de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016, (pág. 60 da 3ª Edição, ano 2021 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).
- Não foi condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, (pág. 42, "1.3" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ e pág. 60 da 3ª Edição, ano 2021 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).
- E ainda em atendimento ao disposto na Lei nº 12.187/2009<sup>1</sup>, (art. 5º, XIII; art. 6º, XII); regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019<sup>2</sup>; nas Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), o que se segue:

No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

#### 5.11.2. Critérios Ambientais

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.

Resíduos de Construção (obras ou serviços de engenharia): "são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha" (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

A Contratada deverá zelar pela correta destinação dos resíduos decorrentes dos serviços prestados. Resíduos de construção civil deverão ser separados na origem dada a destinação final ambientalmente adequada, em local autorizado pelo poder público para esse fim, conforme estabelecem a Lei 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Resolução CONAMA n. 307/2002 e a Lei nº 14.236/2010 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), alterada pela Lei 17.023/2020 (Política Estadual de Resíduos Sólidos). nos seguintes termos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser

armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

●Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com as normas técnicas específicas.

Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

A contratada deverá estar ciente do art. 15 da Lei Estadual nº14.236/2010 que dispõe: "A responsabilidade administrativa, nos casos de ocorrências envolvendo resíduos, de qualquer origem ou natureza, que provoquem danos ambientais ou ponham em risco a saúde da população, recairá sobre: § 1º No caso de contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais atividades relacionadas ao manejo de resíduos, em qualquer de suas etapas, configurar-se-á a corresponsabilidade".

Durante os serviços, os funcionários devem adotar práticas que visem ao consumo consciente de energia elétrica, de água e de materiais, bem como atentar para o descarte ambientalmente correto de todos os resíduos gerados, além daqueles classificados como de construção civil.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 3ª ed. set/2020, p. 133).

Realizar e manter treinamento do(s) funcionário(s) a ser(em) alocado(s) em consumo e descarte consciente, cabendo ao encarregado/supervisor pelo serviço fiscalizar e orientar para o cumprimento de práticas de gestão sustentável de água, energia, materiais, de modo a evitar o máximo possível desperdício, reduzir/minimizar a geração de resíduos, bem como promover a separação e descarte ambientalmente adequado de materiais utilizados na rotina do serviço.

#### 5.11.3. Critérios Culturais

Não se aplica.

#### 5.11.4. Critérios de Acessibilidade

- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a proponente vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);

Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Lei 14.133/2021, Art. 63, inciso IV; incluído pela Lei nº 13.146, de 2015, Art. 104º);

Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.....5%".

#### 5.11.5. Critérios de Saúde

- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes. (pág. 42, "1.1" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ e pág. 60 da 3ª Edição, ano 2021 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE. (pág. 42, "1.2" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ).

A empresa deverá incluir na Declaração Sustentabilidade que atende às práticas de segurança sanitária vigentes com vistas à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus e que se compromete a adotar todas as cautelas necessárias a evitar essa disseminação.

Realizar e manter treinamento dos funcionários em práticas de prevenção ao contágio da COVID-19, aplicáveis à rotina do Serviço contratado.

#### 6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea "e" e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

A Ordem de Serviço será emitida em até 30 (trinta) dias após a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Localização do imóvel objeto deste Termo de Referência: Avenida Rui Barbosa, 320, Graças.

#### DAS DIRETRIZES GERAIS:

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Termo de Referência, as normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente dos órgãos de administração pública competentes e do CBMPE serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços. No caso destas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem as instalações;

De forma específica, deverão ser observadas as seguintes normas:

a) Resolução CONFEA nº 359, de 31 de julho de 1991, bem como a Resolução CONFEA nº 437, de 27 de novembro de 1999.

b) Lei da Cidade do Recife nº 16.292/97;

c) Os regulamentos das empresas concessionárias de energia que fornecem tal serviço a Cidade de Recife;

c) Lei do Estado de Pernambuco nº 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, e as posteriores alterações legais.

Os projetos devem conter todos os detalhamentos e especificações necessárias, para propiciar a perfeita contratação da reforma por meio de licitação futura e devem definir detalhadamente todos os materiais, acabamentos e normas para a execução de serviços, necessários à execução da obra. Os textos deverão ser claros e de fácil compreensão.

Os projetos deverão resultar num conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, sistemas e componentes do empreendimento. O produto final deverá conter todas as informações técnicas necessárias e suficientes ao atendimento das exigências legais para os procedimentos de análise e de aprovação dos projetos nos órgãos públicos, Corpo de Bombeiros e nas companhias concessionárias de serviços públicos, incluindo desenhos, textos e adaptações exigidos em leis, decretos, portarias ou normas relativas a esses órgãos.

Os projetos executivos de engenharia deverão ser compatibilizados entre si e com os projetos de arquitetura, de forma que não haja nenhuma sobreposição e conflito entre a estrutura, os projetos de instalações e os projetos de arquitetura. Todos os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação, e atendendo às seguintes diretrizes gerais de projeto:

- utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
- adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento;
- pautar os projetos em critérios de ECONOMICIDADE, entendida de forma abrangente, significando a otimização dos recursos físicos e financeiros existentes, e de maneira mais restrita, referindo-se à busca de soluções construtivas racionais e adequadas à realidade deste Regional;

Os materiais e acabamentos a serem aplicados devem ser discutidos e acordados com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, tendo em vista o objetivo da padronização dos materiais utilizados nos Fóruns Eleitorais para fins de redução dos custos com manutenção.

A Contratada deverá proceder, para a perfeita caracterização física das áreas, o levantamento total dos dados, verificando todas as medidas e condições físicas do local de realização da obra, incluindo levantamento cadastral da área no tocante à rede de infraestrutura, incluindo:

- alimentação elétrica;
- alimentação hidráulica;
- destino final de esgotos;
- alimentação telefônica;
- rede de lógica necessária;

#### 6.1. Descrição Detalhada dos Serviços (Objeto da Contratação)

##### Dos projetos executivos (1ª etapa)

Deverão ser apresentados projetos com todas as informações necessárias para o pleno detalhamento da reforma, de modo que não reste nenhuma decisão a respeito de concepção para ser definida no decorrer da obra, ou que venha a ocasionar aditivos na planilha orçamentária da construção. Sendo assim, será necessária a apresentação dos projetos e demais documentos técnicos que seguem relacionados abaixo.

##### Projeto de Canteiro de Obra

O projeto deve conter plantas com arranjo das cercas ou tapumes, instalações provisórias de água, esgoto, luz e telefone (caso necessário), bem como de edificações provisórias destinadas a abrigar o pessoal e as dependências necessárias à obra, em atendimento a Norma Regulamentadora NR-18.

#### Levantamento Topográfico

Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral do imóvel, para reprodução gráfica das delimitações dos prédios, obtenção de áreas, comprimentos, ângulos e níveis do terreno. Adicionalmente, devem ser cadastrados os seguintes elementos:

- limites de vegetação ou de culturas;
- edificações;
- benfeitorias;
- posteamentos;
- cobertas metálicas;
- árvores isoladas;
- Elementos de drenagem natural e artificial;
- Divisas e muros;
- Definição do norte;
- relevo com curvas de nível;
- determinação das dimensões horizontais e verticais do terreno e os ângulos;
- planta topográfica com escala adequada ao tamanho do terreno;
- desenho técnico da planta planialtimétrica;

#### Projeto de instalações elétricas e subestação

- Projeto de implantação com as indicações dos elementos externos e da entrada de energia, com localização dos medidores, profundidade dos eletrodutos enterrados e o envelopamento destes com concreto em locais de trânsito de veículos, caso necessário;
- Desenhos com diagrama unifilar;
- Planta, corte, elevação da subestação rebaixadora, com a parte civil e a parte elétrica;
- Plantas de todos os pavimentos e da área externa com as seguintes indicações:
  - local dos pontos de consumo com respectivas cargas, seus comandos e indicações dos circuitos pelos quais são alimentados;
  - local dos quadros de distribuição e respectivas cargas;
  - traçado dos condutores e caixas;
  - traçado e dimensionamento dos circuitos de distribuição, dos circuitos terminais e dispositivos de manobra e proteção;
  - tipos de aparelhos de iluminação e outros equipamentos, com todas suas características e cargas;
  - legendas de convenções utilizadas;
- Plantas com detalhamento do quadro geral de entrada e dos quadros de distribuição, mostrando a posição dos dispositivos de manobra, barramentos e dispositivos de proteção com as respectivas cargas



- Quadro de cargas, demonstrando a utilização de cada fase nos diversos circuitos (equilíbrio de fases)
- Projeto de aterramento, com o local dos aterramentos e indicação da resistência máxima de terra e das equalizações
- Esquema de prumadas
- Lista de cabos e circuitos
- Previsão de relé fotoelétrico para iluminação externa;
- Memoriais com o cálculo do dimensionamento dos circuitos e da luminotécnica;
- Tabela de quantidades de conexões, tubulações e todos os elementos de projeto;
- Aprovação junto à concessionária local
- Memorial descritivo com detalhes da concepção do projeto, especificação dos materiais e equipamentos e citação das normas técnicas utilizadas para o dimensionamento e indicadas para a execução da obra

#### CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

No imóvel há dois edifícios principais, quais sejam, o Casarão e o Prédio Administrativo (Anexo) e outras benfeitorias agregadas. O projeto elétrico objeto deste Termo de Referência refere-se ao Prédio Administrativo. Porém, para dimensionamento da subestação, deve-se considerar a carga instalada/demandada para todos os prédios do imóvel com as benfeitorias agregadas, pois o abastecimento de energia do imóvel ocorre apenas por uma subestação. Assim, o contratante fornecerá o projeto elétrico do prédio Casarão para inclusão no dimensionamento da subestação.

O projeto deverá considerar a compatibilização da entrada de energia do prédio administrativo com a entrada de energia do Casarão.

#### Projeto de instalações de cabeamento estruturado - voz/dados e vigilância eletrônica

- Planta de situação/locação indicando o ramal da concessionária de telefone;
- Planta baixa de cada pavimento, indicando a modulação das caixas de saída, pontos, tubulações, os espaços destinados a painéis de distribuição, hubs, racks, servidores, e infraestrutura para a passagem dos cabos e numeração sequencial dos pontos da rede;
- Diagrama unifilar da instalação;
- Diagramas de blocos;
- Detalhes da instalação de painéis, equipamentos e infraestrutura;
- Tabela de quantidades de conexões, tubulações e todos os elementos de projeto;
- Infraestrutura para câmeras e sistema de alarme;
- Memorial descritivo com detalhes da concepção do projeto, especificação dos materiais e equipamentos e citação das normas técnicas utilizadas para o dimensionamento e indicadas para a execução da obra;

Projeto de instalações de climatização e exaustão:

- Plantas com indicação da localização dos principais componentes do sistema: unidades condensadoras, evaporadoras etc;
- Planta baixa de cada nível do edifício e cortes, com as seguintes indicações, dentre outras:
  - dutos de insuflamento e retorno de ar;
  - canalizações de água gelada e condensação;
  - comprimentos e dimensões, com elevações de cada tipo de material utilizado nos ambientes;
  - localização dos equipamentos e aberturas para tomadas e saídas de ar;
  - pontos de consumo;
  - interligações elétricas, comando e sinalização;
  - indicação das conexões, registros, válvulas e outros elementos;
- Planta baixa e cortes com o detalhamento do sistema de drenagem;
- Memorial descritivo com detalhes da concepção do projeto, especificação dos materiais e equipamentos e citação das normas técnicas utilizadas para o dimensionamento e indicadas para a execução da obra;
- Memorial com cálculo da carga térmica;
- Memorial com cálculo do dimensionamento dos equipamentos e dos dutos;

Projeto de instalações hidrossanitárias ( água, esgoto e drenagem de águas pluviais):

- Planta de situação ao nível da rua com as seguintes indicações:
  - locais de todas as redes e ramais externos, incluindo redes da concessionária, entrada de água, medidor;
  - posicionamento de todos os elementos de coleta e dados das respectivas áreas de contribuição ( limites, cotas, inclinação, sentido de escoamento, permeabilidade etc);
- Plantas de implantação com indicação das ligações às redes existentes, cotas de tampa, cotas de fundo, dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, dimensionamento e indicação de redes existentes e a executar, drenagem de áreas externas etc;
- Planta geral de cada pavimento com o traçado e dimensionamento de tubulações e indicação dos componentes do sistema, tais como alimentador, reservatórios, pontos de consumo;
- Plantas com indicação de barriletes e caixa d'água;
- Plantas de todos os níveis e cobertura, onde constem as áreas de contribuição, a localização, declividades, dimensões e materiais dos condutores, calhas, rufos e canaletas;
- Desenhos das prumadas e dos reservatórios;

- Representação isométrica esquemática das instalações;
- Desenhos com o esquema de distribuição vertical;
- Memorial descritivo com detalhes da concepção do projeto, especificação dos materiais e equipamentos e citação das normas técnicas utilizadas para o dimensionamento e indicadas para a execução da obra;
- Memoriais com cálculo do dimensionamento das tubulações, volumes de reservatórios inferior e superior, barriletes e bombas;
- Tabela de quantidades de conexões, tubulações e todos os elementos de projeto;
- Aprovação junto à concessionária local (Secretaria de Meio Ambiente ou prefeitura). O contratado deverá providenciar a Licença Prévia e a Licença de Instalação para o início da obra, salvo desnecessidade desses documentos formalmente indicada pelo órgão competente.

#### CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

1 - O prédio administrativo contém um reservatório inferior, enterrado, e um reservatório superior, com duas câmaras, em concreto armado, cujas dimensões e capacidades de armazenamento deverão ser verificadas.

2 - O medidor / entrada de água é único para os dois prédios, quais sejam, Casarão e prédio administrativo. Há uma interligação do abastecimento de água entre os dois prédios, de forma precária. O abastecimento é realizado para o prédio administrativo e deste segue para o Casarão. Tal configuração deverá ser eliminada.. Assim, o projeto hidráulico deverá contemplar:

2.1 - O sistema hidráulico completo do prédio administrativo;

2.2 - Uma etapa do sistema hidráulico do prédio Casarão: dimensionamento do sistema de reservação de água, com reservatórios inferior e superior, sistema de recalque de água potável, bem como o barrilete do reservatório superior até a interligação com as tubulações internas do prédio;

3 - No pavimento térreo do prédio administrativo, especificamente no ambiente Almoxarifado, as tubulações do sistema de drenagem existente, da laje de coberta, foram instaladas aéreas, fixadas por abraçadeiras. Necessário avaliar junto com a Seção de Arquitetura se tal encaminhamento será mantido ou se deverá ser projetado sistema de tubulações enterrado;

4 - O projeto de drenagem de águas pluviais deverá ser elaborado para todo o imóvel, que possui área de 5.780,44 m<sup>2</sup>. Para o prédio Anexo I, desde a cobertura do edifício, e para as demais áreas, somente drenagem a partir do nível do terreno;

Projetos de segurança contra incêndio (SPCI) e contra descargas atmosféricas (SPDA):

Levantamento Arquitetônico (AS BUILT):

Esse levantamento tem o objetivo de atender a legislação do Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco. Trata-se de um levantamento que integra a documentação do projeto de segurança contra incêndio, exigido por aquele órgão.

Assim, o Contratante fornecerá todos os desenhos necessários à composição do levantamento arquitetônico, para que a empresa organize-os em pranchas de arquitetura, e envie-os junto com o projeto de segurança contra incêndio. Cumpre salientar que esse levantamento incluirá as duas principais edificações construídas no imóvel, quais sejam, o Casarão e o prédio administrativo anexo. Adicionalmente, o contratado deverá apresentar:

- Planta de situação, indicando as canalizações externas, redes existentes das concessionárias e outras de interesse;

- Planta geral de cada nível do edifício com as indicações de tubulações, comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, detectores de fumaça, centrais de detecção, acionadores manuais, sirenes de alarme, indicadores visuais, chaves, hidrantes, rede de sprinkler, iluminação de emergência, bombeamentos e demais componentes;
- Isometria, em escala adequada, dos sistemas de hidrantes ou mangotinho, chuveiros automáticos, com indicação de diâmetros, comprimento dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;
- Desenhos esquemáticos da sala de bombas, reservatórios e abrigos;
- Plantas com a localização, detalhes e especificações do sistema de para-raios;
- Memorial descritivo com detalhes da concepção do projeto, especificação dos materiais e equipamentos e citação das normas técnicas utilizadas para o dimensionamento e indicadas para a execução da obra;
- Memorial de cálculo do dimensionamento das tubulações, sistema de recalque, sistema de hidrantes e reservatório
- Memória de cálculo do sistema de para-raios;

#### CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - O sistema de segurança contra incêndio deve ser elaborado para atendimento a todos os prédios existentes no imóvel. Os dois prédios principais são o Casarão e o prédio administrativo.
  - 2 - O projeto deve ser aprovado junto ao Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco. Os custos financeiros e administrativos necessários à aprovação do projeto devem estar inclusos na proposta do licitante.
  - 3 - Todos os projetos complementares que se relacionam com o sistema de combate a incêndio, e permitem seu pleno funcionamento, devem ser elaborados e compatibilizados. Exemplo: Projeto elétrico com inclusão dos circuitos do sistema de detecção de incêndio, da iluminação de emergência e do sistema de bombeamento para reservatório e hidrantes, bem como a compatibilização com o projeto elétrico original do edifício. Se houver necessidade de elaboração de projeto estrutural de escada metálica de acesso pela área externa dos prédios, os projetos estruturais devem ser elaborados.
  - 4 - Para o prédio Casarão, que está em pleno uso, as novas instalações prediais devem ser compatibilizadas com as instalações existentes.
  - 5 - Os documentos elencados acima não necessariamente serão semelhantes aos que o Corpo de Bombeiros exige para aprovação. O escopo deste contrato é amplo, no sentido de exigir todos os detalhes necessários à execução da obra e ao pleno funcionamento dos sistemas de detecção e combate a incêndio, incluindo a compatibilização com os outros projetos de engenharia e arquitetura do edifício.
- Número do Processo junto ao Corpo de Bombeiros: Protocolo nº 2020010089805.
  - A empresa deverá dar continuidade a esse processo junto ao Corpo de Bombeiros, com designação de um novo responsável técnico para assunção da responsabilidade técnica do projeto. Observa-se que o projeto de arquitetura do prédio Anexo e a legislação do Corpo de Bombeiros(COSCIP) sofreram mudanças, de modo que há necessidade de elaboração de um novo projeto de segurança contra incêndio.

#### Projeto de impermeabilização da cobertura e áreas molhadas

O projeto de impermeabilização deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- plantas de localização e identificação das impermeabilizações, bem como dos locais de detalhamento construtivo;
- detalhes genéricos e específicos que descrevam graficamente todas as soluções de impermeabilização projetadas e que sejam necessários para a inequívoca execução destas;

- memorial descritivo dos tipos de impermeabilização selecionados para os diversos locais que necessitem de impermeabilização;
- memorial descritivo de materiais e camadas de impermeabilização, procedimentos de execução,

#### Projeto estrutural

O prédio administrativo está com alguns elementos deteriorados, algumas lajes não suportam cargas previstas em normas técnicas para a segura utilização do imóvel, e necessita de algumas adequações, de acordo com o projeto de arquitetura. Assim, o projeto estrutural deve contemplar os itens abaixo:

- Reforço das lajes de teto pré-moldadas do pavimento térreo. São lajes do tipo volterrana, com vãos que variam de 1,95 metro a 3,95 metros de comprimento, possuem armadura insuficiente para resistir às cargas previstas na norma NBR 6120 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações, para ambientes tipo escritório. Assim, deve ser confirmada essa armadura insuficiente, e realizado um estudo de viabilidade, com a avaliação de três soluções: 1 - reforço das lajes com estrutura metálica; 2- reforço das lajes com concreto projetado; 3 - demolição das lajes e construção de nova estrutura. O estudo de viabilidade deve apontar a melhor solução, com posterior elaboração do projeto estrutural. A área dessas lajes totaliza aproximadamente 1.175 m<sup>2</sup>;
- Recuperação das vigas de bordo do segundo pavimento. Em várias fotos, exibidas no relatório - ANEXO XI do Edital, percebe-se que as vigas de bordo estão com oxidação de armaduras. Assim, deve ser elaborado projeto de recuperação estrutural para esses elementos e também para quaisquer outros que sejam identificados durante inspeção a ser realizada pela empresa contratada;
- Projeto estrutural de duas estruturas para escadas de acesso ao segundo pavimento, de uma laje de cobertura no pavimento térreo e de uma estrutura para plataforma elevatória, conforme detalhamento exibido no projeto de arquitetura;
- Projeto estrutural para uma laje integrante da cobertura, transição entre o Bloco A e o Bloco B do prédio administrativo. Essa laje tem dimensões aproximadas de 4,50m x 4,50m, e está com oxidação de armadura em razão das infiltrações.
- Plano de demolição das estruturas das escadas e da passarela de interligação entre os prédios Casarão e Anexo, conforme detalhamento exibido no projeto de arquitetura.
- Projeto estrutural para os elementos dos demais projetos complementares ( possíveis exigências do projeto de segurança contra incêndio ( escadas de acesso ao primeiro andar do prédio Casarão), reservatórios etc;

Foram realizadas sondagens no terreno, no ano de 2005, e constam do doc. nº (3201084) deste termo de referência, para subsidiar a elaboração do projeto.

#### Fundações e superestrutura

- Desenhos com locação, características e dimensões dos elementos de fundação.
- Planos de armação e fôrma, com indicação do Fck do concreto;

Desenhos em planta baixa com lançamento da estrutura com cortes e elevações, se necessários. Plantas de armação com indicação de:

- seções longitudinais de todas as vigas, mostrando a posição, a quantidade, o diâmetro e o comprimento de todas as armaduras em escala adequada;
- seções transversais de todas as vigas, mostrando a disposição das armaduras longitudinais e transversais, além das distâncias entre as camadas das armaduras longitudinais;
- seção longitudinal de todos os pilares, mostrando a posição, a quantidade, o diâmetro, o comprimento e os traspasses de todas as armaduras longitudinais;

- seção transversal de todos os pilares, com demonstração das armaduras longitudinais e transversais (estribos);
- Plantas de fôrma contendo indicação de valor e localização da contraflecha em vigas e lajes, bem como indicação da seção transversal das vigas e pilares;
- Indicação do Fck do concreto para cada elemento estrutural;
- Quadro resumo de barras de aço contendo posição (numeração da ferragem), diâmetro da barra, quantidade de barras, massa em Kg das barras;
- Memorial com cálculo das áreas fôrma;
- Memorial com cálculo do volume de concreto;
- Especificações dos materiais, componentes e sistemas construtivos;
- Memorial com método construtivo;
- Memorial de cálculo do projeto, com dimensionamento de todas as peças, indicando as cargas e os momentos utilizados no projeto;

#### Plataforma Elevatória

O projeto estrutural deve contemplar o dimensionamento e o detalhamento da estrutura para abrigo da plataforma elevatória, conforme locação realizada no projeto de arquitetura, e deve considerar:

- espaços mínimos para instalação dos equipamentos ( cabina, contrapeso, casa de máquinas, poço etc)
- desenho da casa de máquinas, em escala adequada;
- características da plataforma elevatória, a qual será especificada no memorial descritivo elaborado pelo contratado;

#### PLANO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

O Manual de Uso, Operação e Manutenção deverá ser elaborado conforme diretrizes a seguir:

1. Introdução
  - 1.1. Responsabilidades
  - 1.2. Definições e conceitos
  - 1.3. Referências normativas
2. Memorial descritivo
3. Fornecedores
  - 3.1. Relação de projetistas
  - 3.2. Outros que forem necessários
4. Operação, Uso e Limpeza
  - 4.1. Instalações hidráulicas
    - 4.1.1. Água potável
    - 4.1.2. Sistema de combate a incêndio
    - 4.1.3. Esgoto
  - 4.2. Instalações elétricas
    - 4.2.1. Tomadas e interruptores
    - 4.2.2. Subestação (transformadores e equipamentos de média tensão)
    - 4.2.3. Quadros e painéis elétricos

- 4.2.4. Nobreaks e equipamentos de estabilização de tensão
- 4.2.5. Iluminação interna e externa
- 4.2.6. Bombas e motores
- 4.3. Cabeamento estruturado, telefonia e sistema de interfones
- 4.4. Sistemas mecânicos
  - 4.4.1. Plataforma elevatória de acessibilidade
  - 4.4.2. Sistema de climatização
  - 4.4.3. Sistemas de exaustão mecânica
- 4.5. PCI
  - 4.1.1. Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas- SPDA
  - 4.1.2. Iluminação de emergência
- 4.6. Impermeabilização
- 4.7. Esquadrias
  - 4.7.1. Madeira
  - 4.7.2. Ferro e aço
  - 4.7.3. Alumínio
- 5.10. Estruturas/sistemas de vedações verticais
- 5.11. Revestimento
  - 5.11.2. Cerâmico interno e externo
- 5.17. Cobertura

#### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA

- A planilha orçamentária de serviços a ser apresentada pela licitante deverá utilizar o modelo de planilha determinado pelo TRE/PE, e contemplar todos os serviços necessários à execução da obra e funcionamento da unidade e deverá estar compatibilizada com os projetos e especificações;
- Os custos unitários deverão ser apresentados por subitem, em uma única coluna, identificada como “custo unitário”. O custo total de cada subitem será exibido na segunda coluna, denominada “Custo Total”. Ao final, a planilha deverá apresentar a soma geral da coluna denominada “Custo Total”. A contratante fornecerá um modelo de planilha orçamentária durante a execução contratual;
- Todos os custos unitários deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, conter apenas duas casas decimais e todas as multiplicações deverão ser “truncadas” para duas casas;
- A elaboração da planilha orçamentária deverá seguir as diretrizes da Lei 14.133/2021 e , subsidiariamente a Cartilha - Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas - elaborada pelo Tribunal de Contas da União;
- A planilha deverá ser elaborada utilizando-se o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI - e apresentada em Excel. Todos os serviços deverão ser identificados com os respectivos códigos apresentados na tabela do SINAPI. Caso algum serviço não possa ser descrito utilizando-se os custos e serviços da tabela do SINAPI, por incompatibilidade técnica do referencial do SINAPI em relação às características técnicas do serviço ou por qualquer outra motivação, dever-se-á adotar outra fonte de pesquisa (ORSE, SEINFRA, pesquisa de mercado etc), desde que seja apresentada a devida justificativa e a indicação das fontes de consulta. A contratada poderá buscar em outros sistemas de referência de custos, composições de serviços que não existam nos sistemas citados acima. Porém, os custos dos insumos das referidas composições deverão ser obtidos do SINAPI.

Caso tais insumos não possuam referência no SINAPI, poderá ser utilizada outra fonte de referência (ORSE, SEINFRA) ou pesquisa de mercado, o que for mais coerente para o caso;

● Os preços unitários dos insumos ou serviços coletados por meio de pesquisa de mercado deverão ter, no mínimo, 03 (três) cotações de fornecedores distintos, com documentação comprobatória. Caso não seja possível obter esse número de cotações, dever-se-á elaborar justificativa circunstanciada. Para as cotações de insumos, deverá ser realizada uma análise crítica com indicação da metodologia adotada para a definição do preço de referência, e eventual desconsideração de valores inexequíveis ou excessivamente elevados;

● A contratada deverá apresentar memorial de cálculo dos quantitativos levantados, por ambiente, referente a cada um dos serviços da planilha orçamentária, em programa Excel;

● O autor da planilha orçamentária deverá emitir declaração expressa quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e com os custos SINAPI;

● Nos valores indicados deverão estar incluídos todos os custos referentes a cada um dos serviços relacionados na planilha. Os custos devem ser apresentados com ou sem desoneração, obedecendo à Lei 13.161/2015, àquele mais vantajoso para o TRE/PE;

#### - Composição Analítica dos Custos Unitários

● A Planilha de Composição Analítica dos Custos Unitários, relativa aos serviços constantes na planilha orçamentária, deverá considerar apenas o custo direto, incluindo o percentual correspondente às Leis Sociais, estabelecido no sistema SINAPI para Pernambuco, e sem BDI (Benefícios e Despesas Indiretas). Eventuais equipamentos deverão ser incluídos como materiais. Todos os custos unitários deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, conter apenas duas casas decimais e todas as multiplicações deverão ser “truncadas” para duas casas.

#### - BDI (Bônus e Despesas Indiretas)

● Indicar o percentual adotado para o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), após prévia consulta e aprovação da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura. Devem ser seguidas as recomendações do acórdão nº 2622/2013 TCU. A Composição do BDI deverá ser apresentada conforme modelo estabelecido pelo contratante.

#### - Cronograma Físico-Financeiro

● O Cronograma Físico-Financeiro da obra projetada deverá definir prazos, percentuais e valores de cada uma de suas etapas. Poderá ser utilizado o cronograma de Gantt ou cronograma de barras.

#### - ATUALIZAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Caso o contratante decida postergar o início da licitação para a execução da obra de reforma, e no momento da sua realização conclua que os preços do orçamento necessitam de atualização, durante a vigência contratual, a contratada será convocada para realizar a atualização dos preços da planilha orçamentária.

### DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS

● O encaminhamento para aprovação dos projetos junto à CEA – Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura - será realizado pelo contratado, sendo de sua responsabilidade a introdução de todas as modificações necessárias à sua aprovação;

● O encaminhamento para aprovação do projeto de SCI junto ao CBMPE, do projeto da subestação junto à Neoenergia e do projeto de esgotamento sanitário junto ao órgão competente, será realizado pelo contratado. Todo e qualquer custo para as devidas análises e aprovações junto aos órgãos competentes é de inteira responsabilidade do contratado;

● Na entrega final dos serviços contratados, o contratado deverá apresentar os seguintes documentos:

○ aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros;



- aprovação do projeto junto à Neoenergia;
- Licença Prévia e de Instalação, salvo desnecessidade formalmente indicada pelo órgão competente;
- comprovantes de pagamentos de taxas ou impostos referentes aos projetos acima citados e dos registros e anotações dos projetos executivos de engenharia junto ao CREA ou CAU;
- Todos os documentos deverão ser entregues em formato .pdf.
- As pranchas dos projetos deverão ser entregues em formato .pdf e .dwg. Cada prancha em formato .pdf deverá possuir arquivo .dwg individual;

#### VISITAS TÉCNICAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

Durante o contrato de execução da obra, a Contratada será convocada para a realização de visitas técnicas para acompanhamento da implantação dos projetos de sua autoria, no limite de até 15 (quinze) visitas, de acordo com as solicitações que serão realizadas pelo contratante. Durante as visitas, a equipe verificará o cumprimento das especificações e detalhes dos projetos. Será estabelecido, na proposta do contratado, o custo da visita técnica. Cumpre salientar que o número total de visitas técnicas estabelecido em contrato poderá ser reduzido pelo contratante, a critério do fiscal técnico da execução da obra, que avaliará a necessidade.

#### CONTROLE DE APRESENTAÇÃO DE VERSÕES

- O contratado estará limitado à apresentação de, no máximo, 03 (três) versões de cada conjunto de documentos das etapas, até sua aprovação final e aceitação pelo corpo técnico do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Caso o contratado ultrapasse o limite de três versões, a fiscalização poderá sugerir à Administração, aplicação de penalidade e rescisão contratual unilateral, além da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR;
- Após cada verificação, os documentos serão devolvidos ao contratado para possíveis adequações e continuidade do desenvolvimento dos trabalhos ou, em caso de expiração do limite do prazo contratual, entrega dentro de novo prazo concedido pela equipe técnica da CEA.
- A devolução dos projetos e documentos analisados pela CEA para cada fase das etapas, poderá ser efetuada, a critério do contratante, em reunião presencial ou remota, a depender do assunto a ser abordado, com a presença do respectivo projetista e/ou do representante legal da contratada.

#### - Local de Prestação dos Serviços

Avenida Rui Barbosa, 320, Graças, Recife-PE

#### - Prazo da Prestação dos Serviços

Prazo máximo de 130 (cento e trinta) dias corridos, a partir da data estabelecida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

ETAPA	PRAZO
1ª etapa - Elaboração do levantamento topográfico; Estudo de soluções para o reforço estrutural das lajes de teto do térreo do prédio Anexo	30 dias corridos
2ª etapa - Elaboração dos projetos de canteiro de obra, instalações elétricas e subestação, cabeamento estruturado, climatização e exaustão, instalações hidrossanitárias, segurança contra incêndio e SPDA, impermeabilização, projeto estrutural	40 dias corridos
Verificação preliminar	15 dias corridos
Entrega final	25 dias corridos

3ª etapa - Elaboração da planilha orçamentária, memoriais e Plano de Manutenção e Operação	40 dias corridos
Memoriais descritivos e de cálculos, Plano de Manutenção e Operação, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos	
4ª etapa - Aprovação dos projetos complementares junto aos órgãos competentes	45 dias corridos
	O prazo inicia após a aprovação da 2ª etapa
5ª etapa - Conclusão dos projetos complementares e da planilha orçamentária, após aprovação dos projetos juntos aos órgãos competentes	15 dias corridos
ETAPAS ESPECIAIS	
Atualização dos preços da planilha orçamentária	20 dias corridos
Realização de visitas técnicas durante a execução da obra	Prazo a ser definido pela SEENG

- Após as aprovações do projeto de SCI pela CEA, o contratado deverá encaminhar os projetos e documentações relacionadas, de forma individualizada para exames junto ao CBMPE, cujo ônus para análises e aprovações serão de inteira responsabilidade do contratado, que deverá considerar em sua proposta os gastos para os pagamentos de todas as taxas que porventura possam incidir visando à entrega do objeto contratado.

- Cada etapa do cronograma será iniciada com uma Ordem de Serviço;

- As terceira e quarta etapas são concomitantes;

- A quinta etapa trata da conclusão dos projetos e consequentemente da planilha orçamentária, em virtude da aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes;

Em até 15 dias a partir da Ordem de Serviço para início da segunda etapa, deverá ser entregue estudo preliminar com o objetivo de avaliar a concepção dos projetos, reduzindo possíveis redimensionamentos e retrabalhos. A verificação preliminar deverá apresentar os seguintes dados:

- Projeto do canteiro de obra- planta de locação das principais unidades do canteiro;
- Projeto de instalações hidráulicas - planta de locação dos reservatórios para abastecimento do prédio Anexo e indicação do tipo de material adotado. Solução para abastecimento de água do Casarão, com indicação dos reservatórios;
- Projeto de esgotamento sanitário - planta de locação do subcoletor até sua interligação no coletor público, caso haja rede de coleta;
- Projeto de drenagem de águas pluviais - planta de locação das colunas de águas pluviais na coberta, e das caixas de drenagem no terreno;
- Projeto de climatização - locação das unidades evaporadoras e condensadoras;
- Projeto de impermeabilização - planta com indicação dos locais a serem impermeabilizados, e qual(is) o(s) tipo(s) de impermeabilização.
- Projeto de instalações elétricas - plantas de locação dos pontos de luz e tomada, internos e externos à edificação e planta de locação do poste com subestação e dos quadros elétricos internos e externos à edificação.
- Projeto de instalações de lógica (dados e voz) - planta de locação de todos os pontos de dados e de voz e planta de locação do ponto de entrada da operadora, das caixas de passagem externas à edificação e dos racks.

- Projeto de segurança contra incêndio - locação dos reservatórios e escadas para os dois prédios ( Anexo e Casarão);

## 6.2. Obrigações da Contratada

O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.2.1 Designar o coordenador de projetos, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

6.2.1.1 A indicação ou a manutenção do coordenador de projetos poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Efetuar comunicação ao contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução de qualquer serviço.
- Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do Contratante.
- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas no projeto de arquitetura constante neste Termo de Referência e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato e o fiscal administrativo do contrato
- Apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS), Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART's), devidamente preenchida(s) em nome de profissional(is) legalmente habilitado(s) pelo CREA / CAU (RRT) ou registro semelhante de outros Conselhos Regulamentados para conduzir os trabalhos (Engenheiro e/ou Arquiteto) para cada tipo de atividade/função;

- Realizar os serviços constantes do objeto e todos aqueles que oferecer em sua proposta, segundo consta no item 6 deste TR;
- Concluir todos os serviços nos prazos estabelecidos em contrato;
- Oferecer apoio técnico de forma irrestrita, inclusive com a visita ao local da obra do profissional responsável pelo projeto questionado, conforme o caso, sem ônus para o contratante, de modo a não prejudicar o andamento da futura obra, no caso de divergência ou dúvida quanto a execução de determinado serviço constante no projeto;
- Realizar todos os serviços de acordo com as normas e recomendações técnicas pertinentes e legislações vigentes (NBR's) e Legislação de Uso e Ocupação do Solo do município;
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas e/ou especificações da proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- Os instrumentos, equipamentos e ferramentas, necessários à execução do objeto serão de responsabilidade da empresa Contratada;
- Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Fazer com que seus empregados se apresentem ao trabalho uniformizados, identificados com crachás e munidos de todo material necessário à execução dos serviços, inclusive com os equipamentos de segurança individual, caso necessários;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos, a que der causa, ao patrimônio do TRE/PE ou de seus servidores e usuários;
- Correrão por conta da Contratada toda e qualquer despesa com a realização dos serviços contratados;
- Todas as ocorrências que impliquem no atraso do cronograma de execução dos serviços, bem como quaisquer intercorrências, deverão ser comunicadas à fiscalização do Tribunal pelo responsável pela empresa vencedora, sendo passível de punição, com aplicação de multa segundo estabelecido no sistema de pontuação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR - deste TR;
- Os documentos a serem entregues quando da conclusão dos serviços devem ser conclusivos, claros e objetivos, não permitindo que sejam suscitadas dúvidas ou interpretações dúbias relativas a seus conteúdos e devem estar em conformidade com a legislação específica vigente;
- Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;
- Substituir de imediato quaisquer dos seus empregados envolvidos nos serviços, pela falta de urbanidade em relação a quaisquer servidores ou usuários da Justiça Eleitoral, em face de solicitação verbal ou por escrito do TRE/PE, que o fará de pronto, sem ônus para o Tribunal;
- Fornecer, durante a elaboração do projeto, ao ser questionada ou inquirida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante, no prazo estabelecido na notificação correspondente, contados do recebimento, emitida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante, desenhos complementares, detalhes ou especificações técnicas, sem custo adicional ao Contratante;
- No caso de divergência ou dúvida quanto à execução de determinado serviço constante do projeto, a Contratada deverá, no prazo estabelecido na notificação correspondente emitida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante, contados do recebimento da mesma, enviar ao Contratante ou ao local da obra, o profissional responsável pelo projeto questionado, conforme o caso, sem ônus para o Contratante, de modo a não prejudicar o andamento da futura obra;
- O recebimento definitivo dos projetos, objeto desta contratação por parte da fiscalização do TRE-PE não exime a CONTRATADA e o(s) responsáveis técnico(s) da plena responsabilidade pelo objeto deste Termo de Referência;

### 6.3. Obrigações do Contratante

Fornecimento de informações: O Contratante deverá fornecer à Contratada todas as informações e desenhos esquemáticos que compõem o objeto deste Termo de Referência, em tempo hábil para a obtenção dos necessários certificados, aprovações, matrícula, alvará e licenças municipais, estaduais e federais (se aplicável), conforme estipulado no art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

Acompanhamento e fiscalização: O Contratante será responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio dos servidores designados pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, conforme descrito no item 7 deste Termo de Referência. O Contrato poderá também ser supervisionado por outro servidor lotado na Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, com graduação em Engenharia ou Arquitetura, designado para tal fim, conforme estipulado no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso:

- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que não haja nenhum óbice legal nem fato impeditivo provocado pela empresa;
- Correrão por conta do TRE-PE as despesas com publicação do extrato de Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Será de responsabilidade do TRE/PE acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura;
- Notificar a vencedora, por escrito, sobre falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para sua correção;
- Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, referentes à execução dos serviços.
- Examinar as justificativas apresentadas pela Contratada caso haja solicitação de prorrogação do prazo ou qualquer dificuldade técnica que possa gerar o descumprimento do prazo de execução, emitindo parecer sobre o assunto, levando ao conhecimento superior, para os devidos fins.
- 

### 6.4. Recebimento da Obra ou Serviço de Engenharia

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a conclusão de todas as etapas contratuais, caso não exista nenhuma pendência, com a consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo;

### 7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

Gestão e Fiscalização da Contratação	Servidor	Telefone	E-mail Funcional
Gestor do Contrato ou de Ata de Registro de Preços	HELIO DOMINGOS SIQUEIRA SANTOS	3194-9353	helio.santos@tre-pe.jus.br
Fiscais da Contratação	Técnico	3194-9352	<u>victor.almeida@tre-pe.jus.br</u>

	VICTOR FÉLIX TENÓRIO DE ALMEIDA DIEGO WESLEY DE CARVALHO SPÍNDOLA	3194-9322	diego.spindola@tre-pe.jus.br
	Administrativo JOSÉ GUERRA DE ANDRADE LIMA NETO	3194-9674	jose.guerra@tre-pe.jus.br
Fiscalização Setorial	Demandante HELIO DOMINGOS SIQUEIRA SANTOS	3194-9353	helio.santos@tre-pe.jus.br

### 7.1. Critérios de Medição e de Pagamento

#### Critérios de medição

A medição será efetuada conforme descrito na tabela abaixo.

ETAPA	SERVIÇO	PERCENTUAL
1ª	Elaboração do levantamento topográfico; Estudo de soluções para o reforço estrutural das lajes de teto do térreo do prédio Anexo	10%
2ª	Elaboração dos projetos de canteiro de obra, instalações elétricas e subestação, cabeamento estruturado, climatização e exaustão, instalações hidrossanitárias, segurança contra incêndio e SPDA, impermeabilização, projeto estrutural	25%
3ª	Elaboração da planilha orçamentária, memoriais e Plano de Manutenção e Operação	15%
4ª	Aprovação dos projetos complementares junto aos órgãos competentes	30%
5ª	Conclusão dos projetos complementares e da planilha orçamentária, após aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes	20%
	ETAPAS ESPECIAIS	
	– Atualização dos preços da planilha orçamentária	Valor estabelecido na proposta da licitante
	– Realização de visitas técnicas durante a execução da obra	Valor estabelecido na proposta da licitante

O percentual estabelecido para medição de cada uma das primeiras cinco etapas considera como base de cálculo o somatório dos valores dessas cinco etapas estabelecidos na proposta do licitante. As duas últimas etapas serão medidas de acordo com os valores estabelecidos na proposta do licitante para essas etapas.

#### Critérios de pagamento

Após a medição, o Contratante indicará o valor a ser pago, para que a empresa possa emitir, no prazo de cinco dias úteis a fatura correspondente.

A fatura deverá conter o atesto dos fiscais do Tribunal e do Gestor Contratual.

O pagamento será efetuado após a conclusão de cada etapa dos serviços e do atesto da nota fiscal correspondente, aposto pelo gestor do contrato, que deverá ser assinada pelos representantes do Contratante e do Contratado.

A fatura deverá especificar o detalhamento dos serviços prestados, bem como discriminar as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço.

A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

O pagamento dos serviços executados será realizado após o cumprimento de cada etapa, com aceitação do objeto pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e em conformidade com os percentuais estabelecidos, mediante a apresentação da fatura correspondente:

Considera-se sempre que o licitante vencedor dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverão mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de execução diversos dos contidos neste TR e seus anexos.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

A fatura deverá conter o atesto dos fiscais do Tribunal e do Gestor Contratual.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 7.1.1. Do Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

#### DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

OCORRÊNCIA	VALOR DA INFRAÇÃO
Ocorrências tipo 01 = Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como: a) atraso no cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (até 5 dias úteis) b) falta de pontualidade nas reuniões, vistorias e apresentações de projetos, sem justificativa	1 ponto
Ocorrências tipo 02 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tal como: a) não cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (maior do que	3 pontos

5 dias úteis e inferior a 15 dias úteis) b) falta injustificada nas reuniões, vistorias e apresentações de projetos previamente agendadas.	
Ocorrências tipo 03 = Situações que caracterizam descumprimento na prestação do serviço, tal como: a) não cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (igual ou maior do que 15 dias úteis) b) entrega de material (projetos, relatórios de vistoria, planilha orçamentária, memorial descritivo) inconclusivo e/ou incompleto e/ou divergente do contratado	4 pontos

#### DOS SERVIÇOS / ITENS ANALISADOS

SERVIÇOS / ITENS	Pontuação
1ª etapa	pontuação
2ª etapa	pontuação
3ª Etapa	pontuação
4ª Etapa	pontuação
5ª Etapa	pontuação

Com exceção da primeira versão, o IMR será aplicado em cada uma das versões dos documentos e em cada uma das etapas contratuais indicadas acima. Quando do início de uma etapa posterior, a pontuação anterior será zerada.

#### DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências apontadas em cada etapa de avaliação do contrato, conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
Até 03 PONTOS	Sem Penalidade
04 PONTOS	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura
05 PONTOS	Desconto de 7,5% sobre o valor total da fatura
> 06 PONTOS	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura

#### 7.2. Penalidades

– Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 155, a Contratada que:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

– A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

– A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

– As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

– As multas previstas nesta Cláusula serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante.

– A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato oriundo desta contratação, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

– A aplicação das multas a que alude este Termo de Referência não impede que a Administração rescinda, unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Instrumento, e demais cominações legais.

### 7.3. Reajuste e Aditamento

– Será prevista a possibilidade de reajuste anual, bem como os acréscimos ou supressões dispostos no art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, em que:

Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do item anterior deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item anterior, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

#### REAJUSTE

No caso de ser ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da licitação, os preços nela previstos, referentes às parcelas ainda não executadas, poderão ser reajustados, conforme art.25, § 7º da Lei 14.133, de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), ocorrido no período considerado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, na coluna 35 (Edificações), da revista Conjuntura Econômica, mediante solicitação expressa ao TRE/PE, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$R = V (I^2 - I^1) / I^1 \text{ Onde:}$$

R = Valor do reajuste pretendido;

V = Valor do saldo contratual previsto no cronograma físico-financeiro correspondente ao primeiro dia do décimo terceiro mês de vigência do contrato;

I<sup>1</sup> = Índice de preços relativo à data do orçamento estimado da licitação;

I<sup>2</sup> = Índice de preços correspondente à data do reajuste.

Parágrafo Único - Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês em que os serviços foram executados, o reajuste será calculado de acordo com os últimos índices conhecidos. Após a divulgação dos índices definitivos, caberá a elaboração de novos cálculos, oportunidade em que serão efetuadas as compensações devidas. Na correção final, todos os índices utilizados deverão ser obrigatoriamente os definitivos.

DOC SEI 3337549



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO II  
Modelo de Proposta**

SERVIÇO: Contratação de projetos executivos de engenharia para reforma do prédio  
Anexo I

ANEXO I - Modelo de Proposta

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social : \_\_\_\_\_  
Nome Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

**2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:**

Valor total : \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias corridos  
(Prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado do envio).

Prazo de execução: \_\_\_\_\_ dias corridos.  
(Prazo máximo: 130 (cento e trinta) dias corridos, a contar da data estabelecida para início dos serviços,

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que temos conhecimento de todas as condições necessárias para execução dos serviços, contidas no **Termo de Referência**, e que os preços apresentados nesta proposta compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, registro dos serviços no Crea/PE; CAU/PE (ARTs), deslocamentos e estadas de técnicos no local onde serão realizados os serviços, equipamentos, e quaisquer outros custos inerentes à execução dos serviços,.

**4 ANEXOS**

- ANEXO II - Planilha Orçamentária do preço global da proposta;

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do representante da empresa

DOC SEI 3201013



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO III**  
**TERMO DE VISTORIA**

\_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, Representante Legal/Respon-  
sável Técnico da empresa

\_\_\_\_\_, - CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA, que compareceu perante o Tribu-  
nal Regional Eleitoral de Pernambuco e vistoriou as condições do local, objeto desta licitação, toman-  
do plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante Legal / Responsável Técnico da empresa)

Visto:

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo TRE/PE



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

\_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, Representante Legal/Responsável Técnico da empresa \_\_\_\_\_ - CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA, que conhece as condições locais para a execução do objeto e opta por não realizar a vistoria da condição do local, objeto desta licitação, responsabilizando-se pelos eventuais prejuízos decorrentes dessa opção.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante Legal / Responsável Técnico da empresa)





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO V**  
**Planilha Orçamentária de Referência**

C.T.	CUSTO TOTAL
C.U.S	CUSTO UNITÁRIO POR HORA DE PROFISSIONAL.

C.T. = QUANT. X C.U.S  
Custo horário dos profissionais

Especificações	QUANT.	UND	C.U.S	C.T.
<b>1 - Levantamento topográfico</b>				
Topógrafo ( sem Leis Sociais)	90	h	R\$ 15,07	R\$ 1.356,06
Auxiliar de Topógrafo ( sem Leis Sociais)	45	h	R\$ 7,37	R\$ 331,43
				<b>R\$ 1.687,49</b>
<b>2 - Projeto de Canteiro de Obras:</b>				
Engenheiro Sênior( sem Leis Sociais)	30	h	R\$ 75,65	R\$ 2.269,50
Desenhista ( sem Leis Sociais)	30	h	R\$ 11,51	R\$ 345,39
				<b>R\$ 2.614,89</b>
<b>3 - Projeto Executivo de Instalações Elétricas e Subestação</b>				
Engenheiro Sênior( sem Leis Sociais)	150	h	R\$ 72,65	R\$ 10.897,16
Desenhista ( sem Leis Sociais)	170	h	R\$ 11,51	R\$ 1.957,25
				<b>R\$ 12.854,41</b>
<b>4 - Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado e Vigilância Eletrônica</b>				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)	70	h	R\$ 72,65	R\$ 5.085,34
Desenhista ( sem Leis Sociais)	90	h	R\$ 11,51	R\$ 1.036,19
				<b>R\$ 6.121,53</b>
<b>5 - Projeto Executivo de Instalações de Climatização e Exaustão</b>				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)	200	h	R\$ 72,65	R\$ 14.529,55
Desenhista ( sem Leis Sociais)	130	h	R\$ 11,51	R\$ 1.496,72
				<b>R\$ 16.026,27</b>
<b>6 - Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias</b>				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	30	h	R\$ 63,53	R\$ 1.906,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)	32	h	R\$ 11,51	R\$ 368,42
				<b>R\$ 2.274,42</b>

7- Projetos Executivos de Segurança Contra Incêndio (SPCI) e de Descargas Atmosféricas (SPDA)				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)	200	h	R\$ 75,65	R\$ 15.130,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)	170	h	R\$ 11,51	R\$ 1.957,25
				<b>R\$ 17.087,25</b>
8-Projeto Executivo de Impermeabilização				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	25	h	R\$ 63,53	R\$ 1.588,33
Desenhista ( sem Leis Sociais)	25	h	R\$ 11,51	R\$ 287,83
				<b>R\$ 1.876,16</b>
9- Projeto Executivo de Drenagem de Águas Pluviais				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	90	h	R\$ 63,53	R\$ 5.718,01
Desenhista ( sem Leis Sociais)	70	h	R\$ 11,51	R\$ 805,92
				<b>R\$ 6.523,93</b>
10- Projeto Executivo Estrutural e de Reforço Estrutural				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)	100	h	R\$ 75,65	R\$ 7.565,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)	100	h	R\$ 11,51	R\$ 1.151,32
				<b>R\$ 8.716,32</b>
11 - Elaboração da planilha orçamentária				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)	100	h	R\$ 75,65	R\$ 7.565,00
Técnico de Edificações ( sem Leis Sociais)	80	h	R\$ 12,23	R\$ 978,30
Eletrotécnico (sem Leis sociais)	40	h	R\$ 14,74	R\$ 589,41
				<b>R\$ 9.132,71</b>
12 - Atualização dos preços da planilha orçamentária				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	70	h	R\$ 63,53	R\$ 4.447,34
				<b>R\$ 4.447,34</b>
13 -Elaboração de Plano de Uso, Manutenção e Operação				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	50	h	R\$ 63,53	R\$ 3.176,67
				<b>R\$ 3.176,67</b>
14 - Realização de visitas técnicas - 15 visitas ( Estimativa de 4 horas por cada visita)				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)	60	h	R\$ 63,53	R\$ 3.812,00
				<b>R\$ 3.812,00</b>
<b>PREÇO PARCIAL</b>				<b>R\$ 96.351,39</b>
<b>FATOR K</b>			<b>2,66</b>	
<b>PREÇO DE MÃO DE OBRA</b>				<b>R\$ 256.294,69</b>
Taxa para aprovação do projeto no CBMPE				
	1	un	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00
<b>FATOR TRDE</b>			<b>1,11</b>	
<b>PREÇO DE OUTROS CUSTOS DIRETOS</b>				<b>R\$ 3.219,00</b>
<b>PREÇO TOTAL</b>				<b>R\$ 259.513,69</b>

Encargos sociais conforme anexo do TR = 113,84 %

Para obtermos o C.U.S, custo unitário por hora de profissional sem lei sociais, coletamos o preço do SINAPI da tabela sem desoneração, o qual inclui os valores das leis sociais e abatemos o custo desses valores, o qual é avaliado em 113,84% sobre o C.U.S, conforme anexo deste TR

OBS:

DOC SEI 3201020



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO VI**  
**Modelo de Planilha Orçamentária**

C.T.	CUSTO TOTAL
C.U.S	CUSTO UNITÁRIO POR HORA DE PROFISSIONAL.

C.T. = QUANT. X C.U.S  
Custo horário dos profissionais

Especificações	QUANT.	UND	C.U.S	C.T.
1 - Levantamento topográfico				
Topógrafo ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Auxiliar de Topógrafo ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
2 - Projeto de Canteiro de Obras:				
Engenheiro Sênior( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
3 - Projeto Executivo de Instalações Elétricas e Subestação				
Engenheiro Sênior( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
4 - Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado e Vigilância Eletrônica				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
5 - Projeto Executivo de Instalações de Climatização e Exaustão				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
6 - Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
7- Projetos Executivos de Segurança Contra Incêndio (SPCI) e de Descargas Atmosféricas (SPDA)				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
8-Projeto Executivo de Impermeabilização				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>

9- Projeto Executivo de Drenagem de Águas Pluviais				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
10- Projeto Executivo Estrutural e de Reforço Estrutural				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Desenhista ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
11 - Elaboração da planilha orçamentária				
Engenheiro Sênior ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Técnico de Edificações ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
Eletrotécnico (sem Leis sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
12 - Atualização dos preços da planilha orçamentária				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
13 -Elaboração de Plano de Uso, Manutenção e Operação				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
14 - Realização de visitas técnicas - 15 visitas ( Estimativa de 4 horas por cada visita)				
Engenheiro Pleno ( sem Leis Sociais)		h		R\$ 0,00
				<b>R\$ 0,00</b>
<b>PREÇO PARCIAL</b>				<b>R\$ 0,00</b>
<b>FATOR K</b>				
<b>PREÇO DE MÃO DE OBRA</b>				<b>R\$ 0,00</b>
Taxa para aprovação do projeto no CBMPE				
	1	un		<b>R\$ 0,00</b>
<b>FATOR TRDE</b>				
<b>PREÇO DE OUTROS CUSTOS DIRETOS</b>				<b>R\$ 0,00</b>
<b>PREÇO TOTAL</b>				<b>R\$ 0,00</b>

=

OBS: Para obtermos o C.U.S, custo unitário por hora de profissional sem lei sociais, coletamos o preço do SINAPI da tabela sem desoneração, o qual inclui os valores das leis sociais e abatemos o custo desses valores, o qual é avaliado em 113,84% sobre o C.U.S, conforme anexo deste TR

DOC SEI 3201033



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO VII**  
**Planilha de Composição do Fator K TRDE de Referência**

SERVIÇO: **Contratação de Projetos executivos para reforma do prédio Anexo I**  
LOCAL: **TRE - PE**

**ANEXO III – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO FATORES "K" E "TRDE" de referência**

Detalhamento do fator K

Licitante:

$$K = (1+K1+K2) \times (1+K3) \times (1+K4)$$

**CUSTO DIRETO**

K1 = Encargos Sociais	113,84	1,1384
K2 = Administração Central	25,00	0,25000
K3 = Remuneração bruta	10,00	0,10000
K4 = Fator dos tributos $(1 / (1 - I))$	1,14	0,01142
I - Tributos		
Tributos Federais:	7,40	0,07400
PIS	1,32	0,01320
COFINS	6,08	0,06080
Demais tributos:		
ISS	5,00	0,05000

**Fator K Calculado 2,66**

Detalhamento do fator TRDE  
**TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS**

$$TRDE = (1+K3) \times (1+K4)$$

**CUSTO DIRETO**

K3	10,00	0,10000
K4	1,14	0,01142
I - Tributos		
Tributos Federais:	7,40	0,07400
PIS	1,32	0,01320
COFINS	6,08	0,06080
Demais tributos:		
ISS	5,00	0,05000

**Fator TRDE Calculado 1,11**

**FONTE:** REFERÊNCIA: CARTILHA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS  
ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS  
PÁG 97 – ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
CONSULTIVA

DOC SEI 3201026



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO VIII**  
**Modelo de Planilha de Composição do Fator K TRDE**

**SERVIÇO:** Contratação de Projetos executivos para reforma do prédio Anexo I  
**LOCAL:** TRE - PE

**EXO III – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO FATORES “K” E “TRDE” de referên**  
**PREENCHER SOMENTE OS CAMPOS EM AMARELO**

**Detalhamento do fator K**

**Licitante:**

$$K = (1+K1+K2) \times (1+K3) \times (1+K4)$$

**CUSTO DIRETO**

K1 = Encargos Sociais		0
K2 = Administração Central		0,00000
K3 = Remuneração bruta		0,00000
K4 = Fator dos tributos (1 / (1 - I	1,00	0,01000
I - Tributos		
Tributos Federais:	0,00	0,00000
	PIS	0,00000
	COFINS	0,00000
Demais tributos:		
	ISS	0,00000

**Fator K Calculado 1,01**

**Detalhamento do fator TRDE**  
**TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS**

$$TRDE = (1+K3) \times (1+K4)$$

**CUSTO DIRETO**

K3		0,00000
K4	1,00	0,01000
I - Tributos		
Tributos Federais:	0,00	0,00000
	PIS	0,00000
	COFINS	0,00000
Demais tributos:		
	ISS	0,00000

**Fator TRDE Calculado 1,01**

**FONTE:** REFERÊNCIA: CARTILHA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS  
ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS  
PÁG 97 – ORÇAMENTO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
CONSULTIVA

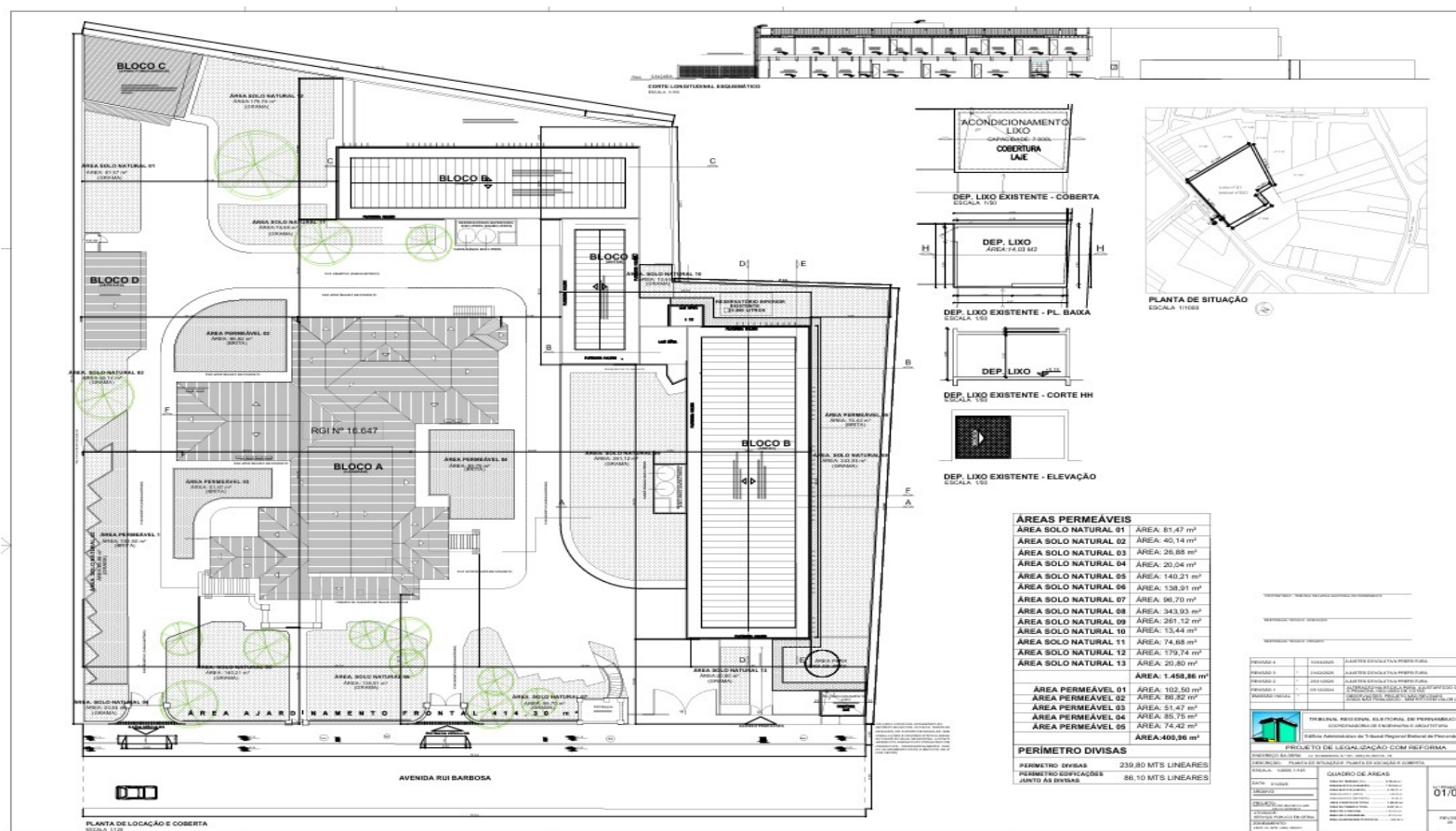
DOC SEI 3201039



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO IX**  
**Projeto legal de arquitetura**







PLANTA BAIXA - TERRENO  
ESCALA: 1:125

TERRENO Nº 16.042 - RUA Nº 16.042 - RUA Nº 16.042

TERRENO Nº 16.042 - RUA Nº 16.042 - RUA Nº 16.042

TERRENO Nº 16.042 - RUA Nº 16.042 - RUA Nº 16.042

REVISÃO 1	1	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 2	2	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 3	3	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 4	4	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 5	5	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 6	6	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 7	7	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 8	8	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 9	9	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO
REVISÃO 10	10	02/08/2018	ALTERAÇÃO DE PROJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA  
Edifício Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

# PROJETO DE LEGATIZAÇÃO COM REFORMA

ENDEREÇO: RUA Nº 16.042 - RUA Nº 16.042 - RUA Nº 16.042	DESCRIÇÃO: PLANTA BAIXA - TERRENO
ESCALA: 1:125	QUADRO DE ÁREAS
DATA: 02/08/2018	ÁREA DE TERRENO: 414,36 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²
PROJETO: 02/08/2018	ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 1.000,00 m²

02/08

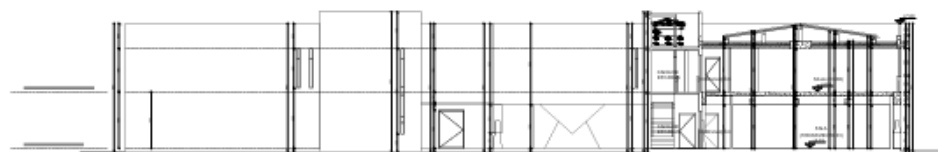
REVISÃO

02/08/2018

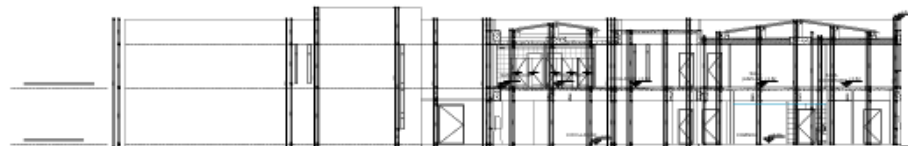




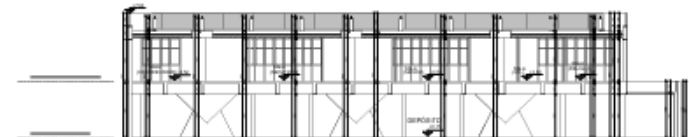
Downloaded from <http://ajphaphysocpharm.sagepub.com/> at 11:51 11 May 2015



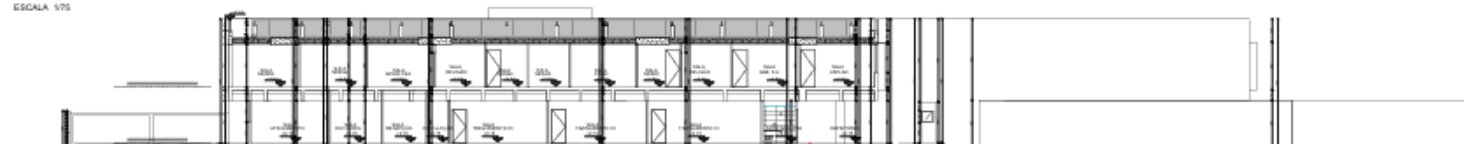
CORTE AA  
ESCALA 1/75



CORTE BB  
ESCALA 1/75



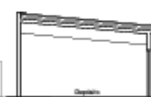
CORTE CC  
ESCALA 1/75



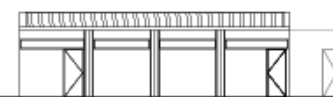
CORTE DD  
ESCALA 1/75



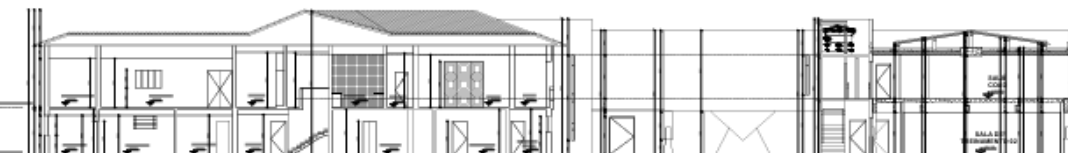
CORTE EE  
ESCALA 1/75



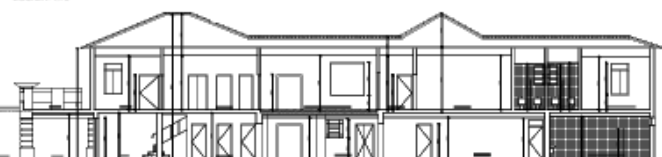
CORTE TRANSVERSAL - DEPOSITO  
ESCALA 1/100



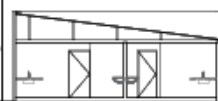
ELEVACAO - DEPOSITO  
ESCALA 1/100



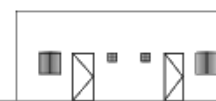
CORTE FF  
ESCALA 1/75



CORTE GG  
ESCALA 1/75



CORTE BL. APOIO  
ESCALA 1/100



ELEVACAO OESTE BL. APOIO  
ESCALA 1/100



ELEVACAO SUL BL. APOIO  
ESCALA 1/100

VERIFICAR "VERIFICAR" VERIFICAR VERIFICAR

VERIFICAR "VERIFICAR" VERIFICAR

VERIFICAR "VERIFICAR" VERIFICAR

PROJETO 1	1	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 2	2	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 3	3	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 4	4	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 5	5	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 6	6	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 7	7	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 8	8	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 9	9	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO
PROJETO 10	10	VERIFICAR	ALVARO DE LICENCIAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

COORDENADORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Edifício Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

PROJETO DE LEGALIZAÇÃO COM REFORMA

ENGENHEIRO RESPONSÁVEL: DR. ROBERTO DA SILVA

DESCRIÇÃO: CORTE

ESCALA: 1/100

DATA: 04/08

PROJETO: 04/08

PROJETO: 04/08

PROJETO: 04/08

PROJETO: 04/08

PROJETO: 04/08



FACHADA FRONTAL - CONJUNTO  
ESCALA: 1/100



FACHADA LATERAL DIREITA - CASARÃO  
ESCALA: 1/100



FACHADA POSTERIOR - CASARÃO  
ESCALA: 1/100



FACHADA LATERAL ESQUERDA - CASARÃO  
ESCALA: 1/100

PROJETO DE LEGISLAÇÃO COM REFORMA

PROJETO DE LEGISLAÇÃO COM REFORMA

PROJETO DE LEGISLAÇÃO COM REFORMA

PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3
PERÍODO 4	PERÍODO 5	PERÍODO 6

PERÍODO 7	PERÍODO 8	PERÍODO 9
PERÍODO 10	PERÍODO 11	PERÍODO 12

PERÍODO 13	PERÍODO 14	PERÍODO 15
PERÍODO 16	PERÍODO 17	PERÍODO 18

PERÍODO 19	PERÍODO 20	PERÍODO 21
PERÍODO 22	PERÍODO 23	PERÍODO 24

PERÍODO 25	PERÍODO 26	PERÍODO 27
PERÍODO 28	PERÍODO 29	PERÍODO 30

PERÍODO 31	PERÍODO 32	PERÍODO 33
PERÍODO 34	PERÍODO 35	PERÍODO 36







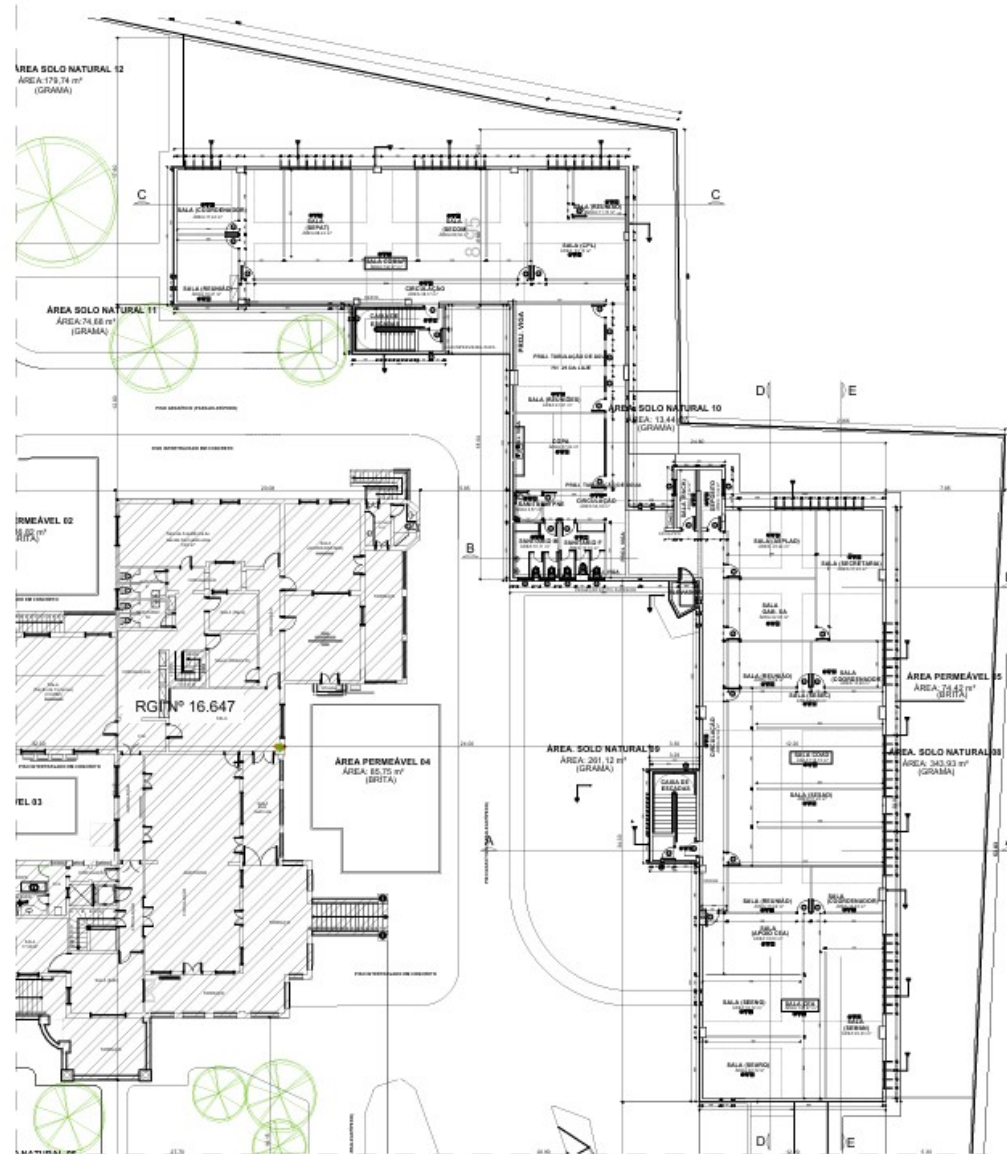










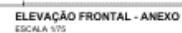


PLANTA BAIXA ANEXO - PAV. SUPERIOR  
ESCALA: 1/100

LEGENDAS	
REVESTIMENTOS	
1	PARQUET
2	PARQUET LAMINADO
3	PARQUET LAMINADO
4	PARQUET LAMINADO
5	PARQUET LAMINADO
6	PARQUET LAMINADO
7	PARQUET LAMINADO
8	PARQUET LAMINADO
9	PARQUET LAMINADO
10	PARQUET LAMINADO
11	PARQUET LAMINADO
12	PARQUET LAMINADO
13	PARQUET LAMINADO
14	PARQUET LAMINADO
15	PARQUET LAMINADO
16	PARQUET LAMINADO
17	PARQUET LAMINADO
18	PARQUET LAMINADO
19	PARQUET LAMINADO
20	PARQUET LAMINADO
21	PARQUET LAMINADO
22	PARQUET LAMINADO
23	PARQUET LAMINADO
24	PARQUET LAMINADO
25	PARQUET LAMINADO
26	PARQUET LAMINADO
27	PARQUET LAMINADO
28	PARQUET LAMINADO
29	PARQUET LAMINADO
30	PARQUET LAMINADO
31	PARQUET LAMINADO
32	PARQUET LAMINADO
33	PARQUET LAMINADO
34	PARQUET LAMINADO
35	PARQUET LAMINADO
36	PARQUET LAMINADO
37	PARQUET LAMINADO
38	PARQUET LAMINADO
39	PARQUET LAMINADO
40	PARQUET LAMINADO
41	PARQUET LAMINADO
42	PARQUET LAMINADO
43	PARQUET LAMINADO
44	PARQUET LAMINADO
45	PARQUET LAMINADO
46	PARQUET LAMINADO
47	PARQUET LAMINADO
48	PARQUET LAMINADO
49	PARQUET LAMINADO
50	PARQUET LAMINADO
51	PARQUET LAMINADO
52	PARQUET LAMINADO
53	PARQUET LAMINADO
54	PARQUET LAMINADO
55	PARQUET LAMINADO
56	PARQUET LAMINADO
57	PARQUET LAMINADO
58	PARQUET LAMINADO
59	PARQUET LAMINADO
60	PARQUET LAMINADO
61	PARQUET LAMINADO
62	PARQUET LAMINADO
63	PARQUET LAMINADO
64	PARQUET LAMINADO
65	PARQUET LAMINADO
66	PARQUET LAMINADO
67	PARQUET LAMINADO
68	PARQUET LAMINADO
69	PARQUET LAMINADO
70	PARQUET LAMINADO
71	PARQUET LAMINADO
72	PARQUET LAMINADO
73	PARQUET LAMINADO
74	PARQUET LAMINADO
75	PARQUET LAMINADO
76	PARQUET LAMINADO
77	PARQUET LAMINADO
78	PARQUET LAMINADO
79	PARQUET LAMINADO
80	PARQUET LAMINADO
81	PARQUET LAMINADO
82	PARQUET LAMINADO
83	PARQUET LAMINADO
84	PARQUET LAMINADO
85	PARQUET LAMINADO
86	PARQUET LAMINADO
87	PARQUET LAMINADO
88	PARQUET LAMINADO
89	PARQUET LAMINADO
90	PARQUET LAMINADO
91	PARQUET LAMINADO
92	PARQUET LAMINADO
93	PARQUET LAMINADO
94	PARQUET LAMINADO
95	PARQUET LAMINADO
96	PARQUET LAMINADO
97	PARQUET LAMINADO
98	PARQUET LAMINADO
99	PARQUET LAMINADO
100	PARQUET LAMINADO







**LEGENDAS**

**REVESTIMENTOS**

**PLACAS**

- 1- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 200 CM DE ESPESURA, 100 CM DE LARGURA E 200 CM DE ALTURA
- 2- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 200 CM DE ALTURA
- 3- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 4- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA

**PARTESELO**

- 1- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 2- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 3- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 4- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA

**TERMO**

- 1- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 2- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 3- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA
- 4- PAREDE COM REVESTIMENTO DE TELA DE FIBRA VIDRO, 100 CM DE LARGURA E 100 CM DE ALTURA

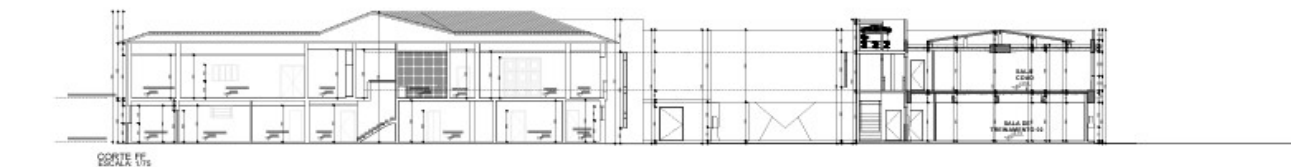
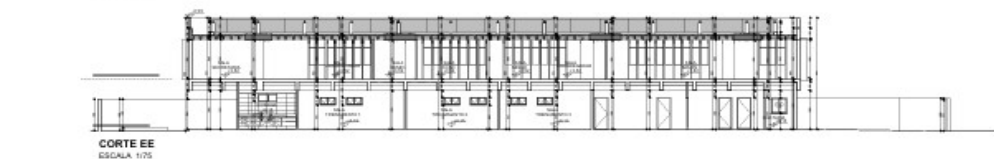
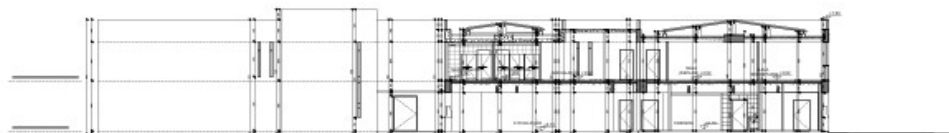
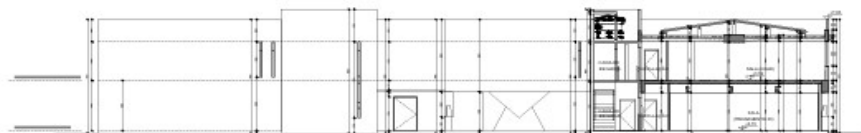
10	


<sup>a</sup> "Other" includes "other" and "other" categories.


EMPRESA: 	DESCRIÇÃO: PROJETO DE REVISÃO JÚRICA DO PÓSULADO - SEM PRECATORIOS
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO COORDENADORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
Edifício Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	

PROJETO EXECUTIVO DE REFORMA	
ENDEREÇO: RUA...	QUADRO DE ÁREAS
DESCRIÇÃO: ...	
ESCALA: 1:100	
DATA: 01/01/2024	
ARQUIVO: ...	

PROJETO:		
USO E/OU FUNDAÇÃO:		Nº PRONTO 06/17
CONDIÇÃO:		REVISÃO 00
PERÍODO DE VALIDADE:		

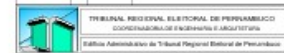


THESE RESULTS WERE NOT SIGNIFICANTLY DIFFERENT

REPRODUCED FROM THE

REPRODUCED FROM THE ORIGINAL

BRAND NAME	1	ORIGEN-100, 100 mg tablets ORIGEN-200, 200 mg tablets
------------	---	--



## PROJETO EXECUTIVO DE REFORMA

ENDRIGO SALGUEIRO

DESCRIÇÃO: CORTEZ EXISTENCIAL.

ESTADO: 0.75

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398</
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

DATE	DESCRIPTION	AMOUNT
1/1/20	...	...
1/2/20	...	...
1/3/20	...	...
1/4/20	...	...
1/5/20	...	...
1/6/20	...	...
1/7/20	...	...
1/8/20	...	...
1/9/20	...	...
1/10/20	...	...
1/11/20	...	...
1/12/20	...	...
1/13/20	...	...
1/14/20	...	...
1/15/20	...	...
1/16/20	...	...
1/17/20	...	...
1/18/20	...	...
1/19/20	...	...
1/20/20	...	...
1/21/20	...	...
1/22/20	...	...
1/23/20	...	...
1/24/20	...	...
1/25/20	...	...
1/26/20	...	...
1/27/20	...	...
1/28/20	...	...
1/29/20	...	...
1/30/20	...	...
1/31/20	...	...
2/1/20	...	...
2/2/20	...	...
2/3/20	...	...
2/4/20	...	...
2/5/20	...	...
2/6/20	...	...
2/7/20	...	...
2/8/20	...	...
2/9/20	...	...
2/10/20	...	...
2/11/20	...	...
2/12/20	...	...
2/13/20	...	...
2/14/20	...	...
2/15/20	...	...
2/16/20	...	...
2/17/20	...	...
2/18/20	...	...
2/19/20	...	...
2/20/20	...	...
2/21/20	...	...
2/22/20	...	...
2/23/20	...	...
2/24/20	...	...
2/25/20	...	...
2/26/20	...	...
2/27/20	...	...
2/28/20	...	...
2/29/20	...	...
3/1/20	...	...
3/2/20	...	...
3/3/20	...	...
3/4/20	...	...
3/5/20	...	...
3/6/20	...	...
3/7/20	...	...
3/8/20	...	...
3/9/20	...	...
3/10/20	...	...
3/11/20	...	...
3/12/20	...	...
3/13/20	...	...
3/14/20	...	...
3/15/20	...	...
3/16/20	...	...
3/17/20	...	...
3/18/20	...	...
3/19/20	...	...
3/20/20	...	...
3/21/20	...	...
3/22/20	...	...
3/23/20	...	...
3/24/20	...	...
3/25/20	...	...
3/26/20	...	...
3/27/20	...	...
3/28/20	...	...
3/29/20	...	...
3/30/20	...	...
3/31/20	...	...
4/1/20	...	...
4/2/20	...	...
4/3/20	...	...
4/4/20	...	...
4/5/20	...	...
4/6/20	...	...
4/7/20	...	...
4/8/20	...	...
4/9/20	...	...
4/10/20	...	...
4/11/20	...	...
4/12/20	...	...
4/13/20	...	...
4/14/20	...	...
4/15/20	...	...
4/16/20	...	...
4/17/20	...	...
4/18/20	...	...
4/19/20	...	...
4/20/20	...	...
4/21/20	...	...
4/22/20	...	...
4/23/20	...	...
4/24/20	...	...
4/25/20	...	...
4/26/20	...	...
4/27/20	...	...
4/28/20	...	...
4/29/20	...	...
4/30/20	...	...
5/1/20	...	...
5/2/20	...	...
5/3/20	...	...
5/4/20	...	...
5/5/20	...	...
5/6/20	...	...
5/7/20	...	...

Address: \_\_\_\_\_

DATE: \_\_\_\_\_

0000-0001-9000-0000

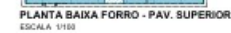
UNO 6/2017

2004-2005

2014-2015  
2016-2017

--	--

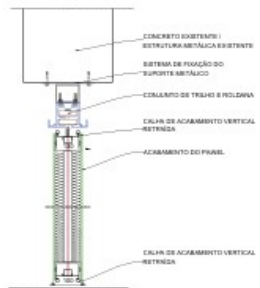
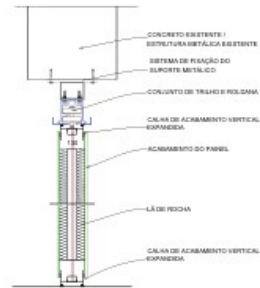
1

[illegible]

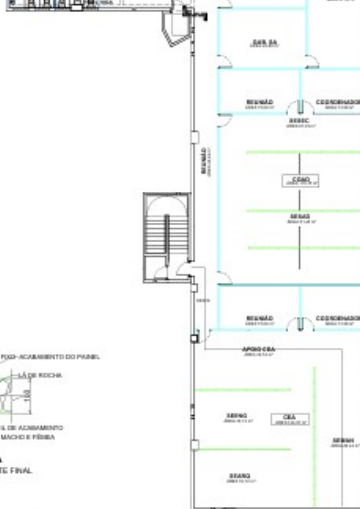
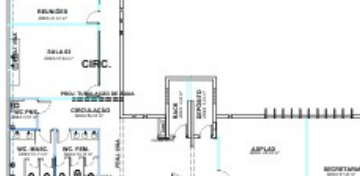
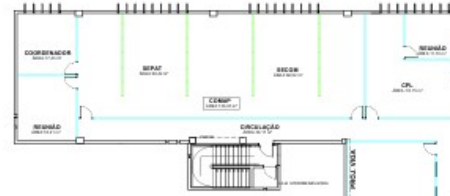




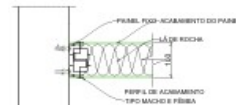
CIRC.



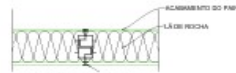
DIVISÓRIA ARTICULADA  
CORTE VERTICAL - ABERTA  
ESCALA 1/5



PLANTA BAIXA DIVISÓRIAS - SUPERIOR  
ESCALA 1/100



## DIVISÓRIA ARTICULADA

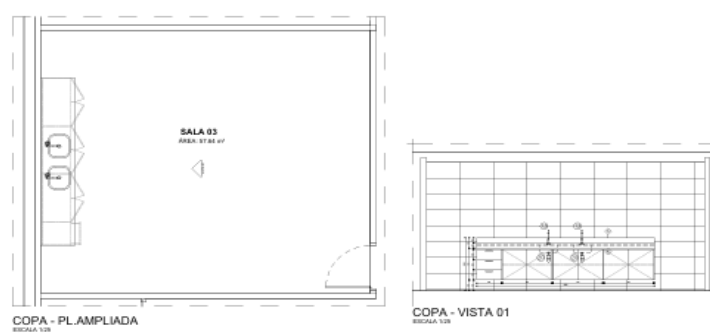
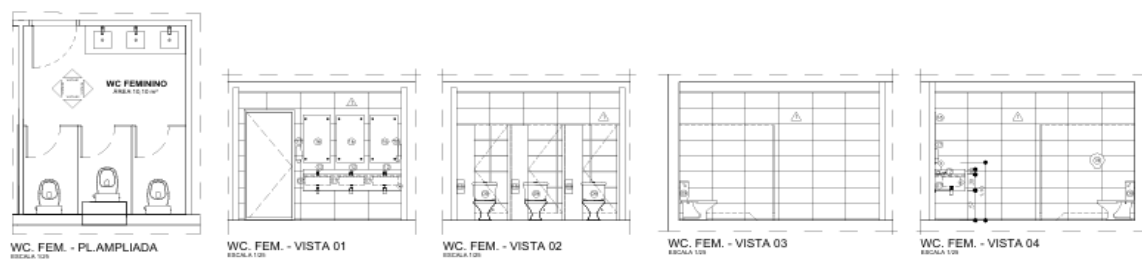
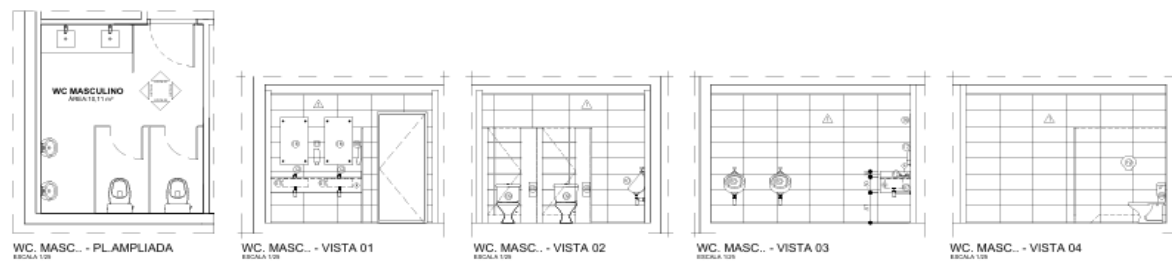


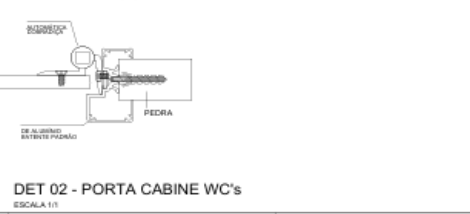
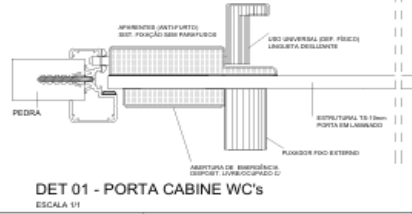
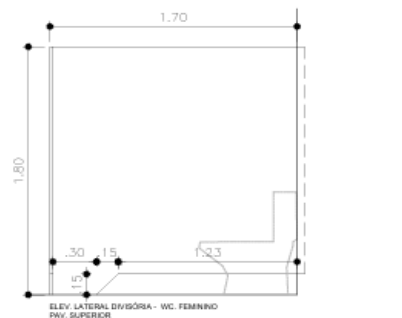
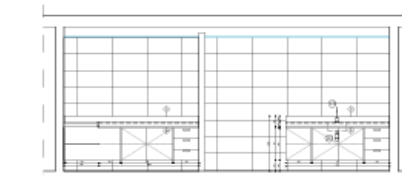
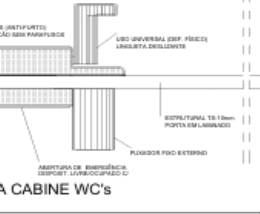
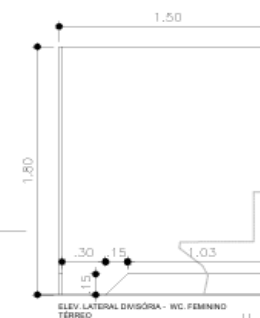
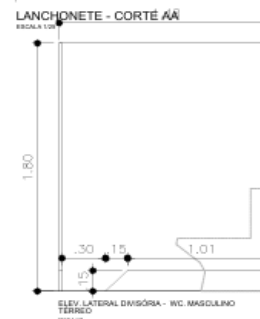
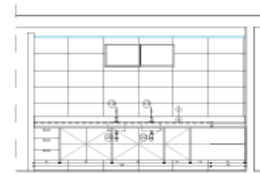
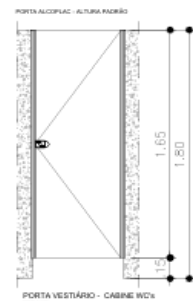
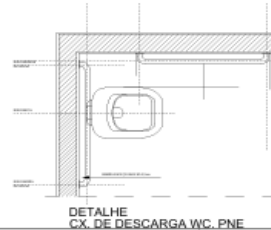
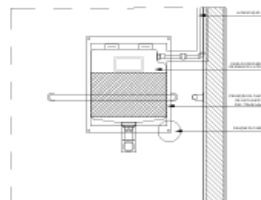
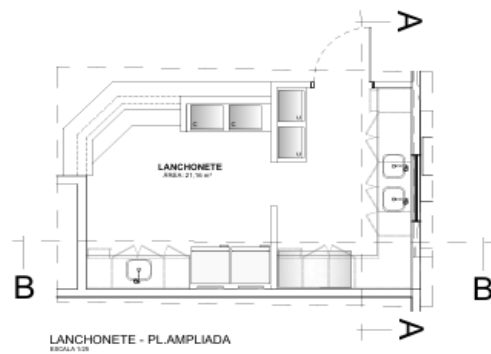
DIVISÓRIA ARTICULADA  
CORTE HORIZONTAL - ENCONTRO PAINEL  
ESCALA 1:15

[illegible]

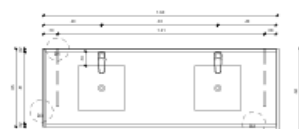




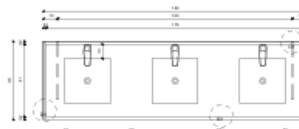
[illegible]



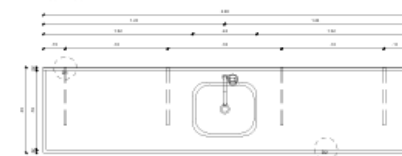
LEGENDA ESPECIFICAÇÃO MATERIAIS DE REVESTIMENTO	
1	Revestimento de parede em alvenaria com reboco e pintura.
2	Revestimento de piso em alvenaria com reboco e pintura.
3	Revestimento de piso em concreto com reboco e pintura.
4	Revestimento de piso em cerâmica.
5	Revestimento de piso em madeira.
6	Revestimento de piso em vidro.
7	Revestimento de piso em metal.
8	Revestimento de piso em plástico.
9	Revestimento de piso em tecido.
10	Revestimento de piso em papel.
11	Revestimento de piso em couro.
12	Revestimento de piso em pele.
13	Revestimento de piso em lã.
14	Revestimento de piso em algodão.
15	Revestimento de piso em linho.
16	Revestimento de piso em juta.
17	Revestimento de piso em sisal.
18	Revestimento de piso em bambu.
19	Revestimento de piso em cana.
20	Revestimento de piso em palha.
21	Revestimento de piso em madeira.
22	Revestimento de piso em metal.
23	Revestimento de piso em plástico.
24	Revestimento de piso em tecido.
25	Revestimento de piso em papel.
26	Revestimento de piso em couro.
27	Revestimento de piso em pele.
28	Revestimento de piso em lã.
29	Revestimento de piso em algodão.
30	Revestimento de piso em linho.
31	Revestimento de piso em juta.
32	Revestimento de piso em sisal.
33	Revestimento de piso em bambu.
34	Revestimento de piso em cana.
35	Revestimento de piso em palha.
36	Revestimento de piso em madeira.
37	Revestimento de piso em metal.
38	Revestimento de piso em plástico.
39	Revestimento de piso em tecido.
40	Revestimento de piso em papel.
41	Revestimento de piso em couro.
42	Revestimento de piso em pele.
43	Revestimento de piso em lã.
44	Revestimento de piso em algodão.
45	Revestimento de piso em linho.
46	Revestimento de piso em juta.
47	Revestimento de piso em sisal.
48	Revestimento de piso em bambu.
49	Revestimento de piso em cana.
50	Revestimento de piso em palha.
51	Revestimento de piso em madeira.
52	Revestimento de piso em metal.
53	Revestimento de piso em plástico.
54	Revestimento de piso em tecido.
55	Revestimento de piso em papel.
56	Revestimento de piso em couro.
57	Revestimento de piso em pele.
58	Revestimento de piso em lã.
59	Revestimento de piso em algodão.
60	Revestimento de piso em linho.
61	Revestimento de piso em juta.
62	Revestimento de piso em sisal.
63	Revestimento de piso em bambu.
64	Revestimento de piso em cana.
65	Revestimento de piso em palha.
66	Revestimento de piso em madeira.
67	Revestimento de piso em metal.
68	Revestimento de piso em plástico.
69	Revestimento de piso em tecido.
70	Revestimento de piso em papel.
71	Revestimento de piso em couro.
72	Revestimento de piso em pele.
73	Revestimento de piso em lã.
74	Revestimento de piso em algodão.
75	Revestimento de piso em linho.
76	Revestimento de piso em juta.
77	Revestimento de piso em sisal.
78	Revestimento de piso em bambu.
79	Revestimento de piso em cana.
80	Revestimento de piso em palha.
81	Revestimento de piso em madeira.
82	Revestimento de piso em metal.
83	Revestimento de piso em plástico.
84	Revestimento de piso em tecido.
85	Revestimento de piso em papel.
86	Revestimento de piso em couro.
87	Revestimento de piso em pele.
88	Revestimento de piso em lã.
89	Revestimento de piso em algodão.
90	Revestimento de piso em linho.
91	Revestimento de piso em juta.
92	Revestimento de piso em sisal.
93	Revestimento de piso em bambu.
94	Revestimento de piso em cana.
95	Revestimento de piso em palha.
96	Revestimento de piso em madeira.
97	Revestimento de piso em metal.
98	Revestimento de piso em plástico.
99	Revestimento de piso em tecido.
100	Revestimento de piso em papel.



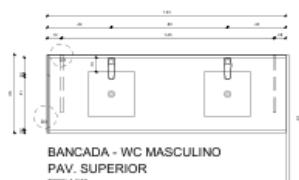
BANCADA - WC MASCULINO  
TÉRREO  
ESCALA 1/10



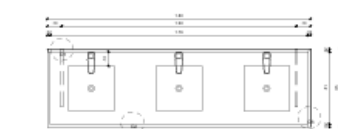
BANCADA - WC FEMININO  
TÉRREO  
ESCALA 1/10



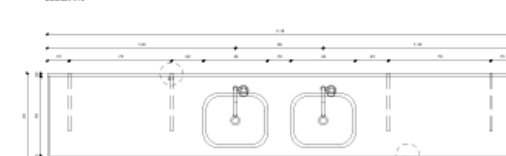
BANCADA - COPA  
TÉRREO  
ESCALA 1/10



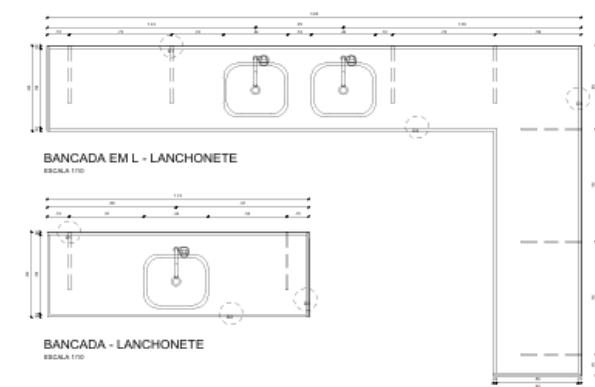
BANCADA - WC MASCULINO  
PAV. SUPERIOR  
ESCALA 1/10



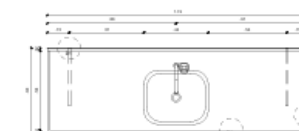
BANCADA - WC FEMININO  
PAV. SUPERIOR  
ESCALA 1/10



BANCADA - COPA  
PAV. SUPERIOR  
ESCALA 1/10



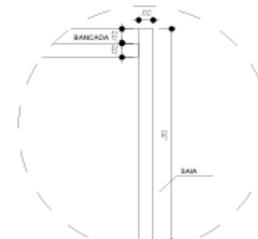
BANCADA EM L - LANCHONETE  
ESCALA 1/10



BANCADA - LANCHONETE  
ESCALA 1/10



D1 - RODAPIA  
ESCALA 1/4

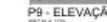
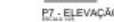


D2 - SAIA DA BANCADA  
ESCALA 1/4



D3 - LANCHEIRA

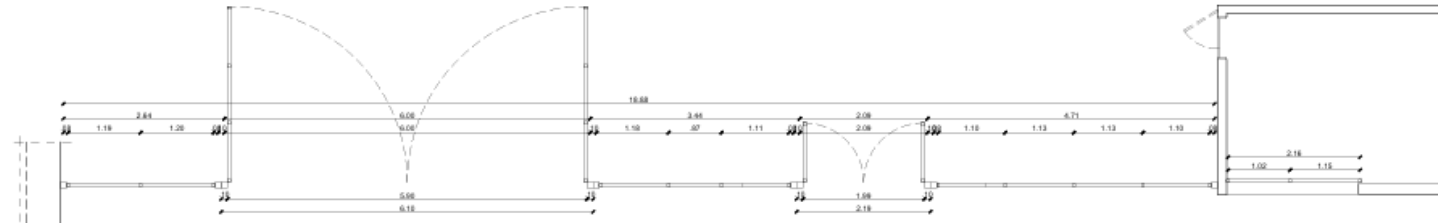
LEGENDA ESPECIFICAÇÃO MATERIAIS DE REVESTIMENTO	
<b>A</b>	ALUMÍNIO
<b>B</b>	BANDEJA
<b>C</b>	CERÂMICA
<b>D</b>	DESMONTÁVEL
<b>E</b>	ESPELHO
<b>F</b>	FERRAGEM
<b>G</b>	GRAXA
<b>H</b>	HIGIENIZANTE
<b>I</b>	ISOLANTE
<b>J</b>	JANELA
<b>K</b>	KIT
<b>L</b>	LANTERNA
<b>M</b>	MARCA-RETO
<b>N</b>	NÃO
<b>O</b>	OUTRO
<b>P</b>	PARTE
<b>Q</b>	QUADRO
<b>R</b>	REDE
<b>S</b>	SERVO
<b>T</b>	TABUADA
<b>U</b>	UNIFORME
<b>V</b>	VÁLVULA
<b>W</b>	WALL
<b>X</b>	XIS
<b>Y</b>	YACHT
<b>Z</b>	ZONA
<b>AA</b>	ALUMÍNIO
<b>AB</b>	ALUMÍNIO
<b>AC</b>	ALUMÍNIO
<b>AD</b>	ALUMÍNIO
<b>AE</b>	ALUMÍNIO
<b>AF</b>	ALUMÍNIO
<b>AG</b>	ALUMÍNIO
<b>AH</b>	ALUMÍNIO
<b>AI</b>	ALUMÍNIO
<b>AJ</b>	ALUMÍNIO
<b>AK</b>	ALUMÍNIO
<b>AL</b>	ALUMÍNIO
<b>AM</b>	ALUMÍNIO
<b>AN</b>	ALUMÍNIO
<b>AO</b>	ALUMÍNIO
<b>AP</b>	ALUMÍNIO
<b>AQ</b>	ALUMÍNIO
<b>AR</b>	ALUMÍNIO
<b>AS</b>	ALUMÍNIO
<b>AT</b>	ALUMÍNIO
<b>AU</b>	ALUMÍNIO
<b>AV</b>	ALUMÍNIO
<b>AW</b>	ALUMÍNIO
<b>AX</b>	ALUMÍNIO
<b>AY</b>	ALUMÍNIO
<b>AZ</b>	ALUMÍNIO
<b>BA</b>	BANDEJA
<b>BB</b>	BANDEJA
<b>BC</b>	BANDEJA
<b>BD</b>	BANDEJA
<b>BE</b>	BANDEJA
<b>BF</b>	BANDEJA
<b>BG</b>	BANDEJA
<b>BH</b>	BANDEJA
<b>BI</b>	BANDEJA
<b>BJ</b>	BANDEJA
<b>BK</b>	BANDEJA
<b>BL</b>	BANDEJA
<b>BM</b>	BANDEJA
<b>BN</b>	BANDEJA
<b>BO</b>	BANDEJA
<b>BP</b>	BANDEJA
<b>BQ</b>	BANDEJA
<b>BR</b>	BANDEJA
<b>BS</b>	BANDEJA
<b>BT</b>	BANDEJA
<b>BU</b>	BANDEJA
<b>BV</b>	BANDEJA
<b>BW</b>	BANDEJA
<b>BX</b>	BANDEJA
<b>BY</b>	BANDEJA
<b>BZ</b>	BANDEJA
<b>CA</b>	CERÂMICA
<b>CB</b>	CERÂMICA
<b>CC</b>	CERÂMICA
<b>CD</b>	CERÂMICA
<b>CE</b>	CERÂMICA
<b>CF</b>	CERÂMICA
<b>CG</b>	CERÂMICA
<b>CH</b>	CERÂMICA
<b>CI</b>	CERÂMICA
<b>CJ</b>	CERÂMICA
<b>CK</b>	CERÂMICA
<b>CL</b>	CERÂMICA
<b>CM</b>	CERÂMICA
<b>CN</b>	CERÂMICA
<b>CO</b>	CERÂMICA
<b>CP</b>	CERÂMICA
<b>CQ</b>	CERÂMICA
<b>CR</b>	CERÂMICA
<b>CS</b>	CERÂMICA
<b>CT</b>	CERÂMICA
<b>CU</b>	CERÂMICA
<b>CV</b>	CERÂMICA
<b>CW</b>	CERÂMICA
<b>CX</b>	CERÂMICA
<b>CY</b>	CERÂMICA
<b>CZ</b>	CERÂMICA
<b>DA</b>	DESMONTÁVEL
<b>DB</b>	DESMONTÁVEL
<b>DC</b>	DESMONTÁVEL
<b>DD</b>	DESMONTÁVEL
<b>DE</b>	DESMONTÁVEL
<b>DF</b>	DESMONTÁVEL
<b>DG</b>	DESMONTÁVEL
<b>DH</b>	DESMONTÁVEL
<b>DI</b>	DESMONTÁVEL
<b>DJ</b>	DESMONTÁVEL
<b>DK</b>	DESMONTÁVEL
<b>DL</b>	DESMONTÁVEL
<b>DM</b>	DESMONTÁVEL
<b>DN</b>	DESMONTÁVEL
<b>DO</b>	DESMONTÁVEL
<b>DP</b>	DESMONTÁVEL
<b>DQ</b>	DESMONTÁVEL
<b>DR</b>	DESMONTÁVEL
<b>DS</b>	DESMONTÁVEL
<b>DT</b>	DESMONTÁVEL
<b>DU</b>	DESMONTÁVEL
<b>DV</b>	DESMONTÁVEL
<b>DW</b>	DESMONTÁVEL
<b>DX</b>	DESMONTÁVEL
<b>DY</b>	DESMONTÁVEL
<b>DZ</b>	DESMONTÁVEL
<b>EA</b>	ESPELHO
<b>EB</b>	ESPELHO
<b>EC</b>	ESPELHO
<b>ED</b>	ESPELHO
<b>EE</b>	ESPELHO
<b>EF</b>	ESPELHO
<b>EG</b>	ESPELHO
<b>EH</b>	ESPELHO
<b>EI</b>	ESPELHO
<b>EJ</b>	ESPELHO
<b>EK</b>	ESPELHO
<b>EL</b>	ESPELHO
<b>EM</b>	ESPELHO
<b>EN</b>	ESPELHO
<b>EO</b>	ESPELHO
<b>EP</b>	ESPELHO
<b>EQ</b>	ESPELHO
<b>ER</b>	ESPELHO
<b>ES</b>	ESPELHO
<b>ET</b>	ESPELHO
<b>EU</b>	ESPELHO
<b>EV</b>	ESPELHO
<b>EW</b>	ESPELHO
<b>EX</b>	ESPELHO
<b>EY</b>	ESPELHO
<b>EZ</b>	ESPELHO
<b>FA</b>	FERRAGEM
<b>FB</b>	FERRAGEM
<b>FC</b>	FERRAGEM
<b>FD</b>	FERRAGEM
<b>FE</b>	FERRAGEM
<b>FF</b>	FERRAGEM
<b>FG</b>	FERRAGEM
<b>FH</b>	FERRAGEM
<b>FI</b>	FERRAGEM
<b>FJ</b>	FERRAGEM
<b>FK</b>	FERRAGEM
<b>FL</b>	FERRAGEM
<b>FM</b>	FERRAGEM
<b>FN</b>	FERRAGEM
<b>FO</b>	FERRAGEM
<b>FP</b>	FERRAGEM
<b>FQ</b>	FERRAGEM
<b>FR</b>	FERRAGEM
<b>FS</b>	FERRAGEM
<b>FT</b>	FERRAGEM
<b>FU</b>	FERRAGEM
<b>FV</b>	FERRAGEM
<b>FW</b>	FERRAGEM
<b>FX</b>	FERRAGEM
<b>FY</b>	FERRAGEM
<b>FZ</b>	FERRAGEM
<b>GA</b>	GRAXA
<b>GB</b>	GRAXA
<b>GC</b>	GRAXA
<b>GD</b>	GRAXA
<b>GE</b>	GRAXA
<b>GF</b>	GRAXA
<b>GG</b>	GRAXA
<b>GH</b>	GRAXA
<b>GI</b>	GRAXA
<b>GJ</b>	GRAXA
<b>GK</b>	GRAXA
<b>GL</b>	GRAXA
<b>GM</b>	GRAXA
<b>GN</b>	GRAXA
<b>GO</b>	GRAXA
<b>GP</b>	GRAXA
<b>GQ</b>	GRAXA
<b>GR</b>	GRAXA
<b>GS</b>	GRAXA
<b>GT</b>	GRAXA
<b>GU</b>	GRAXA
<b>GV</b>	GRAXA
<b>GW</b>	GRAXA
<b>GX</b>	GRAXA
<b>GY</b>	GRAXA
<b>GZ</b>	GRAXA
<b>HA</b>	HIGIENIZANTE
<b>HB</b>	HIGIENIZANTE
<b>HC</b>	HIGIENIZANTE
<b>HD</b>	HIGIENIZANTE
<b>HE</b>	HIGIENIZANTE
<b>HF</b>	HIGIENIZANTE
<b>HG</b>	HIGIENIZANTE
<b>HH</b>	HIGIENIZANTE
<b>HI</b>	HIGIENIZANTE
<b>HJ</b>	HIGIENIZANTE
<b>HK</b>	HIGIENIZANTE
<b>HL</b>	HIGIENIZANTE
<b>HM</b>	HIGIENIZANTE
<b>HN</b>	HIGIENIZANTE
<b>HO</b>	HIGIENIZANTE
<b>HP</b>	HIGIENIZANTE
<b>HQ</b>	HIGIENIZANTE
<b>HR</b>	HIGIENIZANTE
<b>HS</b>	HIGIENIZANTE
<b>HT</b>	HIGIENIZANTE
<b>HU</b>	HIGIENIZANTE
<b>HV</b>	HIGIENIZANTE
<b>HW</b>	HIGIENIZANTE
<b>HX</b>	HIGIENIZANTE
<b>HY</b>	HIGIENIZANTE
<b>HZ</b>	HIGIENIZANTE
<b>IA</b>	ISOLANTE
<b>IB</b>	ISOLANTE
<b>IC</b>	ISOLANTE
<b>ID</b>	ISOLANTE
<b>IE</b>	ISOLANTE
<b>IF</b>	ISOLANTE
<b>IG</b>	ISOLANTE
<b>IH</b>	ISOLANTE
<b>II</b>	ISOLANTE
<b>IJ</b>	ISOLANTE
<b>IK</b>	ISOLANTE
<b>IL</b>	ISOLANTE
<b>IM</b>	ISOLANTE
<b>IN</b>	ISOLANTE
<b>IO</b>	ISOLANTE
<b>IP</b>	ISOLANTE
<b>IQ</b>	ISOLANTE
<b>IR</b>	ISOLANTE
<b>IS</b>	ISOLANTE
<b>IT</b>	ISOLANTE
<b>IU</b>	ISOLANTE
<b>IV</b>	ISOLANTE
<b>IW</b>	ISOLANTE
<b>IX</b>	ISOLANTE
<b>IY</b>	ISOLANTE
<b>IZ</b>	ISOLANTE
<b>JA</b>	JANELA
<b>JB</b>	JANELA
<b>JC</b>	JANELA
<b>JD</b>	JANELA
<b>JE</b>	JANELA
<b>JF</b>	JANELA
<b>JG</b>	JANELA
<b>JH</b>	JANELA
<b>JI</b>	JANELA
<b>JJ</b>	JANELA
<b>JK</b>	JANELA
<b>JL</b>	JANELA
<b>JM</b>	JANELA
<b>JN</b>	JANELA
<b>JO</b>	JANELA
<b>JP</b>	JANELA
<b>JQ</b>	JANELA
<b>JR</b>	JANELA
<b>JS</b>	JANELA
<b>JT</b>	JANELA
<b>JU</b>	JANELA
<b>JV</b>	JANELA
<b>JW</b>	JANELA
<b>JX</b>	JANELA
<b>JY</b>	JANELA
<b>JZ</b>	JANELA
<b>KA</b>	KIT
<b>KB</b>	KIT
<b>KC</b>	KIT
<b>KD</b>	KIT
<b>KE</b>	KIT
<b>KF</b>	KIT
<b>KG</b>	KIT
<b>KH</b>	KIT
<b>KI</b>	KIT
<b>KJ</b>	KIT
<b>KK</b>	KIT
<b>KL</b>	KIT
<b>KM</b>	KIT
<b>KN</b>	KIT
<b>KO</b>	KIT
<b>KP</b>	KIT
<b>KQ</b>	KIT
<b>KR</b>	KIT
<b>KS</b>	KIT
<b>KT</b>	KIT
<b>KU</b>	KIT
<b>KV</b>	KIT
<b>KW</b>	KIT
<b>KX</b>	KIT
<b>KY</b>	KIT
<b>KZ</b>	KIT
<b>LA</b>	LANTERNA
<b>LB</b>	LANTERNA
<b>LC</b>	LANTERNA
<b>LD</b>	LANTERNA
<b>LE</b>	LANTERNA
<b>LF</b>	LANTERNA
<b>LG</b>	LANTERNA
<b>LH</b>	LANTERNA
<b>LI</b>	LANTERNA
<b>LJ</b>	LANTERNA
<b>LK</b>	LANTERNA
<b>LL</b>	LANTERNA
<b>LM</b>	LANTERNA
<b>LN</b>	LANTERNA
<b>LO</b>	LANTERNA
<b>LP</b>	LANTERNA
<b>LQ</b>	LANTERNA
<b>LR</b>	LANTERNA
<b>LS</b>	LANTERNA
<b>LT</b>	LANTERNA
<b>LU</b>	LANTERNA
<b>LV</b>	LANTERNA
<b>LW</b>	LANTERNA
<b>LX</b>	LANTERNA
<b>LY</b>	LANTERNA
<b>LZ</b>	LANTERNA
<b>MA</b>	MARCA-RETO
<b>MB</b>	MARCA-RETO
<b>MC</b>	MARCA-RETO
<b>MD</b>	MARCA-RETO
<b>ME</b>	MARCA-RETO
<b>MF</b>	MARCA-RETO
<b>MG</b>	MARCA-RETO
<b>MH</b>	MARCA-RETO
<b>MI</b>	MARCA-RETO
<b>MJ</b>	MARCA-RETO
<b>MK</b>	MARCA-RETO
<b>ML</b>	MARCA-RETO
<b>MM</b>	MARCA-RETO
<b>MN</b>	MARCA-RETO
<b>MO</b>	MARCA-RETO
<b>MP</b>	MARCA-RETO
<b>MQ</b>	MARCA-RETO
<b>MR</b>	MARCA-RETO
<b>MS</b>	MARCA-RETO
<b>MT</b>	MARCA-RETO
<b>MU</b>	MARCA-RETO
<b>MV</b>	MARCA-RETO
<b>MW</b>	MARCA-RETO
<b>MX</b>	MARCA-RETO
<b>MY</b>	MARCA-RETO
<b>MZ</b>	MARCA-RETO
<b>NA</b>	NÃO
<b>NB</b>	NÃO
<b>NC</b>	NÃO
<b>ND</b>	NÃO
<b>NE</b>	NÃO
<b>NF</b>	NÃO
<b>NG</b>	NÃO
<b>NH</b>	NÃO
<b>NI</b>	NÃO
<b>NJ</b>	NÃO
<b>NK</b>	NÃO
<b>NL</b>	NÃO
<b>NM</b>	NÃO
<b>NO</b>	NÃO
<b>NP</b>	NÃO
<b>NQ</b>	NÃO
<b>NR</b>	NÃO
<b>NS</b>	NÃO
<b>NT</b>	NÃO
<b>NU</b>	NÃO
<b>NV</b>	NÃO
<b>NW</b>	NÃO
<b>NX</b>	NÃO
<b>NY</b>	NÃO
<b>NZ</b>	NÃO
<b>OA</b>	OUTRO
<b>OB</b>	OUTRO
<b>OC</b>	OUTRO
<b>OD</b>	OUTRO
<b>OE</b>	OUTRO
<b>OF</b>	OUTRO
<b>OG</b>	OUTRO
<b>OH</b>	OUTRO
<b>OI</b>	OUTRO
<b>OJ</b>	OUTRO
<b>OK</b>	OUTRO
<b>OL</b>	OUTRO
<b>OM</b>	OUTRO
<b>ON</b>	OUTRO
<b>OO</b>	OUTRO
<b>OP</b>	OUTRO
<b>OQ</b>	OUTRO
<b>OR</b>	OUTRO
<b>OS</b>	OUTRO
<b>OT</b>	OUTRO
<b>OU</b>	OUTRO
<b>OV</b>	OUTRO
<b>OW</b>	OUTRO
<b>OX</b>	OUTRO
<b>OY</b>	OUTRO
<b>OZ</b>	OUTRO
<b>PA</b>	PARTE
<b>PB</b>	PARTE
<b>PC</b>	PARTE
<b>PD</b>	PARTE
<b>PE</b>	PARTE
<b>PF</b>	PARTE
<b>PG</b>	PARTE
<b>PH</b>	PARTE
<b>PI</b>	PARTE
<b>PJ</b>	PARTE
<b>PK</b>	PARTE
<b>PL</b>	PARTE
<b>PM</b>	PARTE
<b>PN</b>	PARTE
<b>PO</b>	PARTE
<b>PP</b>	PARTE
<b>PQ</b>	PARTE
<b>PR</b>	PARTE
<b>PS</b>	PARTE
<b>PT</b>	PARTE
<b>PU</b>	PARTE
<b>PV</b>	PARTE
<b>PW</b>	PARTE
<b>PX</b>	PARTE
<b>PY</b>	PARTE
<b>PZ</b>	PARTE
<b>QA</b>	QUADRO
<b>QB</b>	QUADRO
<b>QC</b>	QUADRO
<b>QD</b>	QUADRO
<b>QE</b>	QUADRO
<b>QF</b>	QUADRO
<b>QG</b>	QUADRO
<b>QH</b>	QUADRO
<b>QI</b>	QUADRO
<b>QJ</b>	QUADRO
<b>Q</b>	

TABELA ESQUADRIAS

PROFESOR						
PROFESOR	EDIFICIO	LABORIO	HORA DE CLASE	SECCION DE CLASE	SECCION DE CLASE	SECCION DE CLASE
PROF. 1	101	101	101	101	101	101
PROF. 2	102	102	102	102	102	102
PROF. 3	103	103	103	103	103	103
PROF. 4	104	104	104	104	104	104
PROF. 5	105	105	105	105	105	105
PROF. 6	106	106	106	106	106	106
PROF. 7	107	107	107	107	107	107
PROF. 8	108	108	108	108	108	108
PROF. 9	109	109	109	109	109	109
PROF. 10	110	110	110	110	110	110
PROF. 11	111	111	111	111	111	111
PROF. 12	112	112	112	112	112	112
PROF. 13	113	113	113	113	113	113
PROF. 14	114	114	114	114	114	114
PROF. 15	115	115	115	115	115	115
PROF. 16	116	116	116	116	116	116
PROF. 17	117	117	117	117	117	117
PROF. 18	118	118	118	118	118	118
PROF. 19	119	119	119	119	119	119
PROF. 20	120	120	120	120	120	120
PROF. 21	121	121	121	121	121	121
PROF. 22	122	122	122	122	122	122
PROF. 23	123	123	123	123	123	123
PROF. 24	124	124	124	124	124	124
PROF. 25	125	125	125	125	125	125
PROF. 26	126	126	126	126	126	126
PROF. 27	127	127	127	127	127	127
PROF. 28	128	128	128	128	128	128
PROF. 29	129	129	129	129	129	129
PROF. 30	130	130	130	130	130	130
PROF. 31	131	131	131	131	131	131
PROF. 32	132	132	132	132	132	132
PROF. 33	133	133	133	133	133	133
PROF. 34	134	134	134	134	134	134
PROF. 35	135	135	135	135	135	135
PROF. 36	136	136	136	136	136	136
PROF. 37	137	137	137	137	137	137
PROF. 38	138	138	138	138	138	138
PROF. 39	139	139	139	139	139	139
PROF. 40	140	140	140	140	140	140
PROF. 41	141	141	141	141	141	141
PROF. 42	142	142	142	142	142	142
PROF. 43	143	143	143	143	143	143
PROF. 44	144	144	144	144	144	144
PROF. 45	145	145	145	145	145	145
PROF. 46	146	146	146	146	146	146
PROF. 47	147	147	147	147	147	147
PROF. 48	148	148	148	148	148	148
PROF. 49	149	149	149	149	149	149
PROF. 50	150	150	150	150	150	150
PROF. 51	151	151	151	151	151	151
PROF. 52	152	152	152	152	152	152
PROF. 53	153	153	153	153	153	153
PROF. 54	154	154	154	154	154	154
PROF. 55	155	155	155	155	155	155
PROF. 56	156	156	156	156	156	156
PROF. 57	157	157	157	157	157	157
PROF. 58	158	158	158	158	158	158
PROF. 59	159	159	159	159	159	159
PROF. 60	160	160	160	160	160	160
PROF. 61	161	161	161	161	161	161
PROF. 62	162	162	162	162	162	162
PROF. 63	163	163	163	163	163	163
PROF. 64	164	164	164	164	164	164
PROF. 65	165	165	165	165	165	165
PROF. 66	166	166	166	166	166	166
PROF. 67	167	167	167	167	167	167
PROF. 68	168	168	168	168	168	168
PROF. 69	169	169	169	169	169	169
PROF. 70	170	170	170	170	170	170
PROF. 71	171	171	171	171	171	171
PROF. 72	172	172	172	172	172	172
PROF. 73	173	173	173	173	173	173
PROF. 74	174	174	174	174	174	174
PROF. 75	175	175	175	175	175	175
PROF. 76	176	176	176	176	176	176
PROF. 77	177	177	177	177	177	177
PROF. 78	178	178	178	178	178	178
PROF. 79	179	179	179	179	179	179
PROF. 80	180	180	180	180	180	180
PROF. 81	181	181	181	181	181	181
PROF. 82	182	182	182	182	182	182
PROF. 83	183	183	183	183	183	183
PROF. 84	184	184	184	184	184	184
PROF. 85	185	185	185	185	185	185
PROF. 86	186	186	186	186	186	186
PROF. 87	187	187	187	187	187	187
PROF. 88	188	188	188	188	188	188
PROF. 89	189	189	189	189	189	189
PROF. 90	190	190	190	190	190	190
PROF. 91	191	191	191	191	191	191
PROF. 92	192	192	192	192	192	192
PROF. 93	193	193	193	193	193	193
PROF. 94	194	194	194	194	194	194
PROF. 95	195	195	195	195	195	195
PROF. 96	196	196	196	196	196	196
PROF. 97	197	197	197	197	197	197
PROF. 98	198	198	198	198	198	198
PROF. 99	199	199	199	199	199	199
PROF. 100	200	200	200	200	200	200

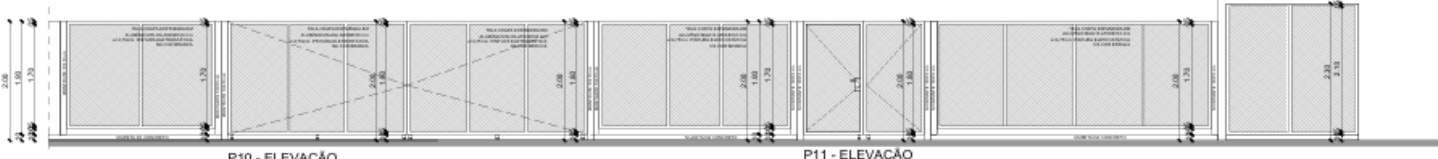
TABLE
-------

[illegible]



P10 - PL. BAIXA  
ESCALA 1:20

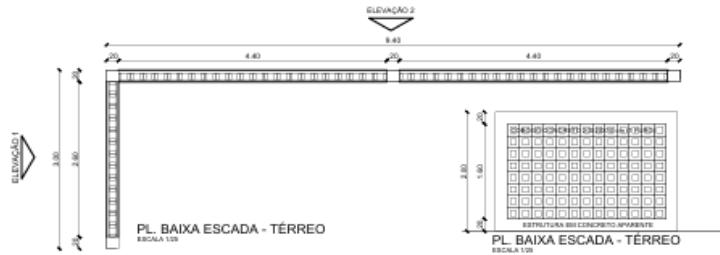
P11 - PL. BAIXA  
ESCALA 1:20



P10 - ELEVÇÃO  
ESCALA 1:20

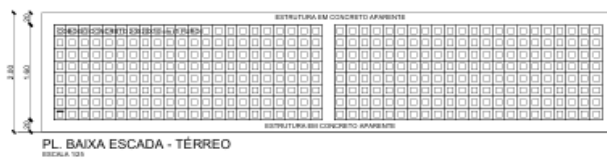
P11 - ELEVÇÃO  
ESCALA 1:20

As dimensões indicadas nos projetos são apenas orientativas e não devem ser utilizadas para a construção sem a aprovação do engenheiro responsável. As dimensões reais devem ser verificadas no local da obra.

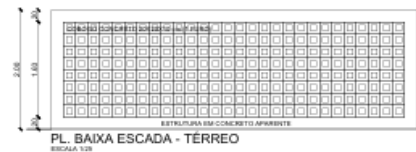


PL. BAIXA ESCADA - TÉRREO  
ESCALA 1:20

PL. BAIXA ESCADA - TÉRREO  
ESCALA 1:20



PL. BAIXA ESCADA - TÉRREO  
ESCALA 1:20



PL. BAIXA ESCADA - TÉRREO  
ESCALA 1:20



PL. BAIXA ESCADA - TÉRREO  
ESCALA 1:20

ELEVÇÃO 3

# TABELA ESQUADRIAS

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	1.000	m²	1.000
02	2.000	m²	2.000
03	3.000	m²	3.000
04	4.000	m²	4.000
05	5.000	m²	5.000
06	6.000	m²	6.000
07	7.000	m²	7.000
08	8.000	m²	8.000
09	9.000	m²	9.000
10	10.000	m²	10.000



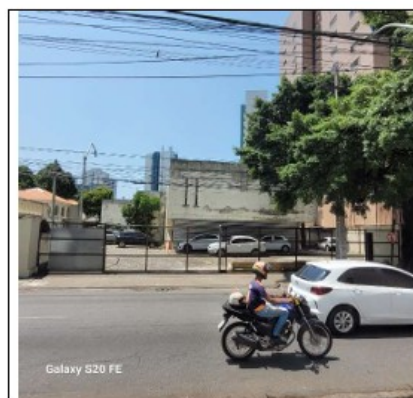




**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO XI**  
**Relatório de fotos**



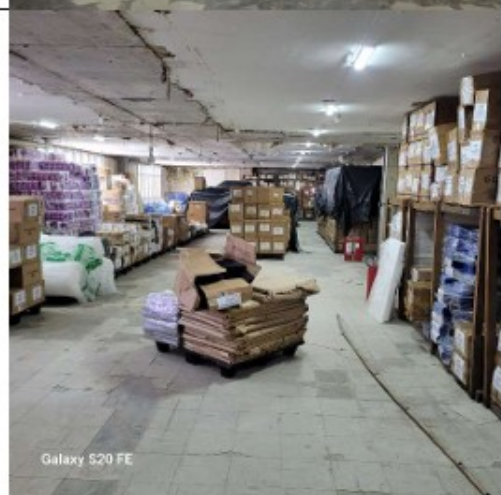
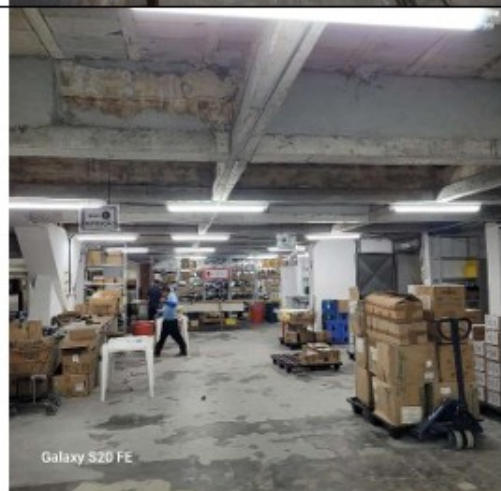
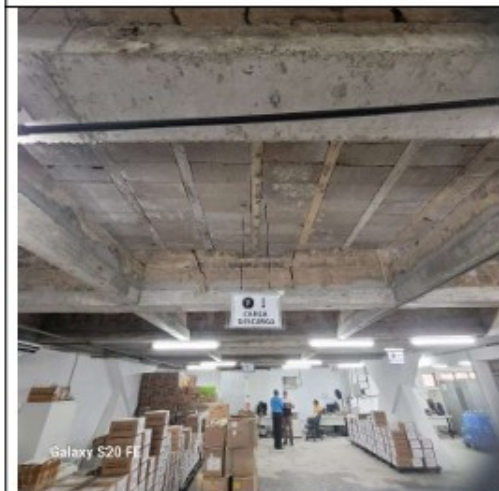
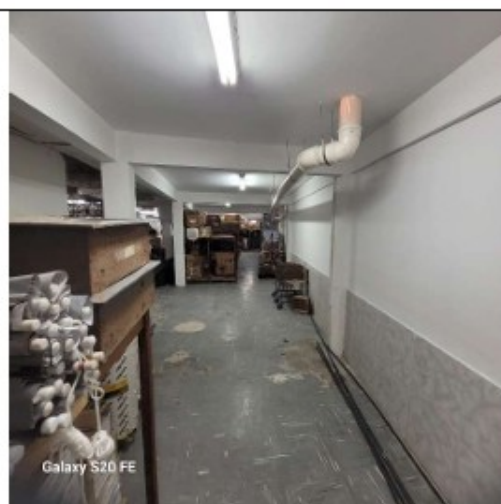
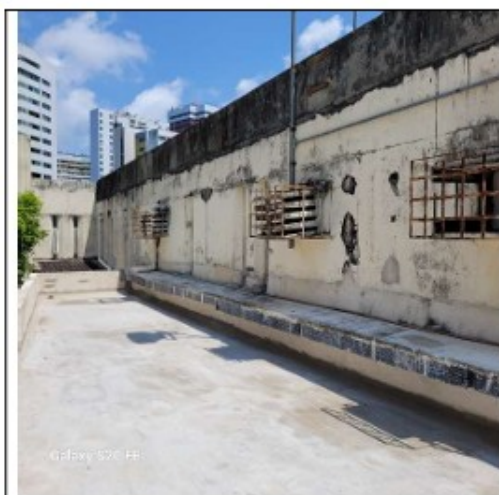


















DOC SEI 3201079





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO XII**  
**Sondagens**

ENSOLO - ENGENHARIA E CONSULTORIA DE SOLOS E FUNDACOES LTDA.  
Sondagens - Estudos e Projetos de Fundações - Reforço de Fundações - Injeções em Solos - Testes de Absorção - Controle Geotécnico de Fundação e Taludes - Provas de Carga - Obra de Terra - Instrumentação de Obra  
C.G.C.: 09.968.094/0001-00 Inscrição Estadual: ISENTA



**S-086/05**

**FADE – FUNDAÇÃO DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO DA UFPE**

Av. Acadêmico Hélio Ramos, 336 – Várzea –  
Recife – PE.

A/C. Profº. José Inácio Ávila

OBRA : Estudo Geotécnico para Análise de  
Recalques (TRE-PE)

LOCAL : Av. Rui Barbosa, 320 – Graças –  
Recife – PE.

SERVIÇO : Sondagem a Percussão

Para saber mais sobre a Fundação de sua Obra,  
ligue para nosso Pabx (081) 3268-5977 ou visite  
nosso Web site, e veja o que nós temos para lhe  
oferecer ! !

"O projeto das fundações só pode ser elaborado a partir do conhecimento das características do terreno e das propriedades de seus materiais constituintes, a serem providos por uma adequada campanha de investigações geotécnicas.

O projetista das fundações precisa tentar conhecer o terreno com o máximo detalhe possível, primeiro para proceder à melhor escolha possível do tipo de fundação e segundo para poder dimensioná-la com a devida segurança e economia.

A melhor comparação que se pode fazer com as investigações geotécnicas não está na engenharia, mas sim na medicina – elas equivalem aos exames laboratoriais ou "in situ" (como radiogramas, tomografias, ECG's, EEG's etc.) com os quais os médicos diagnosticam as doenças dos seus pacientes e definem os procedimentos clínicos ou cirúrgicos a adotar para enfrentar estas doenças.

Por que o engenheiro de fundações não pode proceder da mesma forma? Se para o projeto de uma determinada fundação for conveniente realizar determinadas investigações, o projetista deve exigí-las, assim como deve exigir que sua realização fique a cargo de empresas e entidades devidamente qualificadas para realizá-las.

Não é raro ver-se situações em que os projetos demandam as investigações, porém as mesmas não são realizadas devido a uma irracional procura de redução de custos, contra a qual o engenheiro geotécnico não tem conseguido se sobrepor. De excessiva economia resultam campanhas de investigações deficientes, e a partir destas surgem projetos não otimizados que produzem acréscimos de desembolsos quase sempre muito maiores do que as pretensas economias obtidas nas investigações."

ENSOLO - ENGENHARIA E CONSULTORIA DE SOLOS E FUNDAÇÕES LTDA.

Sondagens - Estudos e Projetos de Fundação - Reforço de Fundações - Injeções em Solos - Testes de Absorção - Controle Geotécnico de Fundação e Trazentes - Provas de Carga - Obra de Terra - Instrumentação de Obra



RELATÓRIO: N° S-086/05.

REFERÊNCIA: Prof°. José Inácio Ávila

INTERESSADO: FADE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFPE

O B R A: Estudo Geotécnico para Análise de Recalques (TRE-PE)

L O C A L: Av. Rui Barbosa, 320 - Graças - Recife - PE.

Estamos apresentando os resultados referentes a sondagem da obra acima citada.

Foram realizados 02 (dois) furos de sondagem, num total de 20,58m de profundidade.

As sondagens foram do tipo a percussão, realizadas com auxílio de circulação d'água, através de revestimento com 6,35 cm (2 1/2") de diâmetro interno.

Para a caracterização dos materiais das diversas camadas, procedeu-se a extração das amostras com amostrador padrão de 3,40 cm (1 3/8") de diâmetro interno e 5,08 cm (2") de diâmetro externo e 78,117 cm (30 3/4") de comprimento total.

O mesmo amostrador indica a compactidade (caso de terrenos arenosos) ou a consistência (caso de terrenos argilosos) das camadas sondadas, através do número de golpes necessários a sua penetração em 30 cm no solo estudado. Esta penetração é obtida com auxílio de um peso de 65 Kg caindo livremente de uma altura de 75 cm, a velocidade de 15 golpes por minuto.

Para realização desta sondagem, observou-se o que prescrevem as normas NBR-8036, NBR-6484 e NBR-6502 da ABNT - Normas Gerais de Sondagem de Reconhecimento para Fundações de Edifícios, Método de Execução de Sondagem e Terminologia de Rochas e Solos respectivamente.

Os desenhos fornecem:

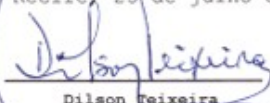
Desenho n°. 01/03: Planta de locação dos furos de sondagem e indicação do R. N.

Desenhos n°. 02/03

à  
03/03: Perfis individuais dos furos de sondagem contendo: cota da boca dos furos em relação ao R. N., profundidade das camadas medidas em relação a boca do furo, situação e numeração das amostras extraídas, níveis d'água, profundidade do revestimento, tipo de avanço utilizado.

Com o reconhecimento pela confiança com que nos distinguiram nesta oportunidade de servi-los, pomos-nos ao seu inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos, lembrando ainda que, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à classificação dos materiais, encontram-se arquivadas amostras representativas das camadas sondadas e que estão a disposição de V.Sas., por um prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Recife, 25 de julho de 2005.

  
Dilson Teixeira  
Responsável Técnico  
CREA 2256 D 2ª Região

Av. Flor de Sant'ana, 104 - Parnamirim - 52060-290 - Pabx: (081) 3268-5977 - Fax: (081) 3268-5514 - Recife - PE  
[ensolosondagem@bol.com.br](mailto:ensolosondagem@bol.com.br) [ensoloconsultoria@bol.com.br](mailto:ensoloconsultoria@bol.com.br)



<b>OBRA</b>		Estudo Geotécnico para Análise de Recalques (TRE-PE)	
<b>LOCAL</b>		Av. Rui Barbosa, 320 - Graças - Recife - PE	
<b>INTERESSADO</b>		FADE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFPE	
<b>FURO Nº</b> SP-01	<b>COTA</b> +0,23	<b>INÍCIO</b> 21/07/05	<b>TÉRMINO</b> 21/07/05
		<b>RELATÓRIO Nº</b> S-086/05	

POSICÃO DO REVESTIMENTO	NÍVEL D'ÁGUA	PENETRAÇÃO (GOLPES / 15 cm)			S.P.T.	PENETRAÇÃO X PROFUNDIDADE (GOLPES / 30 cm) (S.P.T.)	PROFUNDIDADE (m)	NÍVEL D'ÁGUA	AMOSTRAS E COMENTÁRIOS	CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL
		1ª	2ª	3ª						
		LAVAGEM / TEMPO (min / 10 min)								
TC		1	2	3	5		0,10		Piso de pedra (paralelepípedo), cinza. (AMOSTRA 1).	
		1	2		3		0,63			
				2:20	3/25		0,93		Aterro de areia fina c/ areia média, c/ resto de construção (Ø < 3cm), creme escuro. (AMOSTRA 2).	
		2/25	3/18	3/18	6/36		2,00		Aterro de areia fina e média c/ mto. pco. areia grossa, mto. pco. argilosa, creme escuro. (AMOSTRA 3).	
CL		1/21	2/20	2/17	4/37		3,00	NA	Aterro de areia fina e média c/ mto. pco. areia grossa, argilosa, pco. siltosa, róseo. (AMOSTRA 4).	
		2	3	5	8				Areia fina c/ mto. pco. areia média, mto. pco. siltosa, c/ mto. pco. nódulos concrecionados (Ø < 5mm), pco. compacta, creme escuro. (AMOSTRA 5).	
		2	2	3	5		5,05		Areia fina c/ pco. areia média, mto. pco. siltosa, de fofa a pco. compacta, creme escuro. (AMOSTRAS 6 e 7).	
		1/30	2/21	2	4/35		6,00		Areia fina c/ areia média, pco. compacta, creme claro. (AMOSTRA 8).	
		1/20	2/18	2	4/32		7,50		Silte argiloso, c/ areia fina. Plasticidade ALTA de consistência mto. mole a mole, creme claro c/ veios cinza claro. (AMOSTRAS 9 e 10).	
		3	3	4	7		8,90		Areia fina, siltosa, pco. argilosa, pco. compacta, variegada (creme escuro). (AMOSTRA 11).	
		2/20	3	3	6		10,00		Argila siltosa, c/ mto. pco. areia fina. Plasticidade MÉDIA de consistência média, cinza claro c/ pcos. veios creme. (AMOSTRA 12).	
		2/18	3	3	6		10,48		Areia fina e média, argilosa, siltosa, pco. compacta, creme escuro c/ veios cinza. (AMOSTRA 13).	
LIMITE DA SONDAGEM: 10,48 m. Por solicitação do interessado.										



  

<b>OBS. NÍVEIS D'ÁGUA</b>		TC	TRADO CONCHA	<b>DADOS TÉCNICOS</b>	
INICIAL	3,10 m	TH	TRADO HELICOIDAL	Ø EXTERNO	50,8 mm
21/07/05 09:20		CL	CIRCULAÇÃO LAMA	Ø INTERNO	34,9 mm
FINAL	1,70 m	CA	CIRCULAÇÃO ÁGUA	COMPRIMENTO	781,17 mm
21/07/05 15:30		LT	LAVAGEM PI TEMPO	PESO	65 kg
APÓS 24h	- m	NE	NÃO ENCONTRADO	ALTURA QUEDA	75 cm
- -		AL	ALAGADO	Ø NOMINAL DO REVESTIMENTO	63,5 mm

OBS: A presença de resto de construção altera o valor do S.P.T.

<b>ENGENHARIA E CONSULTORIA DE SOLOS E FUNDAÇÕES LTDA.</b> Avenida Flor de Sant'Ana, 104 - Parnamirim Fones: 268-5514 - 268-5977 - Recife - PE		
Engº Res. 	Sondador Antônio Emílio	

<b>OBRA</b>		Estudo Geotécnico para Análise de Recalques (TRE-PE)	
<b>LOCAL</b>		Av. Rui Barbosa, 320 - Graças - Recife - PE	
<b>INTERESSADO</b>		FADE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFPE	
<b>FURO Nº</b> SP-02	<b>COTA</b> +0,28	<b>INÍCIO</b> 21/07/05	<b>TÉRMINO</b> 22/07/05
		<b>RELATÓRIO Nº</b> 8-086/05	

POSICÃO DO REVESTIMENTO	MÉTODO DE PENETRAÇÃO	PENETRAÇÃO (GOLPES / 15 cm)			S.P.T.	PENETRAÇÃO X PROFUNDIDADE (GOLPES / 30 cm) (S.P.T.)	PROFUNDIDADE (m)	NÍVEL D'ÁGUA	AMOSTRAS E COMENÇOS	CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL
		1ª	2ª	3ª						
		LAVAGEM / TEMPO (min / 10 min)								
TC	1	2	2	4			0,10		1	Piso de pedra ( paralelepípedo ), cinza. (AMOSTRA 1).
	1	2	1	3			1,00		2	Aterro de areia fina e média, mto. pco. argilosa, c/ resto de construção (Ø < 3cm), creme escuro. (AMOSTRA 2).
	1/23	2/20	2	4/55			2,15		3	Areia fina c/ mto. pco. areia média, siltosa, pco. argilosa, fofa, creme. (AMOSTRA 3).
CL	2/20	3	4/18	5/35 4/18			3,00 3,35	NA	4	Areia fina c/ pco. areia média, mto. pco. siltosa, fofa, creme escuro. (AMOSTRA 4).
	2	3/18	4	7/33			4,00		5	Areia fina c/ mto. pco. areia média, mto. pco. siltosa, fofa, creme claro. (AMOSTRA 5).
	3	4	4	8			5,00		6	Areia fina, mto. pco. siltosa, pco. compacta, cinza claro. (AMOSTRA 6).
	1/18	2/20	2	3/38 2/15			6,00 6,38		7	Areia fina c/ pco. areia média, mto. pco. siltosa, pco. compacta, cinza claro. (AMOSTRA 7).
	2	3/18	3/17	5/33 3/17			7,33		8	Areia média c/ areia fina, mto. pco. siltosa, c/ mto. pco. nódulos concrecionados (Ø < 5mm), pco. compacta, creme claro. (AMOSTRA 8).
	2	3	3	9			8,10		9	Areia fina c/ areia média c/ mto. pco. areia grossa, argilosa, siltosa, fofa, cinza claro. (AMOSTRA 9).
	3	4	5	9			9,10		10	Silte argiloso, c/ areia fina. Plasticidade ALTA de consistência mole, creme claro c/ veios cinza claro. (AMOSTRAS 10 e 11).
	2	3	4	7			9,85 10,10		11	Areia fina, siltosa, argilosa, pco. compacta, creme escuro. (AMOSTRA 12).
									12	Areia fina, mto. siltosa, argilosa, pco. compacta, creme escuro c/ veios cinza. (AMOSTRA 13).
									13	Silte argiloso, c/ mta. areia fina. Plasticidade B AIXA de consistência média, cinza claro. (AMOSTRA 14).
									14	Argila siltosa, c/ pcos. veios de areia fina. Plasticidade BAIXA de consistência média, cinza claro c/ veios creme. (AMOSTRA 15).
LIMITE DA SONDAÇÃO: 10,10 m. Por solicitação do interessado.										

<b>OBS. NÍVEIS D'ÁGUA</b>		TC	TRADO CONCHA	<b>DADOS TÉCNICOS</b>	
INICIAL	3,18 m	TH	TRADO HELICOIDAL	Ø EXTERNO	50,8 mm
22/07/05 08:20		CL	CIRCULAÇÃO LAMA	Ø INTERNO	34,9 mm
FINAL	1,74 m	CA	CIRCULAÇÃO ÁGUA	COMPRIMENTO	781,17 mm
22/07/05 15:30		LT	LAVAGEM PI TEMPO	PESO	65 kg
APÓS 24h	- m	NE	NÃO ENCONTRADO	ALTURA QUEDA	75 cm
-	-	AL	ALAGADO	Ø NOMINAL DO REVESTIMENTO	63,5 mm

<b>ENGENHARIA E CONSULTORIA DE SOLOS E FUNDAÇÕES LTDA.</b> Avenida Flor de Sant'Ana, 104 - Pamamirim Fones: 268-5514 - 268-5977 - Recife - PE		 SONDADOR Antônio Emídio
Engº Responsável: <i>[Assinatura]</i>		

OBS: A presença de resto de construção altera o valor do S.P.T.

DOC SEI 3201084



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**ANEXO XIII**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**Contrato n.º     /2026**  
**Processo SEI n.º 0022873-96.2025.6.17.8000**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS  
EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA  
REFORMA DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO  
TRE/PE, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO,  
ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DE PERNAMBUCO, E  
\_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATANTE:** A União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE, com endereço na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1160, Graças, Recife/PE, CEP 52010-904, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, neste ato representado pela sua Diretoria-Geral, Bruna Coelho Barreto Campello de Lima, inscrita no CPF/MF sob o n.º 0\*\*.1.2\*\*-05, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso XI, da **Portaria nº 463/2026**, de 13/05/2026, da Presidência do Tribunal, publicada no DJe n. 99, de 20/05/2026.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, ao Pregão que originou a presente contratação e à Proposta de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, apresentada pela **Contratada**, bem como o(s) anexo(s) que integra(m) este Contrato, independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes.

ANEXO I	Instrumento de Medição de Resultado – IMR
ANEXO II	Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviço técnico especializado para elaboração de projetos executivos de engenharia para reforma do prédio administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, localizado na avenida Rui Barbosa, 320, Graças, Recife, CEP 52.011-010, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I do Edital) e na Proposta da **Contratada**.

Parágrafo Único - Os projetos a serem desenvolvidos incluem:

- a) Levantamento topográfico;
- b) Projeto de canteiro de obra;
- c) Projeto de instalações elétricas e de subestação;
- d) Projeto de cabeamento estruturado e vigilância eletrônica;
- e) Projeto de climatização e exaustão;
- f) Projeto hidrossanitário (água, esgoto e drenagem de águas pluviais);
- g) Projeto de segurança contra incêndio (SCI) e contra descargas atmosféricas (SPDA);
- h) Projeto de impermeabilização;
- i) Projeto estrutural;
- j) Planilha orçamentária;
- k) Plano de Manutenção e Operação.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É permitida a subcontratação parcial do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Primeiro - O percentual acima adotado como limite máximo para subcontratação se refere ao somatório dos custos dos seguintes serviços:

- a) Levantamento topográfico;
- b) Projeto de canteiro de obra;
- c) Projeto de segurança contra incêndio;
- d) Projeto estrutural;
- e) Planilha orçamentária de referência.

Parágrafo Segundo - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **Contratada** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **Contratante** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Terceiro - A **Contratada** apresentará à **Contratante** documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Quarto - Após comprovado o preenchimento das condições técnicas, a subcontratação será submetida à apreciação do fiscal técnico para análise e aprovação. A subcontratação não acarretará vínculo contratual com o TRE/PE.

Parágrafo Quinto - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital).

Parágrafo Único - O objeto desta contratação será realizado sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **Contratada**, previstas neste instrumento.

Parágrafo Segundo - A existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal/CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos e eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), nos termos do art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

Parágrafo Terceiro - Antes de ser formalizada a contratação ou de eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), a Administração verificará a existência de impedimento mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNCAIA e ao Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União/TCU, emitindo as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, em conformidade com o § 4.º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

A **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados, o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nos termos da proposta da **Contratada**.

Parágrafo Único - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços dos serviços objeto deste Contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, datado de setembro de 2025, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, e independentemente de pedido da **Contratada**, serão reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), ocorrido no período considerado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, na coluna 35 (Edificações), da revista Conjuntura Econômica, mediante solicitação expressa ao TRE/PE, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$R = V (I^2 - I^1) I^1$$

Onde:

R = Valor do reajuste pretendido;

V = Valor do saldo contratual previsto no cronograma físico-financeiro correspondente ao primeiro dia do décimo terceiro mês de vigência do contrato;

I<sup>1</sup> = Índice de preços relativo à data do orçamento estimado da licitação;

I<sup>2</sup> = Índice de preços correspondente à data do reajuste.

Parágrafo Primeiro - O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observadas as demais condições desta cláusula.

Parágrafo Segundo – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Terceiro – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

Parágrafo Quarto - O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito, agência e banco indicados na proposta, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo gestor da contratação, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Parágrafo Primeiro - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo de pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Parágrafo Segundo - A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **Contratada**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Terceiro - Após a medição, a **Contratante** indicará o valor a ser pago, a fim de que a **Contratada** possa emitir, no prazo de até cinco dias úteis, a fatura correspondente.

Parágrafo Quarto - A fatura deverá conter o atesto dos fiscais do Tribunal e do Gestor Contratual, devidamente assinada pelos representantes da **Contratante** e da **Contratada**, com detalhamento dos serviços prestados e das alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço.

Parágrafo Quinto - O pagamento dos serviços executados será realizado após o cumprimento de cada etapa, conforme descrito no item 7.1 do Termo de Referência (Anexo I ao Edital), com aceitação do objeto pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e em conformidade com os percentuais estabelecidos, mediante a apresentação da fatura correspondente.

Parágrafo Sexto - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo I deste Contrato), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Sétimo - Ocorrerá, ainda, a glosa no pagamento devido à **Contratada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo I deste Contrato), ressalvada a possibilidade de notificação nas primeiras ocorrências.

Parágrafo Oitavo - Considera-se sempre que a **Contratada** dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverão mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de execução diversos dos contidos no Edital que gerou a presente contratação e seus anexos.

Parágrafo Nono - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do certame que originou a presente contratação.

Parágrafo Décimo - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução da Contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal/fatura.

Parágrafo Décimo Primeiro - Antes de cada pagamento à **Contratada**, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital que originou o presente Contrato. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a **Contratada** para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

Parágrafo Décimo Segundo - Quando a **Contratada** for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da **Contratada**, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pelas Instruções Normativas SRF n.º 1.540/2015 e n.º 1.663/2016, todas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Décimo Terceiro - A declaração supramencionada poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves

Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela **Contratante** conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

Parágrafo Décimo Quarto - Alternativamente à declaração citada acima, a **Contratante** poderá verificar a permanência da **Contratada** no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao Contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **Contratada** informar imediatamente à **Contratante** qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

## CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para o fato, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE/PE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX/100) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438365365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Único - A atualização financeira prevista no *caput* desta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

## CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Segundo - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da **Contratante**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução desta contratação ficará a cargo dos representantes da **Contratante** (Gestor e Fiscais), formalmente designados para acompanhar e fiscalizar a execução, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **Contratante**:

I - fornecer à **Contratada** todas as informações e desenhos esquemáticos que compõem o objeto deste Contrato, em tempo hábil para a obtenção dos necessários certificados, aprovações, matrícula, alvará e licenças municipais, estaduais e federais (se aplicável), conforme estipulado no art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

II - efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que não haja nenhum óbice legal nem fato impeditivo provocado pela **Contratada**;

III - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, designado pela Administração do TRE/PE, exigindo seu fiel e total cumprimento, observado que:

a) o Contrato poderá também ser supervisionado por outro servidor lotado na Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, com graduação em Engenharia ou Arquitetura, designado para tal fim, conforme estipulado no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

IV - notificar a **Contratada**, por escrito, sobre falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para sua correção;

V - examinar as justificativas apresentadas pela **Contratada** caso haja solicitação de prorrogação do prazo ou qualquer interferência técnica que possa gerar o descumprimento do prazo de execução, emitindo parecer sobre o assunto, levando ao conhecimento superior, para os devidos fins;

VI – prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **Contratada**, referentes à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **Contratada**:

I - executar os serviços constantes do objeto deste contrato e todos aqueles que oferecer em sua proposta de acordo com o especificado no Termo de Referência (Anexo I do Edital que deu origem à

presente contratação) e com as normas e recomendações técnicas pertinentes e legislações vigentes (NBR's) e Legislação de Uso e Ocupação do Solo do município:

a) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas e/ou especificações da proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos/substituídos no prazo fixado pelo gestor do contrato, às custas da **Contratada**, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

b) os instrumentos, equipamentos e ferramentas, necessários à execução do objeto serão de responsabilidade da **Contratada**;

c) correrão por conta da **Contratada** toda e qualquer despesa com a realização dos serviços contratados;

d) todas as ocorrências que impliquem o atraso do cronograma de execução dos serviços, bem como quaisquer intercorrências, deverão ser comunicadas à fiscalização do Tribunal pelo responsável da **Contratada**, sendo passível de punição, com aplicação de multa segundo estabelecido no sistema de pontuação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, anexo a este Contrato;

e) os documentos a serem entregues quando da conclusão dos serviços devem ser conclusivos, claros e objetivos, não permitindo que sejam suscitadas dúvidas ou interpretações dúbias relativas a seus conteúdos e devem estar em conformidade com a legislação específica vigente;

II - concluir todos os serviços nos prazos estabelecidos neste Contrato;

III - oferecer apoio técnico de forma irrestrita, inclusive com a visita ao local da obra do profissional responsável pelo projeto questionado, conforme o caso, sem ônus para a **Contratante**, de modo a não prejudicar o andamento da futura obra, no caso de divergência ou dúvida quanto à execução de determinado serviço constante no projeto;

IV - programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito da Justiça Eleitoral;

V - apresentar seus empregados sempre uniformizados e identificados através de crachás e munidos de todo material necessário à execução dos serviços, inclusive com os equipamentos de segurança individual, caso necessários;

VI - responsabilizar-se por quaisquer danos a que der causa ao patrimônio do TRE/PE ou de seus servidores e usuários;

VII - responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

VIII - substituir de imediato quaisquer dos seus empregados envolvidos nos serviços, pela falta de urbanidade em relação a quaisquer servidores ou usuários da Justiça Eleitoral, em face de solicitação verbal ou por escrito do TRE/PE, que o fará de pronto, sem ônus para o Tribunal;

IX - fornecer, durante a elaboração do projeto, ao ser questionada ou inquirida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da **Contratante**, no prazo estabelecido na notificação correspondente, contado do seu recebimento, desenhos complementares, detalhes ou especificações técnicas, sem custo adicional à **Contratante**;

a) no caso de divergência ou dúvida quanto à execução de determinado serviço constante do projeto, a **Contratada** deverá, no prazo estabelecido na notificação correspondente emitida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, contado do recebimento da referida notificação, enviar à **Contratante** ou ao local da obra o profissional responsável pelo projeto questionado, conforme o caso, sem ônus para a **Contratante**, de modo a não prejudicar o andamento da futura obra;

b) o recebimento definitivo dos projetos por parte da Fiscalização do TRE-PE não exime a **Contratada** e o(s) responsáveis técnico(s) da plena responsabilidade pelo objeto deste contrato, inclusive no tocante às modificações e melhorias que só sejam percebidas posteriormente;

X - designar o coordenador de projetos, aceito pela Administração, para representá-la na execução deste contrato, estando ciente de que a indicação ou a manutenção do coordenador de projetos poderá ser recusada pela **Contratante**, desde que devidamente justificada, hipótese em que a **Contratada** deverá designar outro profissional para o exercício de tal atividade;

XI - atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

XII - alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XIII - comunicar à **Contratante** assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

XIV - entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, quando não for possível a verificação da regularidade da **Contratada** no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da **Contratada**;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XV - responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **Contratante**;

XVI - paralisar, por determinação da **Contratante**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XVII - promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência deste contrato;

XVIII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

XIX - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XX - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **Contratante**;

XXI - ceder à **Contratante** todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da **Contratada**;

XXII - formalizar a cessão de direitos autorais patrimoniais, através de Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais a ser entregue à **Contratante** conforme modelo especificado no Anexo II a este contrato;

XXIII - manter os empregados nos horários predeterminados pela **Contratante**;

XXIV - apresentar à **Contratante**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução de qualquer serviço;

XXV - atender às solicitações da **Contratante** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

XXVI - instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da **Contratante**;

XXVII - adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta aos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

XXVIII - estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência (Anexo I ao Edital), em plena validade;

XXIX - obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

XXX – elaborar os projetos executivos a partir das soluções desenvolvidas no projeto de arquitetura constante no Termo de Referência (Anexo I ao Edital) e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

XXXI - participar de reunião inicial, após a assinatura do contrato, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, os fiscais técnico e administrativo do contrato, quando se tratar de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual;

XXXII - apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS), Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART's), devidamente preenchida(s) em nome de profissional(is) legalmente habilitado(s) pelo CREA / CAU (RRT) ou registro semelhante de outros Conselhos Regulamentados para conduzir os trabalhos (Engenheiro e/ou Arquiteto) para cada tipo de atividade/função;

XXXIII - manter-se em situação regular junto ao CADIN;

XXXIV - manter, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XXXV - comunicar à **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

XXXVI - apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital), no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o seguinte:

a) o setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no Capítulo "Critérios de Sustentabilidade" do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

XXXVII - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

XXXVIII - informar à **Contratante** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;

XXXIX - cumprir, durante todo o período de execução deste contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

a) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

XL - observar as regras contidas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Resolução TSE nº 23.650/2021:

a) É dever da **Contratada** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

b) A **Contratada** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

LXI - cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

LXII - não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

LXIII - não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

LXIV - não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

LXV - receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **Contratada** que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas à **Contratada** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando a **Contratada** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#));

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do *caput* desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV) Multa:

a) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

b) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **Contratante** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021), observadas as seguintes disposições:

I) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

II) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **Contratante** à **Contratada**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021), conforme o caso;

III) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I) a natureza e a gravidade da infração cometida;

II) as peculiaridades do caso concreto;

III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV) os danos que dela provierem para a **Contratante**;

V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Sétimo - A personalidade jurídica da **Contratada** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **Contratada**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Oitavo - A **Contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Nono - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Décimo - Para fins da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133 de 2021, decorrentes do cometimento das irregularidades ou infrações previstas no seu art. 155, garantidos os princípios constitucionais, em especial, os do contraditório e da ampla defesa, será aplicado o disposto na Instrução Normativa TRE/PE nº 77/2025.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua extinção nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do disposto na Cláusula “Das Infrações Administrativas e Sanções”.

Parágrafo Primeiro - No procedimento que visa à extinção do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **Contratada** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **Contratante** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a **Contratante** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da execução do Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Natureza da Despesa: 3390.39.05 – OST - Pessoa Jurídica/Serviços Técnicos Profissionais

Nota de Empenho - xxxxxxxxxxxx, de xx/xx/xx

Valor - R\$ xxxxxxxxx

Parágrafo Único - Para os exercícios futuros, após a disponibilização orçamentária, o TRE/PE emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, e será lavrado o correspondente apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018, Resolução TSE nº 23.650/2021 e Resolução TRE-PE nº 390/2021 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito da **Contratante**, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Parágrafo Primeiro - É vedada à **Contratada** a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **Contratada** implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

Parágrafo Quinto - A **Contratada** deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com a **Contratante**, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



Parágrafo Sexto - A **Contratada** deverá informar, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, à **Contratante**, e esta deverá informar ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sétimo - A **Contratada** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da Contratada será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Oitavo - A **Contratada** deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **Contratante** e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **Contratante**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

Parágrafo Nona - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela **Contratada** enseja a aplicação de sanções e extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

Este contrato se regula pela Lei nº 14.133/2021, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE**

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da **Contratante** na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

O Foro da Justiça Federal, da Cidade de Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco, é o competente para dirimir os litígios que decorreram da execução deste termo de contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por se acharem assim, justos e acordados, **Contratante** e **Contratada** firmam o presente Contrato assinado eletronicamente.

Recife, xx de xxxxxx de 2026.

**CONTRATANTE - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE**  
**BRUNA COELHO BARRETO CAMPELLO DE LIMA**  
**Diretora-Geral**  
**CPF/MF 0\*\*. \*\*1.2\*\*-05**

**CONTRATADA -** \_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
CPF/MF



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

**Contrato n.º /2026**

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

**DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO**

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

OCORRÊNCIA	VALOR DA INFRAÇÃO
Ocorrências tipo 01 = Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como:  a) atraso no cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (até 5 dias úteis)  b) falta de pontualidade nas reuniões, vistorias e apresentações de projetos, sem justificativa	1 ponto
Ocorrências tipo 02 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tal como:  a) não cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (maior do que 5 dias úteis e inferior a 15 dias úteis)  b) falta injustificada nas reuniões, vistorias e apresentações de projetos previamente agendadas.	3 pontos

Ocorrências tipo 03 = Situações que caracterizam descumprimento na prestação do serviço, tal como:  a) não cumprimento de prazos de início e de conclusão dos serviços (igual ou maior do que 15 dias úteis)  b) entrega de material (ante-projeto, projetos definitivos, relatórios de vistoria , planilha orçamentária, memorial descritivo) inconclusivo e/ou incompleto e/ou divergente do contratado	4 pontos
---	----------

### **DOS SERVIÇOS / ITENS ANALISADOS**

<b>SERVIÇOS / ITENS</b>	<b>Pontuação</b>
1ª etapa	pontuação
2ª etapa	pontuação
3ª Etapa	pontuação
4ª Etapa	pontuação
5ª Etapa	pontuação

Com exceção da primeira versão, o IMR será aplicado em cada uma das versões dos documentos e em cada uma das etapas contratuais indicadas acima. Quando do início de uma etapa posterior, a pontuação anterior será zerada.

### **DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO**

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências apontadas em cada etapa de avaliação do contrato, conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
Até 03 PONTOS	Sem Penalidade
04 PONTOS	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura
05 PONTOS	Desconto de 7,5% sobre o valor total da fatura
> 06 PONTOS	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura



inclusive de propriedade intelectual.

9. Em face de eventual reivindicação apresentada ao CESSIONÁRIO por terceiros relativa a quaisquer direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, o CEDENTE deverá adotar, às suas exclusivas expensas, todas as providências necessárias para assegurar ao CESSIONÁRIO o exercício de seus direitos, respondendo exclusivamente por quaisquer infrações de caráter civil ou criminal.

10. Caso o CESSIONÁRIO, por questões referentes a direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, venha a ser acionado judicialmente, o CEDENTE, além de colaborar para a defesa do CESSIONÁRIO e fornecer os subsídios necessários, assumirá o polo passivo da demanda.

11. A cessão e a transferência dos direitos autorais patrimoniais vigorarão por todo o prazo de vigência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS, bem como por eventual prazo de proteção que venha a ser concedido por futura alteração legislativa.

12. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS serão válidas em todo o território nacional.

13. O CEDENTE, sob sua responsabilidade, fornecerá ao CESSIONÁRIO, por escrito, no prazo definido na respectiva solicitação, os nomes, sinais convencionais ou pseudônimos que devam ser mencionados na indicação de autoria e divulgação dos PROJETOS, bem como seu título, se houver.

14. Nos termos dos arts. 15 e 16 da Lei 12.378/2010, o CEDENTE autoriza o CESSIONÁRIO a executar o projeto e trabalhos técnicos ora contratados de forma diversa às especificações, sem que caiba qualquer indenização ou encargo adicional, sem prejuízo do direito de repúdio aos projetos por parte do CEDENTE, se for o caso, nos termos da legislação em vigor.

15. Este instrumento obriga as partes, assim como seus herdeiros e sucessores.

16. As partes elegem o Foro de Recife-PE, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

.As partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas:

[cidade/UF], \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ [nome completo] CEDENTE



Poder Judiciário Federal  
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

#### **ANEXO XIV**

#### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**

#### **CADASTRO PARA ASSINATURA DE ATA/CONTRATO**

1. Informações da pessoa indicada para representar a licitante vencedora no Contrato:

1.1 Nome completo:

1.2 Estado Civil:

1.3 Cargo ou função:

1.4 Número da identidade:

1.5 CPF/MF:

1.6 Documentação comprobatória da relação jurídica existente entre a pessoa indicada e a empresa contratada

2. Informações da licitante vencedora:

2.1 Razão Social:

2.2 CNPJ:

2.3 Endereço:

2.4 Telefone:

2.5 Telefone celular com whatsapp:

2.6 Dados bancários:

2.7 Agência:

2.8 Conta corrente:

2.9 Banco:

2.10 E-mail: